

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM
PATRIMÔNIO CULTURAL

Gleudson Lavoura Godoi

ARQUIVOLOGIA E ARQUEOLOGIA:
TEORIAS E PRÁTICAS EM AMBIENTES DE GUARDA PERMANENTE

Santa Maria, RS.

2024

Gleudson Lavoura Godoi

**ARQUIVOLOGIA E ARQUEOLOGIA:
TEORIAS E PRÁTICAS EM AMBIENTES DE GUARDA PERMANENTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), Área de Concentração História e Patrimônio Cultural e Linha de Pesquisa Patrimônio Documental Arquivístico como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Patrimônio Cultural**.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sônia Elisabete Constante

Santa Maria, RS

2024

LAVOURA GODOI, GLEIDSON
ARQUIVOLOGIA E ARQUEOLOGIA: TEORIAS E PRÁTICAS EM
AMBIENTES DE GUARDA PERMANENTE / GLEIDSON LAVOURA
GODOI.- 2024.
145 p.; 30 cm

Orientadora: SÔNIA ELISABETE CONSTANTE
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, RS, 2024

1. ARQUEOLOGIA 2. ARQUIVOLOGIA 3. MATERIAL
ARQUEOLÓGICO 4. DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO 5. CONSERVAÇÃO I.
ELISABETE CONSTANTE, SÔNIA II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFESM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CEB 10/1728.

Declaro, GLEIDSON LAVOURA GODOI, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Gleudson Lavoura Godoi

ARQUIVOLOGIA E ARQUEOLOGIA:
TEORIAS E PRÁTICAS EM AMBIENTES DE GUARDA PERMANENTE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), Área de Concentração História e Patrimônio Cultural e Linha de Pesquisa Patrimônio Documental Arquivístico como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Patrimônio Cultural**.

Aprovado em 19 de fevereiro de 2024.

Sônia Elisabete Constante, Dr^a.
(Presidente/Orientadora – UFSM)

Marlon Borges Pestana (FURG)

Gláucia Vieira Ramos Konrad (UFSM)

Santa Maria, RS
2024

RESUMO

ARQUIVOLOGIA E ARQUEOLOGIA: TEORIAS E PRÁTICAS EM AMBIENTES DE GUARDA PERMANENTE

Autor: Gleidson Lavoura Godoi
Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Sônia Elisabete Constante

Esta pesquisa está interligada ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural (PPGPC) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), na área de concentração em História e Patrimônio Cultural e linha de pesquisa em Patrimônio Documental Arquivístico, abordando o tema gestão e conservação de documentos e materiais produzidos/recebidos em trabalhos arqueológicos. Na intenção de demonstrar que áreas diferentes podem ser complementares, esta pesquisa partiu do princípio de que a Arquivologia e a Arqueologia, aparentemente diferentes, podem trabalhar com fontes de pesquisa e tratamento de maneiras opostas, porém com a preocupação da função conservação inseridas em suas atividades. Por isso, o diálogo que pode existir entre as áreas da Arquivologia e Arqueologia direciona em ações de aplicabilidade com possibilidade de compilar informações teóricas das duas ciências, comparando e direcionando seus métodos de proveito referente a conservação de seus bens materiais. A aplicação metodológica das técnicas foi fundamental para elucidar as atividades de gestão e conservação. Diante da relevância dos cuidados com a materialidade dos bens arqueológicos pertencentes a essas instituições de guarda, essa pesquisa focou no emprego de técnicas e métodos em materiais e documentos produzidos em atividades de campo na Arqueologia. A questão central é “Como as instituições fazem o tratamento de gestão e conservação de seus materiais arquivísticos e arqueológicos?”. O objetivo geral foi analisar os métodos e práticas de gerenciamento documental e arqueológico, com ênfase na conservação em ambientes de guarda permanente. Como produto foi criado um manual, instrutivo e ilustrativo, a fim de contribuir nas atividades laboratoriais, trazendo uma visão geral de como os profissionais e estudantes de Arqueologia, ou mesmo os estudantes de áreas afins, que se interessam por essa ciência, devem lidar com os procedimentos de curadoria. Esse manual e o vídeo, como complemento, traz os artefatos e as formas ideais de tratamento dos mesmos e dos documentos, de modo que para a realização da conservação e do armazenamento possam ser bem executados. As ciências podem se tornar em algum ponto similares, conclui-se assim, que este estudo foi versátil, contribuindo para a formação de novos pesquisadores que se empenham em tratar esses materiais e os manter bem conservados. Através das abordagens metodológicas e da própria interdisciplinaridade de conhecimento, foi possível integrar conceitos e teorias, obtendo uma compreensão sistêmica, tornando favorável o reconhecimento das atividades de gestão e conservação de documentos pelos arquivistas, possibilitando adequar os mesmos critérios na Arqueologia.

Palavras-chave: Arquivologia, Arqueologia, conservação.

ABSTRACT

ARCHIVISTICS AND ARCHAEOLOGY: THEORIES AND PRACTICES IN PERMANENT STORAGE ENVIRONMENTS

Author: Gleidson Lavoura Godoi
Supervisor: Prof. Dr. Sônia Elisabete Constante

This research is linked to the Postgraduate Program in Cultural Heritage (PPGPC) at the Federal University of Santa Maria (UFSM), in the area of concentration in History and Cultural Heritage and line of research in Archival Documentary Heritage, addressing the topic of management and conservation of documents and materials produced/received in archaeological work. With the intention of demonstrating that different areas can be complementary, this research was based on the principle that Archiveology and Archeology, apparently different, can work with research and treatment sources in opposite ways, but with a concern for the conservation function included in their activities. . Therefore, the dialogue that may exist between the areas of Archiveology and Archeology leads to applicability actions with the possibility of compiling theoretical information from the two sciences, comparing and directing their methods of benefit regarding the conservation of their material assets. The methodological application of the techniques was fundamental to elucidate management and conservation activities. Given the relevance of caring for the materiality of archaeological assets belonging to these custody institutions, this research focused on the use of techniques and methods in materials and documents produced in field activities in Archeology. The central question is "How do institutions handle the management and conservation of their archival and archaeological materials?"The general objective was to analyze document and archaeological management methods and practices, with an emphasis on conservation in permanent storage environments. As a product, an instructive and illustrative manual was created in order to contribute to laboratory activities, providing an overview of how Archeology professionals and students, or even students in related areas, who are interested in this science, should deal with curation procedures. This manual presents the artifacts and the ideal ways of treating them and documents, so that conservation and storage can be carried out well. Science can become similar at some point, it is concluded that this study was versatile, contributing to the training of new researchers who are committed to treating these materials and keeping them well preserved. Through methodological approaches and the interdisciplinarity of knowledge, it was possible to integrate concepts and theories, obtaining a systemic understanding, making the recognition of document management and conservation activities by archivists favorable, making it possible to adapt the same criteria in Archeology.

Keywords: Archiveology, Archeology, conservation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: atas de reunião DBH.	41
Figura 02: ata de reunião DBH.	42
Figura 03: LEPAN (antigo prédio - até meados dos anos 2016)	43
Figura 04: LEPAN (antigo prédio - até meados dos anos 2016)	44
Figura 05: recorte de uma área escavada	104
Figura 06: croqui de escavação	105
Figura 07: Print do trabalho de criação do vídeo	113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relações Arquivologia x Arqueologia: fases da gestão.....	100
Quadro 2 - Relações: funções arquivísticas na Arqueologia.....	101

LISTA DE FOTOS

Foto 01, 02, 03: análise do material individual por caixa.	46
Foto 04: página do catálogo (que mostra parte do acervo).....	49
Foto 05: caixas com material arqueológico identificado	49
Foto 06: acúmulo do material sem organização ou gestão aplicada (mudanças).	50
Fotos 07: organização das pastas no arquivo.....	61
Foto 08: separação do material para transporte.	70
Fotos 09 e 10: porta de entrada da reserva	71
Fotos 11 e 12: aparelho – desumidificador e os espelhos nas caixas com as informações de cada materialidade.....	72
Fotos 13 e 14: a esquerda alguns materiais que estão sob análise e a direita o arquivo com os documentos acondicionados.....	72
Fotos 15: local das primeiras intervenções de curadoria	73
Fotos 16 e 17: prateleiras do acervo	75
Fotos 18 e 19: caixas do acervo arqueológico	76
Foto 20: ambiente onde são guardados os materiais usados em campo e em laboratório.	79
Fotos 21 e 22: curadoria e a seleção dos materiais para os acervos e caixas e o zoólito.....	80
Fotos 23 e 24: documentação que vem do campo junto com o material e seu local de guarda.	81
Fotos 25 e 26: acervo da reserva/laboratório.	83
Fotos 27 e 28: acervo e peças da reserva/laboratório.....	84
Foto 29: acervo que serve como fonte de pesquisa e que estão armazenados	87
Foto 30: acervo de material arqueológico	88
Fotos 31 e 32: acervo sob guarda permanente desde a década de 60.....	89
Fotos 33 e 34: acervo da reserva/laboratório.	91
Fotos 35 e 36: acervo e peças da reserva/laboratório	92
Foto 37: acervo de materiais arqueológicos	94
Foto 38: acervo da reserva/laboratório.	96
Fotos 39 e 40: acervo e peças da reserva/laboratório.....	97

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1. PATRIMÔNIO CULTURAL.....	21
2.2. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO).....	23
2.3 PATRIMÔNIO DOCUMENTAL	26
2.4. ACERVOS ARQUEOLÓGICOS E DOCUMENTAIS COMO PATRIMÔNIO	28
2.5 ACERVO ARQUEOLÓGICO E A CONSERVAÇÃO.....	31
2.6 ACERVO ARQUIVÍSTICO E A CONSERVAÇÃO	35
3. ABORDAGENS CONCEITUAIS	39
4. RESERVA E LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA – LEPAN	40
4.1. LABORATÓRIO DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA (LEPAN)	40
4.2. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE PRIMÁRIA DO ACERVO (2018-2019)	45
4.3. ATIVIDADE DIRECIONADA AO ACERVO ARQUEOLÓGICO (2018-2019)	47
4.4. GESTÃO DO ACERVO ARQUEOLÓGICO (2018-2019)	51
4.4.1. Higienização do acervo	52
4.4.2. Identificação e avaliação do estado de conservação	54
4.4.3. Organização do acervo para transporte	55
4.4.4. Acondicionamento do material	55
4.5. ACERVO ARQUIVÍSTICO (2018-2019)	56
4.6. GESTÃO DO ACERVO ARQUIVÍSTICO (2018-2019)	59
4.6.1. Higienização de documentos	60
4.6.2. Identificação do acervo documental	61
4.6.3. Organização dos documentos nas pastas	62
4.6.4. Acondicionamento dos documentos nos arquivos	62
4.7. ATIVIDADE DIRECIONADA AO ACERVO ARQUIVÍSTICO (2018-2019)	63
4.7.1. Mensuração documental: número de pastas e documentos	65
4.7.2. Avaliação das condições de conservação das pastas e dos documentos	66
4.7.3. Análise e classificação dos documentos a partir dos princípios da arquivística, respeitando a sua originalidade	68

5. DIAGNÓSTICO DAS RESERVAS TÉCNICAS: FURG - UFPEL - PUCRS - UFRGS (2019 - 2022)	69
5.1. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG (2019)	69
5.2. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG (2022)	74
5.3. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL (2019)	78
5.4. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL (2022)	82
5.5. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RS - PUCRS (2019)	86
5.6. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RS - PUCRS (2022)	90
5.7. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS (2019)	93
5.8. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS (2022)	95
6. CONFIGURAÇÃO DA GESTÃO DE ACERVOS ARQUEOLÓGICOS E DOCUMENTAIS: REFLEXÕES SOBRE A LINEARIDADE	98
6.1. QUADRO DE RELAÇÕES	99
6.2. GESTÃO E OS PROCESSOS ARQUEOLÓGICOS: DA ESCAVAÇÃO À SALVAGUARDA	102
6.3. GESTÃO E OS PROCESSOS ARQUIVÍSTICOS: DA PRODUÇÃO AO ARQUIVO PERMANENTE	106
7. PRODUTO MANUAL DE BOLSO: ARQUEOLOGIA NA RESERVA TÉCNICA	110
8. CONCLUSÃO	115
REFERÊNCIAS	119
ANEXOS	126
APÊNDICES	132

1. INTRODUÇÃO

A Arquivologia é uma ciência que trabalha com métodos voltados fundamentalmente na geração de atividades documentais, que contemplam desde a sua produção até sua eliminação, quando concluído o processo de avaliação. Os estudos dessa área do conhecimento parte do conhecimento dos primeiros arquivos que foram criados em meados do século XVIII, conforme menciona Clarissa Schmidt em sua tese “Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações” (2012), como uma disciplina que advinda da História, criada após a Revolução Francesa.

Os artefatos arqueológicos representam e comprovam as histórias de pessoas, lugares, etc., por isso de sua importância para a sociedade. A ciência Arqueológica, de acordo com Dunnell (2006), data entre os séculos XV e XVII, nesse período alguns aventureiros retiravam, coletavam e acondicionavam uma variedade de materialidade guardando nos gabinetes. Esses locais de guarda não tinham nenhum tipo de seleção, eram apenas ambientes com um certo "acúmulo de vestígios", cujos achados e retiradas de lugares diversos eram armazenados. Contudo, é possível esclarecer que as duas ciências lidam desde sempre com a área da conservação, com procedimentos para manter bem conservados documentos e materiais.

Como forma de ampliar a conexão entre as duas áreas das ciências humanas apresentadas, esta pesquisa visa auxiliar os profissionais de ambos campos do conhecimento em suas atribuições. Por isso, o trabalho tem seu espaço nas abordagens vivenciadas, já que a contribuição é válida ao ponto que as fontes históricas estão representadas através da materialidade documental e dos artefatos arqueológicos afins.

O diálogo que pode existir entre as áreas da Arquivologia e Arqueologia, no formato desta pesquisa, busca direcionar ações com possibilidade de compilar informações, para a sua aplicabilidade. Assim, o desenvolvimento deste estudo vem ao encontro de compreender e recomendar métodos de tratamento da documentação utilizada em campo e dos artefatos encontrados por arqueólogos, tanto *in loco*, como os acondicionados em reservas técnicas em laboratórios. A finalidade é que se obtenha a realidade dos modos de gestão e das ações de conservação dos materiais e documentos.

Na perspectiva da Arquivologia, para fins de preservação da história humana, deve-se levar em consideração funções que levam a produção documental em que são registrados dados sobre os artefatos e, ainda, o próprio artefato. Na Arqueologia deve ser repensado ações para os documentos que comprovam os artefatos coletados e registrados pelos arqueólogos durante a etapa do trabalho arqueológico.

Além dessa abordagem teórica e prática, em algum momento desta pesquisa serão apresentadas perspectivas comparativas de reservas e laboratórios, pois é interessante abordar essas temáticas por levar em consideração que os locais de guarda permanente tendem a ser trabalhados no ensino, a partir das práticas acadêmicas. Para corroborar com este estudo serão abordadas questões referentes aos procedimentos e operações de gestão documental, partindo da fase de produção documental que ocorre durante a coleta dos artefatos, como exemplo, as fichas de campo onde contém informações sobre as atividades prestadas na escavação. Mas, a ênfase será a fase de utilização e conservação a fim de compreender as operações realizadas, para fins de preservação dos artefatos arqueológicos.

A partir da consulta inicial, no estado da arte, identificou-se possíveis problemas na forma de tratamento em razão da situação dos acervos, num contexto geral, em alguns locais de guarda. Então, este trabalho trata de lidar com as relações entre áreas diferentes do campo do conhecimento, visto que muitos dos dados apresentados são de estágios em laboratórios de Arquivologia e Arqueologia, com ênfase em visitas técnicas em laboratórios de Arqueologia. Porém, a principal fonte de pesquisa e debate foi o modo com que os laboratórios de Arqueologia - e suas reservas técnicas - tratam seus materiais arqueológicos e lidam com a documentação produzida em razão das escavações e doações.

Deste modo, o trabalho contempla, num primeiro momento, os resultados e as suas perspectivas a partir de dados coletados durante a realização de atividades dos estágios de campo e de laboratórios arqueológicos, que culminaram na defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Arqueologia, deste autor, em 2019, a fim de fazer uma comparação da realidade atual, observada em 2022. Como resultado do TCC, foram analisadas soluções empregadas pelos laboratórios selecionados como a documentação produzida em razão das ações de campo, para tanto, foi realizado um diagnóstico para conhecimento dos ambientes de guarda permanente. Esse reconhecimento do diagnóstico ficou por conta das experiências vivenciadas em laboratórios, tanto da Arquivologia quanto da Arqueologia.

No Fórum de Arqueologia da Sociedade Brasileira de Arqueologia (SAB) ocorrido em Ouro Preto, entre os dias 26 e 28 de abril de 2017, cujo eixo de discussões sobre Acervos Arqueológicos organizado pelo Grupo de Trabalho Acervos da SAB e pelo Departamento de Museologia (DEMUL) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), oportunizou a discussão de outra forma de lidar com a conservação de materiais arqueológicos. Neste evento, a gestão dos acervos foi a pauta principal, tanto que no final do evento foi elaborado uma carta de recomendações.

A Ciência Arqueologia, durante muito tempo, vem passando por mudanças e adaptações, reconhecendo que os materiais arqueológicos devem ser bem conservados após os trabalhos de escavação que exigem cuidado ao tratar da materialidade. Assim, por essa precaução, a fase de escavação demanda de uma atenção especial com a conservação desses artefatos para fins de preservação. Nas décadas de 1970, 1980 e 1990 foram marcados por diversos atos, que proporcionaram ações de relevância na proteção e gestão de acervos arqueológicos. Para citar um modelo dos anos de 1990 cita-se a Carta de Lausanne, referenciando o patrimônio arqueológico como constituinte de testemunho essencial sobre as atividades humanas.

A legislação é um significativo regulamento para a preservação, pois endossa a necessidade da aplicação de recursos financeiros, de pessoal na concretização de gestão dos artefatos, os métodos de aplicação de conservação. Para uma maior compreensão das leis de ambas as áreas, foi consultada a legislação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como as portarias da Arqueologia e as leis que regem a Arquivologia, como um ponto importante para o conhecimento da organização e/ou instituição a ser trabalhada, pois sem esses regulamentos não seria possível efetuar um bom trabalho.

Conceitualmente, de acordo com a Resolução nº 196/2016 do IPHAN, a preservação do patrimônio arqueológico e cultural permeiam algumas ações a serem adotadas, dentre elas a conservação e a salvaguarda.

A função conservação/preservação passa a ser considerada uma etapa do processo de maior dinâmica pelo fato de que fomenta a participação de agentes com intenção de resguardar a memória. Existem várias referências de ações para a preservação, onde existe a preocupação com a cadeia de operações que devem ser

realizadas durante os procedimentos de conservação, agregando conceitos que, pela ótica, sustentam o sentido da preservação.

Este estudo parte de um levantamento documental realizado em alguns laboratórios das universidades situadas na Região Sul (RS) do Brasil, cuja terminologia arquivística aponta alguns critérios relevantes para a elaboração de planos de trabalho com os arquivos. Mas, parte-se do diagnóstico como o primeiro passo a ser dado por um profissional na área de pesquisa arquivística e, como proposta deste estudo, estende-se aos vestígios arqueológicos.

A ideia desta pesquisa está inserida na **temática** e nas formas de “Emprego de técnicas e métodos nos cuidados dos materiais arqueológicos e dos documentos produzidos em atividades de campo na Arqueologia a partir de conceitos arquivísticos de gestão e conservação”. Esse estudo parte desde a prospecção, monitoramento e a própria escavação onde documentos produzidos em razão das atividades realizadas no campo, além dos produzidos em laboratório como fichas, planilhas, diários de campo e artefatos, envolvem gestão e conservação a partir da visão arquivística. A intenção desta abordagem temática é a de promover uma discussão e possível adequação, a fim de contribuir com recomendações de tratamento e conservação nos registros arqueológicos, desde o campo até o laboratório.

Em busca de aprofundar o tema desta pesquisa, em meio as respostas científicas e válidas, o **problema** desta pesquisa teve a intenção de encontrar e demonstrar pareceres empíricos à pesquisa desenvolvida a fim de fazer o seguinte questionamento: “Como estão sendo realizadas as aplicações metodológicas do campo da Arqueologia, a partir dos conhecimentos da área de Arquivologia, referente ao gerenciamento documental e conservação de artefatos arqueológicos nas instituições”?

Este estudo foi baseado no levantamento, através de um diagnóstico dos métodos de gestão, com ênfase na conservação dos documentos e dos acervos arqueológicos, identificando como são realizados o tratamento dos artefatos e seus documentos produzidos/recebidos em razão de comprovação de escavações arqueológicas. Por isso, tem como **objetivo geral** investigar os métodos e práticas de gerenciamento documental e material, com ênfase na conservação em ambientes de guarda permanente para o uso de técnicas aplicadas e recomendadas pela Arquivologia aos acervos documentais e arqueológicos da Região Sul do Brasil.

Já os **objetivos específicos** aparecem como propósito: realizar o diagnóstico das atividades e emprego de procedimentos de gestão dos artefatos arqueológicos e de gestão documental em laboratórios de Arqueologia; comparar ações de gerenciamento dos laboratórios, com ênfase na conservação, na visão da Arqueologia e da Arquivologia; analisar as formas e as relações entre as duas ciências como vivência prática, decorrentes da criação, uso, organização, e a guarda permanente dos documentos e dos materiais arqueológicos; por fim, elaborar um manual instrutivo e ilustrativo de aplicação das técnicas de tratamento de artefatos e de gestão documental.

Assim a proposta visa apresentar formas de tratamento clássicas, a fim de demonstrar a possibilidade de implementação, traçando um paralelo entre as duas ciências distintas. A Arquivologia e a Arqueologia necessitam de procedimentos específicos a partir da gestão, para fins de preservação dos seus acervos, com atividades essenciais para uma organização, onde pesquisadores e usuários consigam ter uma maior facilidade ao acesso dos documentos e artefatos. Sendo assim, esse pressuposto projeta qualidade à pesquisa, tornando-a conclusiva.

Por isso, **justifica-se** este estudo em razão da formação do autor desta pesquisa nas duas áreas focos deste estudo, a Arquivologia, cujo curso foi concluído no ano de 2013, e a Arqueologia concluído em 2020. Ao longo da trajetória acadêmica foram desenvolvidos trabalhos com ênfase na conservação/preservação do patrimônio cultural, como proteção aos documentos e artefatos no Brasil, sempre direcionada ao conhecimento da função de conservação. Essas pesquisas tiveram início na segunda graduação, em Arqueologia, cujas inquietações levaram a elaboração do TCC e a elaboração do projeto para ingresso no mestrado no ano de 2017.

Das teorias e prática adquiridas durante a realização dos cursos de graduação, foram agregadas pela Arquivologia o conhecimento de técnicas de conservação e de tratamento dos documentos arquivísticos, enquanto pela Arqueologia foi viabilizado pelo conhecimento em questões de coleta, guarda e tratamento de materiais arqueológicos. Ao longo desta trajetória foi possível perceber que a conservação/preservação é uma das funções de emprego comum em ambas as áreas de conhecimento e, portanto, o emprego de procedimentos de conservação preventiva é um critério valioso para a preservação de um patrimônio cultural.

Por isso, após a defesa e conclusão do TCC pelo curso de Arqueologia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), entendeu-se ser necessário a continuidade no tema da conservação, focando nas atividades de gerenciamento, uma vez que um conhecimento não finda num primeiro resultado de uma pesquisa. Por isso, este trabalho pretende dar continuidade ao estudo de análise das práticas de tratamento dos materiais arqueológicos e seus documentos.

De forma direta, o trabalho almeja uma análise significativa para as duas áreas, a partir da aplicabilidade de uma planilha, com a etapa do diagnóstico realizado em laboratórios e reservas de instituições de guarda permanente iniciado durante a execução do TCC, mas com continuidade no mestrado. Por esse motivo, esta pesquisa visa, em sua totalidade, apresentar as principais ações que devem ser tomadas com relação à conservação preventiva dos documentos produzidos na etapa de campo, como exemplo as fichas, contendo tipo de solo, profundidade e demais detalhes decorrentes da escavação. Ou seja, a conservação permanente de bens arqueológicos e seus documentos correspondentes em laboratórios. Essa temática foi empregada e desenvolvida novamente no mestrado do Programa de Pós-Graduação e Patrimônio Cultural pela UFSM. No entanto, o mestrado iniciado em 2017 não foi concluído em razão de motivações pessoais, sendo retomado em 2021.

As áreas de Arquivologia e Arqueologia têm afinidades, com isso se tornou mais direcionado às próprias atividades realizadas que serviram de apoio contextual, onde as práticas vivenciadas foram demonstradas. Em suma, esta pesquisa é relevante ao ponto que já se passaram quatro anos desde o desenvolvimento do TCC e, portanto, busca identificar possíveis mudanças significativas e evolução dos locais pesquisados, apresentando métodos de trabalho, como também reconhecendo abordagens (teórica e prática) de cada ciência, que pode ser readaptada na função de conservação. Portanto, traz uma contribuição aos pesquisadores de campo em laboratórios e demais instituições de guarda permanente de materiais arqueológicos.

Considerando o **estado da arte** verificou-se que algumas pesquisas que envolvem Arquivologia estão presentes em outras áreas e ciências diversas, como a junção entre Arquivologia e Biomedicina. Na Arqueologia também, com trabalhos envolvendo a Museologia ou Biologia, porém o diferencial deste trabalho é o ineditismo, com a junção de duas áreas distintas, a Arquivologia e a Arqueologia, cuja interdisciplinaridade traz como propósito a conservação dos seus bens e documentos de laboratórios arqueológicos. Cita-se alguns exemplos de trabalhos que envolvem as

duas ciências, como na Revista de Arqueologia e a SAB, que destaca em alguns volumes a associação com zooarqueologia e as sociedades tradicionais, com o sepultamento de animais, ocupações e fragmentos sociais. O Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco em parceria com a Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM), oferece como área de concentração a Arqueologia e Conservação do Patrimônio Cultural no Nordeste, com produções científicas de estudo cerâmico, de marcadores bioarqueológicos e de arqueologia subaquática.

Já os trabalhos envolvendo Arquivologia cita-se o Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), que na estrutura curricular apresentam Perspectivas da Arquivologia Contemporânea, Arquivos, Estado e Sociedade, Arquivos, Memória e Patrimônio, entre outras, com estudos como classificação de acervos, recomendações de preservação, gestão de arquivos públicos e privados.

Todavia, não foi encontrado nenhum trabalho que envolvesse essas duas ciências aqui trabalhadas, complementando o ineditismo da pesquisa e a valorização da interdisciplinaridade acadêmica, neste estudo, a Arqueologia com a Arquivologia.

Deste modo, como **metodologia** aplicada partiu-se da problemática desta pesquisa e do objetivo geral que está direcionado a partir do conhecimento adquirido na formação desse autor em ambas as áreas - Arquivologia e a Arqueologia. Além disso, este estudo foi desenvolvido através de percepções obtidas durante a realização dos estágios e da execução do seu TCC no Curso de Arqueologia da FURG. Durante as atividades prestadas no Laboratório de Arqueologia e Antropologia (LEPAN) da FURG, ficou evidente que os procedimentos de trabalho poderiam ser adaptados, já que estavam passando por mudanças de gestão, coordenação e de prédio. Para que essa pesquisa tivesse uma abordagem mais expansiva, outros laboratórios de universidades do estado do Rio Grande do Sul, que aplicam o mesmo trabalho de conservação, foram inseridos.

Este estudo foi baseado no método de pesquisa descritiva, com a coleta de dados e informações através de pesquisa bibliográfica e atividades *in loco*, ambas compõem um segmento de pesquisa que foi estudado em outra ocasião. Quanto ao tipo de abordagem, conforme descrito por Cesário (2020), foi qualitativa, ao passo que todas as etapas são argumentadas mediante os resultados obtidos, de forma analítica. Isto é, descreve-se o problema considerando a interpretação de termos

mais subjetivos como pensamentos, opiniões e percepções das atividades elaboradas e que podem ser seguidas.

Já a pesquisa bibliográfica apresentada foi fundamental, principalmente, nas duas ciências de formação deste autor, mas como existe uma interdisciplinaridade com ênfase na função conservação, em alguns momentos abordou-se outras áreas do conhecimento científico como a Museologia, já que esta ciência corrobora com as pesquisas de campo aplicadas e seus tratamentos e trabalhos práticos de laboratório. Entretanto, foram abordadas superficialmente, apenas como complemento da conservação dos acervos na perspectiva da Arqueologia.

Para o embasamento teórico, a dissertação foi desenvolvida através de pesquisas feitas em periódicos e em bibliografias, tanto na área de Arqueologia quanto da Arquivologia. A proposta é de garantir com que as normativas, regras, decretos, legislação, métodos e teorias das duas ciências (humanas e da informação) nas quais foram utilizadas sejam aplicadas.

Para a identificação do emprego de técnicas de gestão documental e artefatos para os laboratórios observados, num primeiro momento, foram coletadas informações obtidas nas quais trouxeram dados que corroboraram com esta pesquisa. A etapa inicial foi dedicada a apresentar como as instituições de guarda permanente de materiais arqueológicos (laboratórios e reservas técnicas) executam suas atividades de gestão atribuídas aos acervos.

Além disso, foi possível através de uma observação direta e o contato com os responsáveis dos laboratórios diagnosticar as reais condições e aplicabilidades das teorias e das práticas das ciências já mencionadas. A primeira coleta de dados foi realizada no ano de 2019, no mesmo período em que estava sendo finalizado o TCC em Arqueologia e, cujo mestrado em Patrimônio Cultural foi interrompido.

O estágio de campo ocorreu no Uruguai, em Kyju, um balneário próximo da capital Montevidéu, após o estágio de laboratório realizado no antigo LEPAN na FURG. Para a execução do trabalho, foram pesquisadas *in loco* outras instituições, como a Universidade Federal de Pelotas (UFPEl), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Para o “comparativo” e análise da situação atual dos laboratórios participantes deste estudo, e o emprego de métodos específicos de pesquisa de campo, foi aplicado um questionário (Apêndice I) e realizada uma atividade presencial em cada

ambiente de pesquisa, descritas no cronograma. O retorno foi no mês de outubro no ano de 2022, após o término da etapa de Qualificação do Projeto pelo Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, onde foi aplicado o questionário aos coordenadores de laboratórios e reservas técnicas. Foi observado também a vivência prática em ambientes de guarda permanentes.

Como forma de aumentar a pretensão deste estudo ficou evidente que a relevância para tal desenvolvimento enaltece as formas de tratar os materiais arqueológicos na visão da arquivística, visto que são áreas que têm intensa prioridade em trabalhos voltados a preservação e conservação de materiais de valor registrado. Merece, assim, todos os cuidados com relação à ética de referenciais e demais usos, por isso, os esclarecimentos estarão visíveis e estabelecem critérios de responsabilidade.

Conforme a Constituição de 1937, em seu artigo nº 23, assim como a Constituição de 1988, nos artigos nº 215 e 216, e posteriormente o Decreto de Lei nº 25/1937 e o Decreto nº 3.551/2000 foram analisados no período do desenvolvimento inicial desta pesquisa e revisto atualmente, para que fosse possível o entendimento das preocupações de preservação do patrimônio cultural no âmbito brasileiro.

Na etapa de verificação das operações de gestão a proposta foi complementar, por isso foi elaborada uma planilha apresentando um paralelo a partir das respostas obtidas com a aplicação do questionário, a fim de comparar o ano de 2019 com as atuais condições de trabalho nos laboratórios e reservas. A intenção desta etapa foi de trazer esse comparativo, diagnosticando os processos evolutivos que cada instituição sofreu ou mesmo se adaptou num período de três anos (2019-2022) após o início das pesquisas e agora retomadas. Já a etapa de análise direta aos acervos servirá para a formulação e entendimento do fluxo de gestão aplicada aos mesmos. O diagnóstico deve, assim, proporcionar subsídios para o diálogo e propostas de mudanças, viabilizando a construção de objetos de estudo arquivístico e a proposição de soluções.

A forma mais simplificada apresentada traz algumas nuances da pesquisa realizada através de imagens e da descrição em forma textual das respostas e esclarecimento recebidos pelos coordenadores de cada local. Para o uso das fotos capturadas em cada local da pesquisa foi elaborado um Termo de Autorização do Uso de Imagem que garante a divulgação dessas imagens. Os termos estão no anexo desta dissertação.

Como forma de demonstrar o emprego de técnicas, após uma análise dos conceitos, normas e regras que regem as aplicações de gestão na Arquivologia e possíveis de serem aplicadas na Arqueologia, esta pesquisa foi tomando forma. Todo trabalho foi baseado na maneira com que a Arqueologia conduz suas atividades de gestão documental e dos artefatos. Com isso centralizado, o demonstrativo do emprego das técnicas de gestão deverá ser aplicado e obtido em critérios observados, cujos resultados apresentados a partir de um comparativo temporal.

Com relação ao produto, neste estudo, foi elaborado um manual informativo, ilustrado e instrutivo, cuja proposta foi apresentar alguns procedimentos, desde os primeiros passos, que podem ser adotados por qualquer reserva de acervo para o gerenciamento e curadoria independente da instituição. Deste modo, pode contribuir nas atividades laboratoriais, pois traz uma visão geral de como os profissionais e estudantes de Arqueologia, ou mesmo os estudantes de áreas afins, que se interessam por essa ciência, devem lidar com os procedimentos iniciais, como a curadoria. Esse manual traz os artefatos e as formas ideais de tratamento dos mesmos e dos documentos referentes, de modo que para a realização da conservação e do armazenamento possam ser bem executados.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A conservação, como disciplina interdisciplinar nas áreas de Arquivologia e Arqueologia, se faz presente e é uma das fases contempladas como operação da gestão documental. Por consequência, o trabalho só tende a fortalecer as pesquisas de futuros interessados, a partir da apresentação de teorias e práticas de trabalho em ambientes de guarda permanente numa visão interdisciplinar das áreas de Arquivologia e Arqueologia.

Como forma de garantir a compreensão das atividades propostas na elaboração dessa dissertação, foram apontados na sequência alguns capítulos com abordagem teórica em termos referentes à Arquivologia e Arqueologia, assim como autores de outras áreas do conhecimento, a fim de demonstrar os demais procedimentos que vieram a sustentar a pesquisa.

2.1. PATRIMÔNIO CULTURAL

Para o entendimento possível da caracterização dos termos utilizados nesta pesquisa, é necessário o estudo do conceito e atos legais do termo patrimônio cultural. Em âmbito nacional, no caso brasileiro a preservação do patrimônio cultural tem expressado desde a formulação da Constituição Federal e da legislação que a circunda, o tratamento com o conceito de patrimônio cultural, onde, portanto, as normas serão apresentadas.

Como modo de atribuir um embasamento teórico sobre os conceitos de alguns regulamentos que regem os bens patrimoniais e a própria legislação vigente, a Constituição de 1937 e 1988 é apresentada nesse momento. Assim, de acordo com a Constituição de 1937, em seu artigo nº 23, assim como a Constituição de 1988 o patrimônio cultural é reconhecido como parte da identidade do povo brasileiro, assim como da diversidade cultural do país. No entanto, o patrimônio cultural tem grande relevância abrangendo bens de natureza diversa que podem ser classificados em bens materiais e imateriais, móveis e imóveis, como também públicos e privados.

No caso do conceito de patrimônio estabelecido na década de 1930, a Constituição Brasileira define o mesmo como: documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, monumentos, paisagens e sítios arqueológicos. Com essa identificação o conceito de patrimônio, já na década de 1980, formula a

nova Constituição, onde o conceito de patrimônio torna garantido em seu artigo nº 215 o acesso à cultura a todo o cidadão dando ênfase à proteção das manifestações culturais das etnias formadas nesse país.

Nesse âmbito, além de ser definido o conceito de patrimônio e o acesso ao patrimônio cultural brasileiro, a legislação brasileira caracteriza os bens que fazem parte desse patrimônio. No artigo nº 216 da Constituição Federal de 1988 define como patrimônio cultural brasileiro “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Criam-se conceitos e expressões dos modos de viver, criar e fazer nas produções científicas, tecnológicas e artísticas, abrangendo as obras, objetos, documentos, assim como conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paleontológico, arqueológico, paisagístico, etc. Todos esses bens de certa forma entendem-se que suas definições são vistas como de patrimônio cultural brasileiro, que de acordo com o poder público efetua os registros, inventários e dão a devida relevância nas definições estabelecidas, uma vez que após serem formuladas o conceito de patrimônio tratem de preservar os bens culturais de valor material e imaterial.

Com publicação na década de 1930, o Decreto de Lei nº 25 de 1937 tem a intenção de complementar os dispositivos da Constituição de 1937, onde trata da organização assim como da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Esse Decreto tem como afirmação o conceito de que patrimônio e bens podem ser caracterizados como patrimônio, trazendo regras de tombamento do próprio bem e dos efeitos do próprio tombamento. Conceitualmente, esse Decreto de Lei define como bens o conjunto de móveis e imóveis cuja preservação é de interesse do país.

Esse conceito configura e permite inferir que, em larga escala, os objetos podem ser entendidos, como a legislação mencionada, a essência do conteúdo dos bens materiais e imateriais. Definido pelo mesmo Decreto, tombamento é, portanto, declarar que o seu valor cultural está inscrito em livro tomo no IPHAN, ou no órgão a nível estadual ou municipal que realiza o tombamento. O Decreto de nº 3.551/00, que complementa a legislação brasileira do patrimônio cultural nacional apresenta e vigora regras para os registros dos bens nos quais tem a consideração como patrimônio imaterial.

Com uma finalidade representativa e sem alterar o conceito de patrimônio cultural, o registro desses bens foi dividido em quatro livros dos saberes, das

celebrações, das formas de expressão e dos lugares. Esses critérios da legislação tem a intenção de confirmar a preservação da cultura no qual não se tem a possibilidade de aplicar tombamento. Como características dos livros antes mencionados supracitados na legislação são:

- Livro Registro de Saberes: no qual os conhecimentos inscritos e dos modos de fazer das comunidades está enraizado;
- Livro de Registro das Celebrações: no qual os inscritos de festas e rituais marcadores da vivência de um coletivo religioso e de outras práticas da vida em sociedade.
- Livro de Registro de Formas de Expressão: no qual a inscrita tem a ver com a manifestação literária, musical, plástica, científica e lúdica;
- Livro de Registro de Lugares: no qual mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços são inscritos, onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. (DECRETO nº 3.551/2000).

Todos os bens que obtêm a inscrição fundamentam na continuidade histórica e de relevância para a memória independentemente da sociedade, que podem ser solicitadas a instauração do processo de registro nos livros através das secretarias vinculadas ao Ministério da Cultura. Como os bens imateriais não são o foco deste trabalho não será aprofundado nas demais discussões, mas partiu-se para um estudo de bens de caráter institucional, que pela legislação acerca do patrimônio cultural, as referências da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

2.2. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO)

O principal órgão de caráter internacional que controla as atividades de patrimônio cultural é a UNESCO, na qual entende que a destruição de bens culturais constitui no empobrecimento para toda uma comunidade ou povo.

- Patrimônio Cultural Mundial: é composto por monumentos, grupos de edifícios ou sítios que tenham um excepcional e universal valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico.
- Patrimônio Natural Mundial: significa as formações físicas, biológicas e geológicas excepcionais, habitats de espécies animais e vegetais ameaçadas e áreas que tenham valor científico, de conservação ou estético excepcional e universal. (UNESCO, 1977)

Internacionalmente os bens estão protegidos pela Convenção sobre Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, que foi aprovada pela UNESCO em Paris na data de 16 de novembro de 1972, em sua décima sétima reunião. O Brasil acabou aderindo em 12 de dezembro de 1977 o mesmo sistema através do Decreto nº 80.978. Para considerar cultural, os monumentos, conjuntos e lugares notáveis:

- Monumentos: são representações de obras arquitetônicas, de esculturas e pinturas, elementos ou as estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos no qual tenha um valor do ponto de vista histórico;
- Conjuntos: representados por grupos de construções isoladas ou reunidas que por virtude da arquitetura, unidade ou ligação com a paisagem tem um valor universal, do ponto de vista histórico, artístico ou científico;
- Lugares notáveis: são as obras do homem, ou da conjugação homem com a natureza, incluindo lugares arqueológicos que tem valor universal excepcionalmente do ponto de vista histórico, estético e etnológico. Também é protegido pelo Patrimônio Mundial Cultural e Natural, aprovado pela UNESCO, os bens naturais:
 - Monumentos naturais, constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos das diferentes formações que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético e científico;
 - Formações geológicas e fisiológicas e áreas delimitadas que constituem o habitat de espécies de animais e vegetais ameaçados, de valor universal do ponto de vista da ciência e a conservação;
 - Lugares notáveis naturais ou zonas delimitadas com valor universal do ponto de vista de conservação ou pela beleza.

A Convenção determinou a atualização e divulgação de uma lista que compunha os bens em perigo, importante esclarecer que a inscrição de um bem como forma de patrimônio não pode ser confundida com o tombamento, pois é um ato de soberania nacional. Com isso, a UNESCO, no Brasil, desenvolveu atividades para a proteção e a conservação de patrimônios naturais e culturais, as quais as atividades incluem o entendimento legal que abarcam o patrimônio cultural tanto a nível nacional como internacional. Dessa forma parte-se para o entendimento do conceito de patrimônio documental e a sua aplicabilidade aos acervos documentais arquivísticos.

De acordo com a Portaria nº 196 de 18 de maio de 2016 estão destinadas a responder e determinar as atividades referentes a conservação de bens arqueológicos, com isso a consideração que tem sob sua guarda os matérias que devem ser preservadas atendam com alguns critérios de monitoramento e gerenciamento de atividades de conservação do patrimônio arqueológico. Ainda sobre esta Portaria, a de nº 196/2016, dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e

Pesquisa, o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel. Com vistas às recomendações do IPHAN, assim como os responsáveis pela gestão e as demais agentes de conservação em disposição geral definidas em quatro pontos, interpretados pelo autor deste trabalho, e transcritos desta forma:

1. Aprovar as recomendações de conservação dos bens conforme o Anexo I - IPHAN (Portaria n° 196, de 18 de maio de 2016);
2. Criar um cadastro das instituições de Guarda e Pesquisa - CNIGP;
3. Criar fichas de cadastro de bens arqueológicos, conforme Anexo II - IPHAN;
4. Criar termo de recebimento de coleções arqueológicas, conforme Anexo III - IPHAN (Portaria n° 196, de 18 de maio de 2016).

Entre outras atribuições, essa Portaria também menciona as recomendações nas quais as instituições diretamente ligadas à guarda de bens arqueológicos devem seguir alguns procedimentos que em meio aos projetos de pesquisa apresentados ao IPHAN devem apresentar as atividades e gastos que terão ao fazer o recolhimento dos materiais. Sob essa perspectiva que a conservação da materialidade em campo e em laboratório deve ser sempre vistoriada, pois o relatório e diários de campo definem e apresentam as atividades que determinado projeto ou trabalho desenvolvido é registrado, além das fichas que apresentam a coleta e monitoramento dos vestígios. Todo material de registro deve ser acumulado, no sentido de manter a unicidade das formas de registrar as atividades. Sendo essas formas de registro, como exemplo: fichas de campo com análise de terreno e topografia, fotografias, cadernos de campo, entre outros, toda essa materialidade documental serve para as pesquisas e comprovação das ações desenvolvidas.

Em meio as atribuições dos pesquisadores e responsáveis pelas atividades que envolvem tanto campo quanto laboratório, é recomendado a avaliação do ambiente - visando os procedimentos que cada material deve receber para estabelecer a redução da deterioração que poderá afetar o vestígio arqueológico que poderá vir a ser retirado de um determinado terreno. Tanto os procedimentos de campo como os de laboratório devem ser combinados, ou seja, as atividades desenvolvidas em campo devem estar interligadas. Dessa forma, os bens coletados por vezes frágeis podem receber as devidas intervenções, considerando que a

higienização em campo é apenas uma forma de antecipar a qualidade de remover a totalidade da sujidade do vestígio. Existem recomendações individuais a cada material retirado e mantido em reserva, tais atividades são recomendadas a fim de evitar danos futuros.

2.3 PATRIMÔNIO DOCUMENTAL

O conceito de patrimônio cultural caracteriza-se por sua amplitude, ou na qual permitem abrigar diferentes formas de valorizar os bens materiais e imateriais, que fazem presente os bens documentais independentes do seu formato ou suporte, que na arquivística se diferem em conceituação. Já os arquivos se constituem em locais fundamentais para manter a organização documental, e perante condições adequadas de conservação dos documentos conservados.

Essa medida preventiva, por sua vez, consiste em “um conjunto de medidas e estratégias administrativas, políticas e operacionais que contribuem direta ou indiretamente para a conservação da integridade dos acervos e dos prédios que os abrigam” (SPINELLI et. al., 2011, p. 4).

Compreende-se que grande parte do conhecimento humano estão registrados em diversas formas e modelos de suporte de informação, grande parte da memória humana está sob a custódia de bibliotecas, museus e arquivos, no qual a definição de arquivo implica no tratamento de um conjunto de documentos criados ou recebidos por uma organização, indivíduo no decorrer de suas atribuições.

A partir disso apresenta-se as discussões sobre o gênero documental, podendo ser definidos como patrimônio documental. Entre as atribuições de relatar e conduzir as informações pertinentes para cada interessado fica evidente que:

O patrimônio documental de numerosos povos tem se dispersado devido aos ‘estragos da guerra’, ao deslocamento acidental ou deliberado de acervos arquivísticos e coleções ou a outras circunstâncias históricas. Às vezes, obstáculos práticos ou políticos dificultam o acesso a ele, enquanto em outros casos, deterioração ou destruição são as ameaças (UNESCO, 1977).

A conservação e preservação documental servem para manter viva a história registrada, pois sem essa preocupação muitas das informações podem ser perdidas ou lentamente corrompidas. O patrimônio documental, de modo geral, garante a salvaguarda a partir das aplicações e cumprimento das atribuições legais existentes

em cada artigo correspondente. Para qualificar mais essa pesquisa com os princípios arquivísticos, estes são considerados os conceitos e técnicas que devem ser observados durante o ciclo vital de documentos de arquivo, dentre eles a produção, organização, guarda, conservação e preservação, assim como para pesquisa de documentos no próprio arquivo.

Para a Arquivologia o documento de arquivo é considerado como um documento produzido, recebido e mantido a fim de provar e/ou informar por uma organização ou pessoa, no cumprimento das suas obrigações legais ou na condução das suas atividades. É a menor unidade arquivística, indivisível do ponto de vista funcional. Com as informações registradas são resultantes do processamento, manipulação e organização de dados, de tal forma que represente uma modificação (quantitativa ou qualitativa) no conhecimento do sistema (humano, animal ou máquina) que a recebe.

Contudo, considera-se “gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes a sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediário, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente”. (LEI N. 8.159/1991, art. 3º). Dessa forma a gestão de documentos diz respeito a uma área da administração geral relacionada com a busca de economia e eficácia na produção, manutenção, uso e destinação final dos mesmos.

A identificação da tipologia documental a partir do controle e normalização como parte do gerenciamento de acervos, desse modo viabiliza a economia no âmbito da gestão, facilita a identificação e mensuração dos documentos mediante a elaboração e uso da tabela de temporalidade - um quadro técnico que determina os prazos de guarda para cada documento. Também envolve a destinação dos documentos: descarte ou guarda permanente, pois a eficácia desses processos conscientes da criação dos documentos: controle sobre o “*diseño*”, geração e distribuição de formulários, informes, diretrizes e correspondência.

Portanto, aprofundar as discussões sobre gêneros documentais que podem ser definidos também como patrimônio documental, segundo Paes (2005), os documentos conforme suas características podem ser classificadas quanto ao gênero ou natureza do assunto.

Dessa maneira quanto ao gênero os documentos podem ser escritos ou textuais, cartográficos, iconográficos (fotos, desenhos) filmográficos (filmes e fitas), sonoros (discos), microfilmes e informáticos (disquetes, disco rígido ou óptico).

Portanto, assim como os documentos no entendimento da arquivística e pela prática da descrição que os documentos textuais podem ser considerados como bens, em sua representatividade patrimonial - patrimônio documental de uma instituição, região pessoa física ou jurídica. Na sequência deste trabalho será apresentado o levantamento realizado, referente aos acervos arqueológicos e documentais atribuídos ao valor patrimonial.

2.4. ACERVOS ARQUEOLÓGICOS E DOCUMENTAIS COMO PATRIMÔNIO

Inicialmente, deve-se caracterizar o acervo arqueológico e documental na medida em que esses, no contexto da instituição, são objetos desta pesquisa. Portanto, em termos conceituais o acervo trabalhado consiste em uma “coleção” que pertence aos laboratórios das universidades, nos próximos capítulos serão apresentados os contextos que envolvem a instituição e os laboratórios trabalhados. Como primeira parte implica em demonstrar que acervos arqueológicos correspondem a um conjunto de bens que, para a Arqueologia, são resultados de pesquisa e busca, a existência de um acervo decorre das obrigações, tanto legais como de manter bem preservados os registros do passado.

Tudo que é coletado e preservado pelo arqueólogo(a), deve ser incluído no acervo que contempla não somente os materiais reunidos em pesquisas, mas também os registros das atividades. O procedimento em que o vestígio é documentado fica evidente neste estudo, pois a Arqueologia sempre teve a preocupação conceitualmente e por lei de manter bem preservados os materiais arqueológicos. Existe, porém, muita preocupação no investimento de ações de conservação dos documentos que comprovam as ações dos profissionais em campo e nos laboratórios de Arqueologia.

Os acervos documentais envolvidos nas atividades arqueológicas podem abarcar: mapas, fotografias, croquis, diários de campo, fichas de quadrículas, entre outros. Tais acervos podem ser adquiridos através de doação, onde os interessados se dirigem até aos laboratórios e /ou reservas para doar materiais de família ou encontrado como exemplo, livros, documentos, roupas, vidros, louças, etc, com isso

existem outras formas de registrar informações em dossiês documentos. Para tanto é interessante o reconhecimento de saberes e aplicação das Políticas de Preservação. Essas por sua vez permitem assegurar que determinado material estabeleça um grau de conservação estável, no caso deve-se preparar um extenso ciclo de atividades e preparativos de preservação dos documentos, assim cada instituição determina ou deveria determinar um programa de prevenção à documentação presente em seus arquivos.

Contudo existem critérios que devem ser abordados como o diagnóstico que segundo Lopes (1997), pode ainda ser subdividido em: diagnóstico maximalista, que trata de uma pesquisa sobre políticas aplicadas e sistemas implantados, e o diagnóstico minimalista, onde os problemas de uma organização e a elaboração por soluções é necessária - esse procedimento está no decorrer desta pesquisa.

O objeto de uma boa política se define por uma programação de atividades e de ações cabíveis à preservação em longo prazo de um acervo, que irá permitir o avanço e o alcance dos objetivos de forma eficiente. Neste caso, o resultado da união entre busca e conhecimento é preciso que envolve ainda a comunicação que representa uma típica forma de se obter informação. As políticas de informação têm se tornado um termo emergente, onde:

ao lado dos impactos pelo uso crescente das tecnologias da informação em diversas configurações políticas e sociais, a perspectiva de um Estado mínimo provoca questionamentos ao protagonismo do Estado na formulação, execução e avaliação de políticas públicas informacionais. (SILVA, 2009, p.5)

Isto é, significa que está inserida nas políticas de informação a comunicação e consequentemente a rapidez com que ela se espalha, com a certeza de manter sempre as políticas de informação mais dinâmicas. A incorporação desses métodos corresponde à estabilidade real do material para os quais o programa é utilizado, por isso é preciso realizar efetivamente suas atribuições, em meio às políticas. Portanto, a preservação é compreendida com a aplicação de métodos de trabalho nas quais os ambientes de guarda, se bem estabelecidos, garantem com que a vida útil dos documentos seja salvaguardada.

Nesse contexto, políticas de preservação nada mais são do que um conjunto de ações cujo objetivo é garantir a integridade e a duração por muito tempo dos documentos independentes de seu suporte. Para Cassandra Ribeiro Silva, a política

corresponde a toda “ação que se destina a salvaguarda ou a recuperar as condições físicas e proporcionar permanência aos materiais dos suportes que contém a informação”. (SILVA, 1998, p. 9).

Com as políticas públicas e as políticas de informação concluídas é necessário recorrer a outra política, a de preservação. Para ser mantida uma política de preservação significativa o que se deve ter em mente é a elaboração de um programa, que destine a preservação dos documentos, independente onde estejam armazenados. Esses princípios proporcionam a garantia da integridade do acervo. Isso traz consigo, independente do aspecto ou formato do documento, uma qualidade e expectativa de durabilidade da documentação de um ou mais acervos, arquivos, coleções, etc.

Deve-se utilizar formas de manter os materiais preservados e suas políticas correspondentes, assim como os métodos adequados de aplicação, na visão da arquivística. Contudo, é compreensivo saber que os documentos são o material a ser pesquisado incluindo, além de sua gestão, a sua conservação. Ao mencionar as políticas de conservação de um acervo arqueológico, *a priori* ligada às políticas de preservação de um patrimônio cultural, que executa suas pesquisas em acervos com artefatos e demais vestígios arqueológicos, refletindo assim,

os principais aspectos que constituem o avanço da política de preservação do patrimônio cultural no país, destacam-se:

1. a atualização do conceito de patrimônio, adequando-o à diversidade cultural brasileira;
2. a formulação de diretrizes para orientar a ação institucional, tendo como foco o envolvimento da sociedade, a promoção do desenvolvimento local e a potencialização das possibilidades de fruição do patrimônio cultural;
3. a abertura para novas áreas de atuação, de forma a abranger os diferentes legados da cultura brasileira;
4. a formulação e a implantação de novos instrumentos de ação;
5. a revisão das metodologias de trabalho;
6. o fortalecimento do órgão nacional de preservação para dar suporte à ampliação do campo de ação;
7. o esforço para construir instrumentos de ação conjunta e de gestão compartilhada do patrimônio entre União, estados e municípios;
8. o progressivo e substancial aumento do investimento em preservação e promoção de bens culturais. (POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 2000 a 2010. p. 07.)

A partir desses critérios, a pesquisa se fortalece no entendimento das formas de lidar com as políticas de preservação. As diretrizes de preservação contemplam estudos e métodos de tratamento de um acervo independente de sua origem, sendo ele documental ou arqueológico.

2.5 ACERVO ARQUEOLÓGICO E A CONSERVAÇÃO

O objeto de estudo da Arqueologia, em sua essência, é a materialidade de uma cultura, o traço de conhecimento a partir dos vestígios define a ciência que estuda o ser humano. No entanto, a existência de um grande número de materiais encontrados requer meios de se manter os achados bem conservados, com isso mantém seguras as informações registradas no material (artefato).

Para isso ser eficiente é preciso entender que Arqueologia se trata de uma ciência que tem por essência a investigação do passado, acaba conduzindo a necessidade de manter bem conservado os vestígios.

Discussões sobre o que deve ser coletado e registrado para compor os acervos das diferentes instituições colocam os profissionais frente a dilemas que envolvem desde espaço físico dos laboratórios e reservas técnicas e condições de conservação até questões de ordem ética. Essas questões tem sido tema de debates em vários encontros científicos entre os profissionais da arqueologia. (REVISTA DE ARQUEOLOGIA, 2020. P.430)

A conservação requer uma gama de métodos a serem aplicados dependendo do tipo de material no qual o profissional está trabalhando, mas aqui a intenção é demonstrar uma parcela de formas de conservar materiais arqueológicos, tratando apenas de apresentar medidas a serem tomadas. Para a Arqueologia o ato de realizar a conservação do material ainda está presente pela união com o patrimônio, sempre quando se lida com a conservação a questão dos cuidados não existe muita distinção. A partir disso entende-se que:

[...] as ações museológicas têm as suas intenções orientadas para a identificação, socialização e preservação dos indicadores das paisagens culturais, depositando um grande interesse pela memória dos territórios e pela constituição de conjuntos patrimoniais. Dessa forma, pode-se compreender que patrimônio é o conjunto seletivo e preservado de bens materiais e imateriais (indicadores culturais), fruto das relações que os Homens estabelecem, ao longo do tempo, com o meio ambiente e em sociedade, e suas respectivas interpretações. Nesse âmbito o vestígio arqueológico exige atenção especial. (REVISTA DE ARQUEOLOGIA, 2014, p. 08)

Para acionar o Protocolo de Ingresso de Acervos Arqueológicos, que regula as condições com que os materiais e a documentação sejam entregues para guarda, a documentação gerada a partir dos procedimentos deve seguir estratégias por meio de

um plano de salvaguarda dos acervos. O Protocolo deve respeitar as normatizações da Portaria do IPHAN nº 07 de 1988 e da Instrução Normativa nº 01 de 2015 e as recomendações da Portaria do IPHAN nº 196 de 2016. Esse documento está elaborado de acordo com o Manual de Conservação Preventiva e interligado com as práticas e documentação do acervo arqueológico. O Termo de Responsabilidade para o Endosso Institucional exige normas que compreendem os seguintes aspectos:

- Quanto à documentação: documentação necessária e os passos a serem seguidos para a concessão de Endosso Institucional pelo Museu, bem como informações que devem constar no projeto de pesquisa; documentação a ser entregue quando do ingresso do acervo arqueológico na Instituição - documentos primários, relatórios, dossiê de conservação preventiva, etc;
 - Quanto à gestão do material arqueológico em campo: critérios de triagem de materiais, conservação preventiva, embalagem, transporte, etc;
 - Quanto à gestão do material arqueológico em laboratório: higienização, manuseio, identificação, colagem, estabilização, conservação preventiva e/ou curativa, embalagem, acondicionamento, etc;
 - Quanto aos objetos que se encontrarem em situação de fragilidade, com presença de patologias e/ou vulneráveis a processos de deterioração;
 - Quanto à coleta de amostras; ▪ Entrega do acervo arqueológico no Museu.
- (REVISTA DE ARQUEOLOGIA, 2014, p. 427)

A Arqueologia trata em manter inerte a degradação de um produto que simboliza e transmite uma significação cultural, para isso ser bem visto existe a necessidade de tornar os objetos em bom estado de conservação. Existe qualidade em reconhecer as formas de manter conservados os materiais arqueológicos, no entanto há pouca bibliografia referente a conservação. Concluída a abordagem sobre a preservação, parte-se para a identificação do acervo.

No Brasil os profissionais do campo da Arqueologia, há algumas décadas, vêm tomando consciência da preocupação com a gestão e a conservação do patrimônio arqueológico, mas esse trabalho apresenta algumas atribuições ligadas à museologia, isso porque elaborar um sistema de gestão de acervos arqueológicos é mais frequente em estudos do campo da Museologia. No entanto, a Arqueologia está cada vez mais se debruçando em estratégias de desenvolvimento como a aplicação de políticas de gestão documental e de coleções, incluindo o patrimônio arqueológico.

Ao estabelecer algumas diretrizes para a aplicação da gestão de patrimônio em acervos arqueológicos, algumas metodologias são aplicadas visando contemplar as seguintes etapas: o sítio (atividade de campo), o artefato e suas ligações com o ambiente, os vínculos de produção dos objetos, as relações e ocupações social, o contexto, entre outros critérios que permitem o arqueólogo identificar o artefato.

A sistematização dos espaços estabelecidos no sítio arqueológico nem sempre é tarefa fácil, posteriormente após escavação, o material vai para o laboratório de Arqueologia, onde pode-se realizar uma análise e aplicar procedimentos específicos para cada material. Portanto, uma integração entre a Museologia e Arqueologia pode ser efetivada.

Para Lopes (2002), existem ferramentas que podem ser utilizadas para registrar ou indexar a documentação e as informações que competem a eles. Além disso, entende-se também que os objetos são documentos, um conceito na área da arquivística aplicada, neste caso, como um auxílio de tarefas, assegurando que as informações tenham validade de prova.

Há pouco tempo, Ballardo e Milder (2016) trataram a temática da Museologia de patrimônio arqueológico, o trabalho com intenção de refletir sobre os documentos em sítios arqueológicos como parte do processo de trabalho. A partir da gestão de coleções do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da UFSM, a ideia foi a de incluir o sítio arqueológico como fonte de informação, como também o ponto de partida para documentar as coleções do espaço. Todo trabalho apontou o tratamento de informação com relação ao posicionamento espacial dos artefatos arqueológicos retirados em cada sítio, tratando-o como parte do patrimônio.

Baseado na bibliografia utilizada neste trabalho salienta-se que não existe uma discrepância diferencial entre o tratamento dos materiais arqueológicos em diferentes locais de armazenamento de acervos, de modo que o pouco diferencial fica por conta do estado de controle de cada instituição. Existe uma diversidade de artigos que relatam os diagnósticos e métodos de aplicabilidade de técnicas e formas de lidar com a conservação e acondicionamento dos objetos. Baseado na visão de Froner e Souza (2008), de fato, as referências se equivalem, porém, a preservação, a pesquisa e a extroversão não devem ser vistas como atividades excludentes, mas como campos integrados, multidisciplinares e interdisciplinares que atuam em benefício mútuo.

A atual Arqueologia percebeu que manter os materiais (vestígios de registro) em bom estado de conservação, pois são eles os detentores de informações do passado, deixando a compreensão do presente em alguns pontos esclarecidos. Com isso incrustado e sabido que o patrimônio arqueológico está ligado diretamente à cultura material, torna-se de uma responsabilidade tamanha que oportuniza o conhecimento em segurança. Compreende-se que:

Peças arqueológicas, uma vez perdidas as informações sobre sua origem – ou seja, as referências estratigráficas, espaciais e cronológicas, bem como as associações com outros objetos e estruturas no solo escavado – deixam de ter qualquer valor para a arqueologia. Torna-se impossível recuperar o contexto da sua produção, utilização e deposição, justo o que permite entender o funcionamento de sistemas socioculturais extintos [...] (LIMA, 2007, p. 05).

O fato de manter os vestígios conservados implica em reconhecer que essa ciência estuda os caracteres humanos, ou seja, através da ligação existente entre os mesmos. Algumas mudanças metodológicas de escavação arqueológica acabaram trazendo novas formas de adquirir evidências que ajudam a Arqueologia como ciência a tornar reconhecido o seu profissional, em que tal ação repercute nas atividades de campo. Os números de materiais retirados dos campos de escavação estão aumentando, tornando os acervos cada vez mais repletos de materiais arqueológicos, necessitando de ações que permeiam o pós-escavar, de como a materialidade será preservada, conservada e salvaguardada. Nessa premissa que a museologia é uma das ciências trabalhadas superficialmente, porém com destaque, pois por muitos anos se encarrega de auxiliar profissionais de Arqueologia a manter conservados os materiais nas reservas técnicas. O embasamento teórico que essa linha de pensamento se apresenta contribui com as pesquisas, pois:

A Musealização da Arqueologia contextualizada nos domínios dos campos epistemológico e operacional da Museologia exige atenção particular, correspondente à identificação e análise em relação ao perfil da Museologia Especial, que caracteriza as potencialidades patrimoniais dos vestígios arqueológicos e suas respectivas interlocuções com distintos contextos culturais e, no que diz respeito à Museologia Aplicada ou às técnicas museográficas, cabe mencionar que o tratamento e a extroversão de bens arqueológicos exigem estratégias metodológicas específicas o que tem contribuído com a expansão do escopo das experimentações museológicas. (REVISTA DE ARQUEOLOGIA, BRUNO, 2017, p. 11)

Além dos artefatos, os registros documentais igualmente devem ser preservados, pois eles são os que confirmam as atividades. Assim, com relação à degradação, além dos materiais arqueológicos, deve-se levar em consideração também a conservação dos documentos, estabilizando as coleções e possibilitando futuras análises. A partir disso pode-se pensar que é preciso:

Conservar para não restaurar! É uma frase que compõe o repertório de todos que trabalham com a preservação de bens culturais. Porém, nem sempre

temos a consciência do que isto significa: conservar não é apenas evitar uma intervenção drástica que, de um jeito ou de outro, implica na alteração das características originais de um objeto. Conservar é atuar de maneira consciente, evitando e controlando riscos, bem como propondo procedimentos e protocolos como metas ou como procedimentos cotidianos que de fato preservam as qualidades materiais, portanto documentais, das coleções. Aqui reside outra máxima: Conhecer para conservar! (SOUZA; FRONER, 2008, p.4)

As pesquisas no âmbito da Arqueologia, nem sempre estão relacionados com a materialidade escavada, mas também seus procedimentos contextuais relevantes, onde além de saber localizações, sítios, vestígios, estratigráficas e etc., deve-se ter conhecimento de como foram retirados de campo. Porém seus contextos apresentam uma variedade de linhas de pesquisa que possibilitam apresentar outras abordagens textuais. Como forma de demonstrar a possibilidade de incorporar técnicas de uma ciência com outra, os próximos capítulos se apresentam para fins de esclarecimento das práticas e técnicas de conservação nas duas áreas aqui trabalhadas, fortalecendo este estudo.

2.6 ACERVO ARQUIVÍSTICO E A CONSERVAÇÃO

Dentro de um programa de preservação devem estar presentes ações de conservação, já que um é complemento do outro. A preservação está diretamente ligada às políticas e ações administrativas de um arquivo, enquanto que a conservação se inclina para as iniciativas práticas como a higienização.

No volume cinco do livro *Como Fazer Conservação Preventiva em Arquivos e Bibliotecas* de Cassares e Moi (2000), da “Coleção Como Fazer”, descreve métodos e operações que fazem com que o profissional arquivista se torne capaz de planejar e realizar as atividades de preservação e conservação de documentos. Preservação é definida pelas autoras como “um conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais” (2000, p.12), já a conservação como:

[...] um conjunto de ações estabilizadoras que visam desacelerar o processo de degradação de documentos ou objetos, por meio de controle ambiental e de tratamentos específicos (higienização, reparos e acondicionamento). (CASSARES; MOI, 2000, p. 12).

Dentre essas definições, a higienização de acervos também está incluída nos procedimentos, pois é uma das atividades no que diz respeito ao processo de preservação e conservação de acervos. Essa operação colabora com a diminuição dos agentes de deterioração que comprometem a integridade dos documentos e artefatos de modo geral, as técnicas se fundamentam em manter, basicamente, o acervo limpo. A higienização pode ser resumida em uma operação simples e fácil, condicionada a retirada da sujeira, conforme apontam Cassares e Moi (2000):

A sujidade é o agente de deterioração que mais afeta os documentos. A sujidade não é inócua e, quando conjugada a condições ambientais inadequadas, provoca reações de destruição de todos os suportes num acervo. Portanto, a higienização das coleções deve ser um hábito de rotina na manutenção de bibliotecas ou arquivos, razão por que é considerada a conservação preventiva por excelência. (CASSARES e MOI, 2000, p. 26).

Incorporado ainda na preservação, a conservação de documentos trata do acondicionamento e ainda do controle do ambiente onde será armazenado o documento. E, além das operações práticas no ato de higienizar, as ações de conservação preventiva ainda envolvem o controle das condições ambientais de guarda que também correspondem àqueles fatores que existem no ambiente físico de armazenamento do acervo. Considera-se, portanto, as condições ambientais apropriadas para uma estabilidade, os níveis de temperatura e umidade relativa que, segundo Duarte (2009), a temperatura deve ficar entre 16 e 18°C, enquanto a umidade relativa entre 40 e 50%. De forma resumida, a conservação oferece algumas ações que contribuem na guarda dos documentos, que devem ser mantidos estáveis, como:

- Controle de umidade e temperatura do ar;
- Condições de armazenamento e acondicionamento;
- Procedimentos de recuperação de acervos;
- Contribuição à preservação de arquivos.

Após a adoção das ações listadas deve-se escolher um local adequado para o armazenamento dos documentos, a fim de manter a conservação dos documentos em áreas de guarda específica para estender o seu tempo de vida. Mas, esse procedimento necessita de um bom acondicionamento do material, onde a guarda dos documentos devem estar em embalagens apropriadas para proteção e fácil

manuseio, isso irá evitar danos aos documentos como, infestações de insetos e microrganismos e demais efeitos de deterioração, tanto que:

O armazenamento inadequado tem efeito direto sobre a vida útil dos materiais. A guarda sem cuidado ou a superlotação de espaços resultam rapidamente em danos às coleções. As embalagens de má qualidade igualmente aceleram a deterioração dos materiais, quando o objetivo seria protegê-los. O manuseio inadequado também tem seu custo: se o manuseio normal produz, inevitavelmente, alguns danos, o manuseio descuidado rapidamente conduz a problemas sérios e irreparáveis. (OGDEN, 2001, p. 7)

Essa citação é pertinente ao passo que conduz o arquivista a pensar quando for fazer a guarda dos documentos, com a importância das maneiras de se proceder com o armazenamento e acondicionamento dos documentos de forma geral. Nesse caso, outras áreas, como a Arqueologia, também podem ter essa preocupação em adotar procedimentos similares, mesmo que de forma diferenciada, a fim de manter íntegros os materiais e documentos acumulados.

Os artefatos arqueológicos podem ser ossos, metais, rochas (líticos), cerâmica, etc. Quanto ao acondicionamento devem ser mantidos em caixas de pH neutro ou podem estar enrolados em plástico, mas colocados nas mesmas caixas confeccionadas com material alcalino e, de preferência, no sentido horizontal. Nenhum documento ou artefato deve ter contato com o chão, devem estar acondicionados individualmente em caixas, armários ou gavetas de mobiliários apropriados. Em arquivos, o local deve concentrar uma área em condições favoráveis para receber o acervo, como mais um critério em vista:

O mobiliário facilita ao acesso aos documentos, promove a proteção contra danos físicos, químicos e mecânicos. Os documentos devem ser guardados em arquivos, estantes, armários ou prateleiras, apropriadas a cada suporte e formato. (CONARQ, 2005, p.14).

Em meio aos atributos de conservação também deve-se reconhecer os tratamentos que antecedem esse trabalho como Rousseau e Couture (1998, p. 87) destacam “A classificação consiste em organizar os documentos produzidos e recebidos pela organização no exercício de suas atividades, de forma a constituir-se em um referencial para a sua recuperação”.

Cabe salientar que todas as medidas tomadas são elementos diretamente ligados à responsabilidade dos profissionais, para que a memória de culturas, em sua

configuração física na materialidade, merece um cuidado especial. Contudo, o reflexo de uma boa gestão está na condução administrativa dos procedimentos anteriores, de tal modo que os dados relacionados presentes na pesquisa defendem a importância dos cuidados que devem ser tomados com a documentação. Essa relação implica nas apresentações das formas com que as atividades foram realizadas e a recuperação das informações que estão inseridas em cada documento.

3. ABORDAGENS CONCEITUAIS

A Arqueologia é uma ciência que através do senso comum trabalha apenas em escavar e rememorar a história de uma localidade através de artefatos, porém atualmente também conduz seu método de trabalho cada vez mais diversificado, mesmo que sua essência seja a escavação. Ou seja, não se trata apenas de investigar monumentos da cidade de Roma (Itália) ou as pirâmides de Gizé, situadas próximo da cidade do Cairo (Egito), mas com a intenção de recuperar e conservar determinada herança cultural atribuindo um grau social e científico a seus achados e pesquisas. Essa epistemologia garante que mais de uma ciência possa complementar uma pesquisa arqueológica, como a Arquivologia, que trata de maneiras corretas de lidar com a documentação, por manter valores atribuídos aos documentos.

Por isso, nessa etapa do trabalho a intenção é apresentar, de maneira objetiva e resumida, três pontos sequenciais onde o primeiro trata das abordagens direcionadas com a verificação dos reflexos que configuram a gestão de acervos documentais e arqueológicos. Após, é apresentado o subcapítulo Gestão e os processos arqueológicos: da escavação à salvaguarda, e na sequência a Gestão e os processos arquivísticos: da produção ao arquivo permanente, que são pontos pertinentes que foram tratados nesta pesquisa.

A seguir, um capítulo dedicado ao histórico e trajetória do Laboratório de Arqueologia da FURG. Esse destaque se dá de forma detalhada e concisa das etapas evolutivas, tanto da reserva técnica quanto das atividades de transição e conservação dos materiais ali guardados. Para tanto, a intenção é relatar as atividades desenvolvidas pelos laboratórios selecionados na prática de estágio e pesquisa de TCC pela FURG. Como forma de ampliar as nuances de ambos os resultados da graduação, optou-se por refazer e aferir de forma comparativa a realidade de 2019 com a atual, em 2022. Inicialmente, apresenta-se o diagnóstico nas instituições já mencionadas, tornando assim, o trabalho conclusivo.

4. RESERVA E LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA – LEPAN

Este capítulo apresenta a trajetória do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Arqueologia e Antropologia (LEPAN), como reserva técnica e local de estudo, pesquisa e ensino, reportado à FURG. Ao conhecer a trajetória do LEPAN, identificou-se o patrimônio arqueológico e documental correspondente, isto é, os artefatos e documentos que retratam diferentes lugares nos quais os pesquisadores efetuaram seus estudos e escavações pertinentes.

Cabe salientar que também existe uma porção dessa massa de materialidade que foi recebida pelo Laboratório em forma de doação, portanto, possibilitando identificar a memória da cidade de Rio Grande - RS e de todo resto da Região Sul.

4.1. LABORATÓRIO DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA (LEPAN)

Formalmente, não foi possível ter acesso completo à história do LEPAN, pois, devido ao processo de troca do mobiliário, em função do desgaste e da ação dos agentes de biodeterioração, como cupins, traças etc., deixou o Laboratório fora de seu formato e organização. Outro fator identificado, em relação aos documentos, foi por falta de gestão ocorreu a eliminação de documentos que comprovem a história do LEPAN. Apesar de todos esses contratemplos, que dificultaram o trabalho, as pesquisas progrediram uma vez que outros documentos puderam ser acessados e consultados, como atas de reuniões do antigo Departamento do qual o curso de História da FURG fez parte. O departamento em questão era o Departamento de Biblioteconomia e História (DBH), no qual os primeiros ensaios de fundação do LEPAN aconteceram, havendo debates sobre sua criação e mudanças de regulamento, entre os anos de 1983 e 1985.

De acordo com a Ata de Reunião do DBH nº76/1983 (na Figura 01): “foi explicado à chefia que no início do primeiro semestre do ano letivo foi criado um Laboratório de Antropologia visando um desenvolvimento nessa área”. Verificou-se que inicialmente, a chefia do DBH não havia solicitado um espaço, o que só ocorreu na reunião seguinte, no dia 19 de julho de 1983.

Figura 01 - atas de reunião DBH.

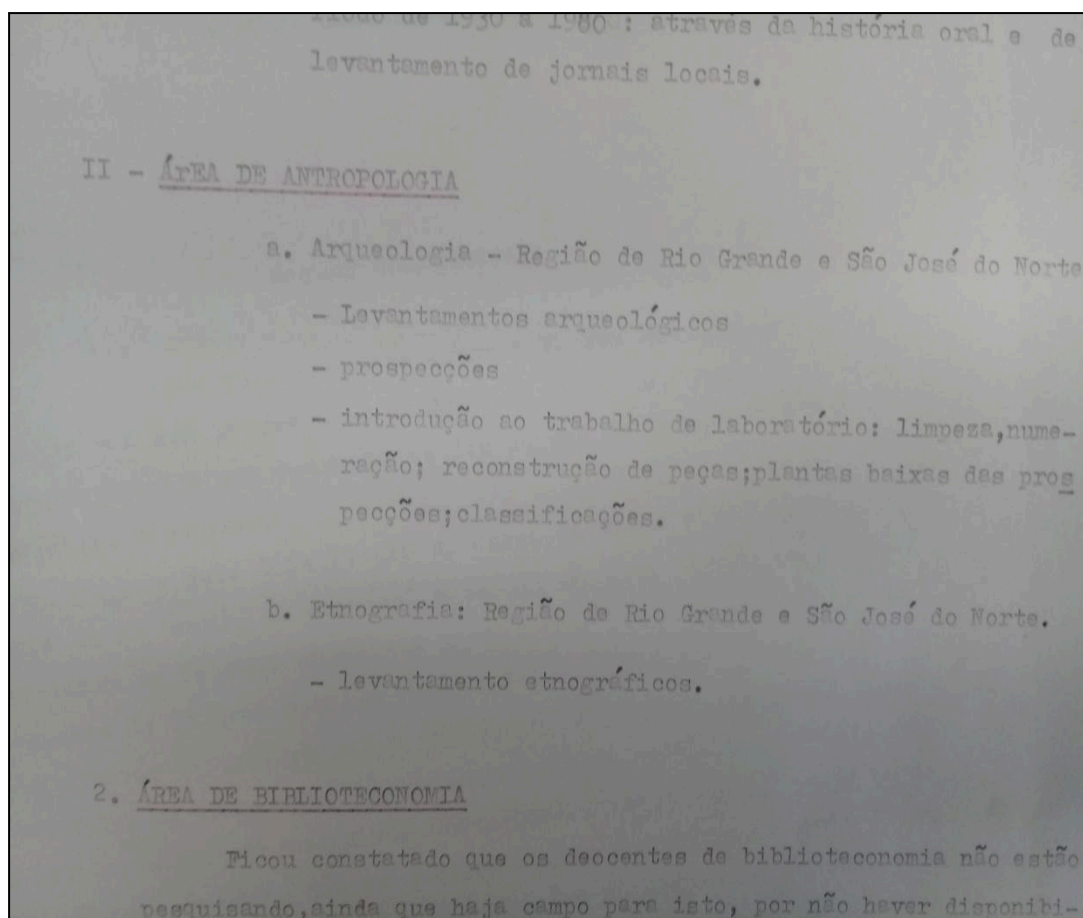
<p>FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECONOMIA E HISTÓRIA ATA DE REUNIÃO Nº. 76/83.</p> <p>ASSUNTOS TRATADOS: Aos dezenove dias do mês de julho de um mil novecentos e oitenta e tres, às dez horas na sala vinte do Pavilhão cinco do Novo Campus desta Universidade, esteve reunido o Colegiado do Departamento de Biblioteconomia e História. Na reunião foram tratados os seguintes assuntos: 1ª) Leitura da Ata nº 76/83 sendo a mesma aprovada. 2ª) Foi apresentado ao Colegiado o projeto do Curso de Especialização: "Administração de Sistemas de Bibliotecas", dando o mesmo após debates, parecer favorável. 3ª) Foi explicado pela Chefia que no início do primeiro semestre do ano letivo foi criado um Laboratório de Antropologia visando um desenvolvimento nessa área. Como no planejamento definitivo das futuras instalações do Departamento feitas anteriormente não consta este laboratório, foi pedido um parecer do Colegiado a respeito que se pronunciou estar de acordo, devendo ser encaminhado junto a SURPLADE projeto do pretendido. 4ª) Leitura do OP. Nº 05/83 da Câmara de Administração de Atividades do CODEP. Após debates ficou estabelecido que será enviada correspondência à Câmara de Administração de Atividades do CODEP com as sugestões: a) De que esta Câmara tenha um assessoramento jurídico para estabelecer definitivamente as normas para INCINERAÇÃO DE DOCUMENTOS. b) Em relação as provas dos alunos, que as mesmas deverão ser vistas pelos alunos, mas não deverão ser entregues aos mesmos. Deverão ser incineradas pelos Departamentos, após prazo estabelecido pela Câmara de Administração de Atividades. 5ª) Sugestões para complementação de aposentadoria, devido ao adiantado da hora, o assunto continuará a ser apreciado em próxima reunião a ser realizada no dia 03/08/83.</p>	<p>Ministério da Educação e Cultura FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE</p> <p>Reunião dos membros do Colegiado do Departamento de Biblioteconomia e História, realizada no dia 19 de julho de 1983 às 10 horas na sala nº 20 do Pavilhão nº 05 do Novo Campus.</p> <table border="0"> <thead> <tr> <th data-bbox="861 649 1085 672">MEMBROS:</th> <th data-bbox="1212 649 1404 672">ASSINATURAS:</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>.....</td> <td>.....</td> </tr> <tr> <td>CILB. MILA V. VIEIRA</td> <td>.....</td> </tr> <tr> <td>Deyla Maria P. Jaeger</td> <td>.....</td> </tr> <tr> <td>GRACIELA C. QUARTAS</td> <td>.....</td> </tr> <tr> <td>.....</td> <td>.....</td> </tr> <tr> <td>Caetano Helena M. R.</td> <td>.....</td> </tr> <tr> <td>José Carlos Viera Ruivo</td> <td>.....</td> </tr> <tr> <td>Fabiano H. Freireiro</td> <td>.....</td> </tr> <tr> <td>MARIA REGINA FREITAS</td> <td>.....</td> </tr> <tr> <td>HUGO ALBERTO PEREIRA NEVES</td> <td>.....</td> </tr> <tr> <td>Alba D. Coxze</td> <td>.....</td> </tr> <tr> <td>Alba B. R. Thuk</td> <td>.....</td> </tr> <tr> <td>.....</td> <td>.....</td> </tr> </tbody> </table> <p><i>Os membros docentes e discentes ausentes, encontram-se em férias.</i></p>	MEMBROS:	ASSINATURAS:	CILB. MILA V. VIEIRA	Deyla Maria P. Jaeger	GRACIELA C. QUARTAS	Caetano Helena M. R.	José Carlos Viera Ruivo	Fabiano H. Freireiro	MARIA REGINA FREITAS	HUGO ALBERTO PEREIRA NEVES	Alba D. Coxze	Alba B. R. Thuk
MEMBROS:	ASSINATURAS:																												
.....																												
CILB. MILA V. VIEIRA																												
Deyla Maria P. Jaeger																												
GRACIELA C. QUARTAS																												
.....																												
Caetano Helena M. R.																												
José Carlos Viera Ruivo																												
Fabiano H. Freireiro																												
MARIA REGINA FREITAS																												
HUGO ALBERTO PEREIRA NEVES																												
Alba D. Coxze																												
Alba B. R. Thuk																												
.....																												

Fonte: elaboração própria.

Algumas atividades do laboratório foram iniciadas em 1984, como estudos no campo Antropológico e Etnográfico, assim como os primeiros estudos no campo da Arqueologia, através de um curso básico.

Na ata de reunião do DBH nº 013/1985, trata-se da leitura de atas anteriores, assim como a contribuições dos professores responsáveis pelas atividades do laboratório, dentre eles o professor José Carlos Vieira Ruivo, um dos idealizadores do LEPAN. As atividades desenvolvidas nesse período são descritas e comprovadas por essa Ata, como as primeiras ações de pesquisa e guarda no campo da Arqueologia, apresentada na Figura 02.

Figura 02 - ata de reunião DBH.



Fonte: elaboração própria.

Ao longo dos anos, em meio a reuniões no ano de 1985, aconteceu a mudança do nome do laboratório, que até esse momento se chamava Laboratório de Antropologia (LA), passando a ser conhecido como Laboratório de Pesquisa em Antropologia, com uma proposta de unificar todos os laboratórios do departamento (DBH), incluindo o Laboratório de História Oral.

Na oportunidade, foram consultadas outras atas de reunião, encontrando-se apenas algumas reformulações do Regimento do Laboratório e leituras de aprovações de outros termos referentes ao DBH, mas nada mais relacionado ao LEPAN. Porém, a partir dessa breve análise, pode ser entendido como se deu o ponto de partida da elaboração/fundação do laboratório pesquisado nesta dissertação.

Para complementar fatos históricos do LEPAN, seriam realizadas entrevistas com os coordenadores que gerenciam o acervo desde sua fundação, pois esses relatos poderiam trazer benefícios à pesquisa, visto que a documentação que

comprova a história do laboratório não foi encontrada, deixando lacunas – porém, não foi possível localizar um de seus fundadores, o professor José Carlos Vieira Ruivo, e os demais coordenadores se recusaram a responder a entrevista, forçando este pesquisador a optar por outras fontes – pesquisas *in loco* ou outras formas de pesquisa. Na figura 03 apresenta-se as coleções do LEPAN, que estavam armazenadas até janeiro de 2018 no LEPAN, em uma sala do prédio quatro da universidade (FURG)

Figura 03 - LEPAN (antigo prédio, até meados dos anos 2016)



Fonte: site do ICHI 2020 – Instituto de Ciências Humanas e da Informação.

Figura 04: LEPAN (antigo prédio - até meados dos anos 2016)



Fonte: site do ICHI. 2020– Instituto de Ciências Humanas e da Informação.

Em 2018, durante o desenvolvimento do trabalho de estágio, aconteceu uma mudança no Laboratório, ocorrendo a higienização e retirada do mobiliário que estava infestado de cupins. Mas não foram obtidas imagens de tais ações por falta de consideração dos responsáveis naquele período, pois o ingresso no local foi impedido, o que mudou com a nova gestão (coordenação), reconstruindo pouco da história do laboratório. Isso dificultou a formulação de uma cronologia mais adequada deste trabalho, porém, nesta dissertação são apresentadas fotografias ilustrando atividades desenvolvidas nesta pesquisa, com outras informações a fim de qualificar este estudo.

4.2. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE PRIMÁRIA DO ACERVO (2018-2019)

O LEPAN está localizado na FURG, instituição que detém o acervo sob sua guarda. Para explicar sobre como surgiu a ideia desta pesquisa, cujo primeiro contato com o laboratório aconteceu em 2010, em uma passagem breve e, apenas de observação. Essa primeira visita foi possível pelo fato desse Laboratório estar localizado ao lado do Centro de Documentação Histórica (CDH), outro laboratório que tem por função fazer a guarda permanente de diversas séries documentais de figuras que representam a cidade de Rio Grande e região. Nesse setor da universidade, foram realizadas atividades práticas em disciplinas do curso de Arquivologia, na qual o autor concluiu a graduação.

À vista disso, o interesse por esse laboratório intensificou-se já que ao longo da formação das duas graduações, relatando a inquietação com a preservação e conservação de materiais, sempre esteve presente. Por isso, o LEPAN foi fundamental para a iniciativa do desenvolvimento desta pesquisa.

Após 30 anos de existência, o Laboratório passou por mudanças, que também aconteceram durante a elaboração desta dissertação, como forma de melhorar as atividades laboratoriais do curso de Arqueologia da FURG, com a unificação dos seus laboratórios. Contudo, a transferência para outro prédio trouxe a possibilidade de aplicação de novas formas de trabalho e gerenciamento do acervo.

Todavia, estudar todas as modificações que ocorreram no Laboratório não fez parte da proposta deste estudo, nem mesmo uma investigação legal ou intervenção, uma das atribuições do IPHAN. Com isso, mesmo que o Laboratório estivesse em pleno estado de mudança e adaptação, não impediu o início desta pesquisa, nem a identificação do material que se encontrava em caixas de material plástico, apesar de anteriormente estarem em caixas de papelão. Devido às mudanças, o que pôde ser observado num primeiro momento foi visto de maneira diferente, pois o que estava na memória deste autor não correspondia com a realidade encontrada.

Nessa primeira análise foi possível identificar as reais condições e as necessidades que o acervo apresentava para reabilitar práticas anteriores. Desse jeito, obteve-se uma mensuração do volume de caixas e dos documentos correspondentes, assim como dos demais registros dispostos para a guarda. O montante de caixas, observado nas fotos que correspondia a uma quantidade entre 800 a 1000 caixas. Entretanto, esse número não foi calculado com exatidão por essas

caixas estarem dispersas, podendo esse volume ser diminuído ou aumentado conforme avaliações futuras. Em relação aos documentos no arquivo, contabilizou-se uma média de 400 a 600 pastas suspensas, dispostas nos arquivos.

Fotos 01, 02, 03: análise do material individual por caixa e pastas com documentos.



Fonte: elaboração própria.

Como o número de caixas com materiais arqueológicos e os documentos são resultado de algumas décadas de trabalho e pesquisa arqueológica e antropológica, é evidente que a pesquisa deverá ter continuidade, não se priorizando aqui um recorte das atividades, mas uma sequência na qual será possível dar prosseguimento aos estudos.

Destaca-se também a importância da preservação da memória dos artefatos arqueológicos, registros que demonstram não somente um fato ocorrido, e a contribuição de uma informação registrada que possibilite a compreensão de novas formas de entender o tempo e o espaço, vida e ambiente, lugares e pessoas, desde que se considere qual significado está transmitindo. Portanto, no âmbito deste trabalho, o que realmente se pretende é estudar as memórias de uma instituição, mais precisamente do LEPAN da FURG, a partir das fontes de registro arqueológico.

O estudo desse acervo permitiu inferir que seus vestígios fazem parte da história das práticas arqueológicas realizadas na cidade, contando com doações de entes e pessoas envolvidas com as pesquisas arqueológicas do presente e do passado. Essa perspectiva torna o acervo arqueológico do LEPAN um montante importante na representatividade do patrimônio cultural pertencente à região sul do Rio Grande do Sul, correspondendo a um patrimônio.

A partir desse relato, apresenta-se os passos e procedimentos que apoiaram o desenvolvimento deste estudo, refletindo-se sobre formas de conservar os materiais. Acervo arqueológico trata-se de um conjunto de bens em guarda permanente que comprovam a variedade de existências humanas e culturais, contemplando uma quantidade de coleções materiais e de simbolismos provenientes do presente e do passado, vivenciados por indivíduos que deixaram suas marcas na história.

4.3. ATIVIDADE DIRECIONADA AO ACERVO ARQUEOLÓGICO (2018-2019)

Para efetuar o levantamento do acervo arqueológico do LEPAN, foram buscadas uma série de informações que auxiliaram na identificação do material. Tais informações dizem respeito ao número de caixas e de materiais que se encontravam dispersos, assim como as condições de armazenamento e acondicionamento, para que fosse possível propor a organização, identificação e conservação a partir de visão da arquivística. Com uma finalidade de sistematização, foi elaborada uma planilha que compreende os sítios e seu material correspondente. Saliencia-se que, no levantamento do acervo arqueológico, por questão de tempo, não foram computados os materiais existentes individualmente por caixa, não fazendo parte momentânea da pesquisa.

Os vestígios arqueológicos encontram-se acondicionados em caixas de material plástico (caixas de arquivo), embora haja exigências por parte do IPHAN,

Fonte: elaboração própria.

As identificações dos materiais seriam mais bem comprovadas com a adaptação de recursos de organização e classificação documental/material em uma ficha, chamada de “espelho” colocadas nas caixas, facilitando a busca. Tais procedimentos foram aos poucos desenvolvidos como forma de garantir o início das atividades de transferência de material para o novo local definitivo. Na Fotografia 05, demonstram que até o momento essas atividades estavam sendo realizadas.

Foto 05: caixas com material arqueológico identificado.



Fonte: elaboração própria.

Ao decorrer do diagnóstico, surgiram diversas ideias, como as já apresentadas nas imagens, além da unificação em dossiês, ou seja, uma coleção de documentos ou um pequeno arquivo de pastas suspensas em mobiliário que contém papéis relativos a determinado assunto, processo, empresa ou pessoa, como no caso do acervo do laboratório referente às prospecções, escavações e doações.

Foi possível constatar que boa parte do acervo se encontra em péssimas condições de armazenamento e acondicionamento, visto que toda materialidade tem de receber uma preservação específica e individualizada, em uma visão profissional pela arquivística. Como parte do tratamento arquivístico a documentação deve passar por diversos processos para a sua organização, porém a intenção dessa pesquisa é de fazer a análise e os primeiros procedimentos de tratamento aos documentos. Porém, os recursos disponíveis deixam a desejar, observado na Fotografia 6, cuja degradação de determinados materiais é bem visível, as imagens apresentam o

estado em que o laboratório estava ao iniciar as pesquisas nesse ambiente de guarda (2018-2019).

Foto 06 : acúmulo do material sem organização ou gestão aplicada (mudanças).



Fonte: elaboração própria.

Todo material se encontra em uma sala de um dos prédios da Instituição com incidência de luz e unidade não reguladas, colaborando para as más condições do local. Atualmente, uma coordenadora e uma técnica de laboratório são as responsáveis pela salvaguarda do acervo, ambas com pós-graduação em Arqueologia.

Durante a identificação inicial, foi constatado que a transferência do material para a reserva técnica teria uma vantagem, se na chegada à nova sala de conservação o material já estivesse classificado e organizado. Percebeu-se que certos procedimentos técnicos da Arquivologia podem auxiliar no gerenciamento documental. Recorre-se a Indolfo (1993) para citar algumas das formas de aplicação dos processos de gestão, que são:

- Assegurar, de forma eficiente, a produção, administração, manutenção e destinação de documentos;

- Assegurar o uso adequado da micrografia, processamento automatizado de dados e outras técnicas avançadas de gestão da informação;
- Contribuir para o acesso e a preservação dos documentos que mereçam guarda permanente devido a seu valor histórico.

Além desses objetivos, a fim de garantir que as políticas e atividades dos governos sejam documentadas adequadamente, entende-se que, após as aplicações da gestão, um menor número de documentos inúteis e transitórios sejam reunidos a documentos de valor permanente, havendo uma melhor organização dos documentos, caso atinjam essa fase. Para inibir a eliminação de documentos de valor permanente, deve ser utilizada uma delimitação criteriosa da parcela de documentos que constituem o patrimônio arquivístico de um país, ou seja, de 2 a 5% da massa documental produzida, segundo a UNESCO, valendo essa definição para acervos documentais não arqueológicos.

4.4. GESTÃO DO ACERVO ARQUEOLÓGICO LEPAN (2018-2019)

O processo de organização do acervo arqueológico do LEPAN teve início em setembro de 2017. Para a realização desse processo, foram previstas algumas etapas como a higienização, identificação, organização e acondicionamento do acervo arqueológico, com uma ressalva: não houve a intenção de modificar o sistema de trabalho já existente no Laboratório, mas proporcionar uma melhoria na organização, assim o acervo receberia a aplicação e a organização documental via gestão documental.

Considerando o volume do acervo a ser organizado, optou-se inicialmente por realizar as atividades aplicadas com baixa incidência, isto é, uma parcela das atividades será futuramente completada, por exemplo, a organização, por questão de tempo restrito. Os procedimentos adotados na gestão do acervo arqueológico, visando ao tratamento foram:

4.4.1. Higienização do acervo

O processo de higienização de acervos arqueológicos contempla atividades de ordem física (atividades mecânicas). Porém, antes de iniciar os procedimentos de

higienização de materiais arqueológicos, é preciso ter um conhecimento específico sobre as ações adequadas de cada material, como é o caso dos metais, cujo processo de oxirredução aumenta a vida do artefato.

Os procedimentos direcionados, hoje, a esse tipo de material destoam do uso de variados produtos utilizados durante décadas. Logo, para manter a integridade do objeto, os procedimentos necessários devem ser conhecidos na íntegra, a fim de garantir o domínio de aplicações químicas condizentes com as práticas de conservação dos metais (mais informações sobre esse tipo de ação e demais materiais arqueológicos de uma reserva técnica estão formulados e ilustrados no manual).

No caso do acervo arqueológico do Laboratório de Arqueologia e Antropologia da FURG, foram utilizados procedimentos de aplicação de trincha e de um pano sobre as caixas e materiais que se encontravam fora delas, elaborados como maneira de impedir momentaneamente maiores danos ao acervo. Tais atividades foram desenvolvidas durante a elaboração deste trabalho, de acordo com o questionário presente nesta pesquisa.

Será discutido posteriormente, como cada reserva trata sua materialidade, cuidados aos quais se buscou equiparar as atividades do LEPAN, estabelecendo seus critérios de higienização e checando-se os pontos iniciais do laboratório com os da atual reserva. Assim, primeiramente, foi identificada a situação na qual os vestígios se apresentavam, sendo que os procedimentos foram iniciados com a limpeza dos resíduos mais resistentes nas caixas, em seu interior e exterior, visto que a incidência de cupins foi bem visível. O procedimento variou, pois o material arqueológico estava disperso, uma vez que prateleiras antigas foram retiradas para que pudessem ser adquiridas novas. Até que todo material fosse enviado à nova reserva técnica, assim, a aplicação técnica apropriada visou impedir a contaminação do agente higienizador.

Como forma de manter uma disposição apropriada, todas as ações foram realizadas em uma estação – local de trabalho (mesa plana), já que não foi possível a retirada do material para outro laboratório, todos os procedimentos foram realizados na sala de permanência dos materiais arqueológicos.

O volume de caixas é bem representativo, pois contabiliza anos de atividades do Laboratório, possuindo uma variedade de informações incrustadas nos vestígios, algumas visíveis e outras em estágio de invisibilidade, dificultando a consulta. Assim, o cuidado foi extremo para que não se danificasse nenhum material.

De forma a estruturar e facilitar o processo de higienização, e tendo em vista a realização de trabalho com esforço repetitivo, foram criadas rotinas que, de forma alternada, tornaram vantajosas as atividades subsequentes que se encontram listadas, havendo também registros fotográficos das etapas e atividades realizadas:

- **Rotina 01:** escolha da caixa por sítio representado e a identificação do que se trata em seu interior, isto é, se está de acordo com o catálogo do laboratório e corresponde aos documentos e à planilha elaborada;
- **Rotina 02:** separação da caixa e o seu estado de conservação, na sequência a identificação da forma que a informação está inserida nos saquinhos e nos materiais;
- **Rotina 03:** identificação do estado de conservação dos materiais, higienização item por item, caso seja necessário, e acondicionamento em nova caixa.

Durante os processos de aplicação da higienização física, percebeu-se que 45% das caixas deveriam ser trocadas para que os materiais fossem acondicionados em novas caixas e saquinhos, em seu interior, pelo estrago causado por agentes biológicos. Todo o material estava recebendo tratamento de curadoria apropriado, no entanto, como documentos e caixas do acervo estavam em fase de trâmite, possivelmente, ao fim desta pesquisa, todo o material receberá novas aplicações, o que será visto nas atividades comparativas a partir do diagnóstico (2019-2022).

4.4.2. Identificação e avaliação do estado de conservação

As informações presentes no acervo documental estão relacionadas, em sua maioria, resultado das atividades em sítios arqueológicos prospectados ou escavados por equipes diversas, já que o Laboratório, até o ano de 2013, emitia endosso institucional que se trata de um termo de condições na qual estabelece diretrizes que apoiam pesquisas arqueológicas e sua emissão atrela a projetos. Constatou-se uma variedade de locais e de pessoas responsáveis pela chegada do material ao LEPAN.

Não foi possível ter acesso à documentação que conta a historicidade do laboratório, pois os documentos podem ter sido trocados de setor, perdidos ou mesmo eliminados indevidamente. Porém, a documentação que remete aos achados arqueológicos serve como referência interna de informações e pela falta de

informações concretas. Diante disso, realizou-se uma consulta e pesquisa em outros setores da Universidade onde poderiam ser encontrados outros documentos que comprovassem as atividades desenvolvidas no decorrer das décadas em que o Laboratório esteve no auge do seu labor.

O Arquivo Geral, que desde 2009 recebe toda a documentação da FURG, realiza o trabalho de triagem documental que envolve a classificação e avaliação documental, porém, nada sobre o tema foi encontrado. Além do Arquivo Geral, outro órgão da FURG que também realiza um trabalho voltado à preservação da memória e história da Instituição, o Núcleo de Memória (NUME), também nada que pertencia ou mencionava sobre o LEPAN foi encontrado.

Entende-se que o processo de identificação do acervo documental deve ser contínuo, pois a aplicação da gestão também auxiliará em novas prospecções e escavações. Isto porque, as informações registradas devem receber um melhor tratamento baseado nos acervos, no qual, devido às massas documentais acumuladas é necessário realizar uma análise retrospectiva das funções e atividades, etapa fundamental para conhecer sobre a sua produção documental.

De fato, o que se buscou foi a realização inicial do desenvolvimento da descrição da coleta de dados, cujos documentos comprovam os vestígios acondicionados nas caixas. Os documentos reunidos em sequência lógica facilitam a identificação dos sítios e, em ordem cronológica, auxiliam no conhecimento das relações entre sítio, vestígio e documento. Dessa forma, deve-se partir para a organização física dos documentos.

4.4.3. Organização do acervo para transporte

Como já foi mencionado, o material arqueológico do LEPAN estava armazenado em algumas caixas de arquivo de material plástico - caixas polionda -, da mesma forma que os documentos, mas com pouca ou nenhuma organização. A fim de organizar o acervo arqueológico para esta pesquisa, tornou-se necessário realizar uma classificação e, para tanto, se fez um estudo das relações documento/material arqueológico.

O LEPAN não possui um sistema de gestão aplicável formalmente ou mesmo estruturado para o desenvolvimento das atividades que possibilite a organização do acervo. Deste modo, as iniciativas da organização do acervo se darão por completo

quando todo material deste laboratório for para a reserva. Então, desenvolveu-se de acordo com a utilização de uma visão maximalista, uma sequência de operações intelectuais e físicas, no âmbito das políticas de gestão, visando à organização do acervo com diferentes métodos, definidos a partir das necessidades de cada material e documento.

Para cada grupo de caixas do mesmo sítio, foram elencadas as séries que foram estruturadas, tendo em vista o estudo das relações entre documento(s) e caixa(s). Após a definição das séries, as caixas foram reunidas fisicamente conforme a estruturação elaborada, sítio por sítio. A próxima etapa, que finaliza as atividades desse nível, foi o armazenamento e acondicionamento em local apropriado.

4.4.4. Acondicionamento do material

Como o processo de guarda definitiva estava em andamento na reserva técnica, o armazenamento continuará em mobiliário novo, mas de forma organizada os materiais serão acondicionados em novas caixas e o catálogo será revitalizado, ou seja, uma nova impressão desse instrumento de pesquisa, com identificação apropriada, será realizada também, detectado nos diagnósticos (2019-2022).

Cada caixa comporta certo volume de material arqueológico, assim, caso seja necessário, o acondicionamento será dividido, sem perder a organicidade anteriormente realizada. Cada vestígio, de acordo com o seu sítio, teve sua individualidade preservada, comprovando-se as informações descritas no momento da pesquisa (2018-2019), a identificação das caixas estava visualmente ilegível, desfavorecendo a busca e consulta.

Neste estudo, propõe-se ao novo local do acervo, rever a utilização de equipamentos específicos para o controle dos agentes ambientais de temperatura e umidade relativa, assim como dos agentes biológicos que podem danificar todo o material arqueológico sob guarda.

No entanto, muitos detalhes sobre as formas como os materiais serão armazenados já estão previstos no projeto do novo laboratório, elaborado por responsáveis que tiveram a intenção de trabalhar juntamente a profissionais da área de Conservação e Restauro, conferindo uma maior qualidade à proposta da reserva. Portanto, espaço físico, climatização e incidência de iluminação foram previstos em conformidade com os materiais que a reserva irá armazenar.

Com vistas à manutenção do acondicionamento, ao final deste estudo, é proposto um manual no qual estão incluídos métodos para manter os materiais arqueológicos bem armazenados e acondicionados, além dos registros documentais.

4.5. ACERVO ARQUIVÍSTICO

Conforme menciona a terminologia, para a definição de métodos de conservação do patrimônio, o registro e gerenciamento das informações em documentos sobre materiais arqueológicos já configura um procedimento de conservação preventiva.

Com relação à documentação que o IPHAN exige, a Portaria nº 07 de 1988, estabelece alguns critérios para a confecção dos relatórios técnicos, indicados nos artigos 11 e 12 desta Portaria. Quanto aos quesitos sobre conservação está presente no artigo 11, como pedidos de formulários, plantas e fotos, indicando alguns procedimentos documentados. No artigo 12 traz a apresentação do relatório final relativo aos materiais coletados e demais dados sobre o acondicionamento dos mesmos, além da indicação dos novos responsáveis pela salvaguarda dos vestígios.

Para executar o diagnóstico do acervo documental correspondente ao acervo arqueológico do LEPAN, foi elaborada uma série de procedimentos que levariam à identificação do material a ser trabalhado. Tais documentos e suas informações diziam respeito ao número de caixas e de materiais que se encontravam dispersos, assim como as condições de armazenamento e acondicionamento para que fosse possível propor soluções adequadas ao acervo documental com a organização, identificação e conservação a partir de uma visão da arquivística. Com a finalidade de sistematizar esse processo, foi elaborada uma planilha que compreende sítios, documentos e materiais correspondentes.

Ocorre que, no levantamento do acervo documental, procedimentos da arquivística como a classificação e avaliação documental não estão presentes na proposta, momentaneamente, nesta pesquisa. Entende-se que a gestão no acervo documental é de fundamental importância para a identificação de cada sítio arqueológico e o entendimento do fluxo e do trâmite pelos quais os documentos passaram desde as atividades de campo até a chegada ao laboratório, comprovando e identificando cada atividade. Contudo, tanto a manutenção como a compreensão do fluxo que o documento percorre são importantes.

Os documentos encontram-se acondicionados em um arquivo metálico convencional. Toda a materialidade que se encontra no LEPAN está documentada e acondicionada em pastas suspensas, que além de apresentarem os sítios com localizações das plotagens, escavações, prospecções, estratigráficas etc., contam com algumas fotografias e diários de campo. A documentação encontra-se dispersa devido ao momento de transição para o novo local de permanência.

O acervo do LEPAN teve início em 1983, proveniente de pesquisas realizadas desde a sua fundação. Observou-se que os seus materiais e documentos necessitam de higienização e conservação contínua, por isso a limpeza dos materiais, ao trocar de ambiente, exige cuidados específicos já que as ações do tempo e as condições de umidade são prejudiciais. A intenção de manter “intocáveis” os acervos arqueológicos impossibilitaram, naquele momento, determinados estudos, da mesma forma ocorreram com os documentos. Assim, propõe-se ao acervo arqueológico do LEPAN promover a difusão da documentação presente no acervo para pesquisas e consultas futuras.

A Arqueologia é uma ciência que tem como base a análise e entendimento do ser humano e culturas do presente e do passado através de suas materialidades, por isso, alguns questionamentos são pertinentes sobre os registros encontrados no acervo do LEPAN, já que os restos materiais e documentais sem contexto perdem seu valor de comprovação. Entende-se que, com a separação das informações certos dados são perdidos, embora existam métodos de gestão e organização que podem ser aplicados e estão sendo abordados nesta pesquisa.

De acordo com o catálogo do laboratório, o acervo arqueológico comporta aproximadamente 800 pastas suspensas em 2018, mas esse número pode variar pela grande desorganização, podendo também variar o conteúdo dessas pastas, conforme os sítios escavados ou o material adquirido durante 30 anos desde a fundação do local.

Entre esses materiais, existem aproximadamente 600 pastas com documentos que apresentam informações ligadas às atividades do laboratório, com informações referentes a prospecções, escavações ou doações.

Embora bem representativo, o acervo documental e arqueológico do LEPAN, em sua atual situação (2022), não oferece condições para garantir seu acesso, preservação e difusão. Com problemas de identificação, algumas das pastas e documentos apresentam danos por agentes de biodeterioração (cupins e traças) e

mau acondicionamento, dificultando a realização de pesquisas. Os documentos seriam mais bem identificados se, conforme proposta, houvesse a aplicação da gestão documental, com a adaptação de recursos de organização através da classificação dos documentos e dos materiais em uma ficha e catálogo mais adequado, talvez até o digital.

No decorrer do diagnóstico, surgiram diversas ideias que poderiam proporcionar ao Laboratório uma melhor apresentação na futura reserva técnica que a Universidade se propôs a criar, para unificar os acervos dos laboratórios de cunho arqueológico presentes na FURG. Foi possível constatar que boa parte dos documentos se encontra em péssimas condições de armazenamento e acondicionamento, já que documentos, para a arquivística, necessitam de uma temperatura e umidade apropriada e têm de receber ações de conservação específica e individualizada, de forma que os recursos disponíveis atualmente deixam a desejar.

A degradação de determinados documentos é bem visível, o que torna a aplicação da gestão vantajosa, já que não existe, no momento, nenhuma preocupação com o acervo documental que comprova as atividades realizadas, possibilitando pesquisas e estudos acadêmicos.

Todos os documentos encontram-se juntamente aos vestígios arqueológicos, ou seja, na mesma sala em um dos prédios da Universidade, com uma estrutura com incidência de luz e umidade não reguladas, colaborando para as más condições observadas. No ano em que as atividades foram realizadas (2018-2019), as responsáveis pela salvaguarda era uma coordenadora e uma técnica de laboratório, ambas com pós-graduação em Arqueologia.

Durante a identificação inicial, foi constatado que a transferência do material para a reserva técnica teria uma vantagem se na chegada à nova sala de conservação o material já estivesse classificado e organizado, percebendo-se assim, que as técnicas da Arquivologia poderiam auxiliar com práticas e gestão para isso.

4.6. GESTÃO DO ACERVO ARQUIVÍSTICO (2018-2019)

O processo de organização do acervo documental teve início em setembro de 2017, mas as coleções arqueológicas não foram mexidas pois houve um impedimento

por parte dos responsáveis com a desculpa de que os materiais já seriam transferidos para a reserva, ocorrendo assim dois trabalhos realizados no acervo arqueológico.

Para a realização desse processo, foram previstas as mesmas etapas anteriores: higienização, identificação, organização e acondicionamento do acervo arqueológico, mas com uma ressalva que não houve a intenção de modificar o sistema de trabalho já existente no Laboratório e, sim proporcionar uma melhoria na organização dos documentos. O acervo receberia a aplicação e a organização de uma gestão documental apropriada.

Para Bernardes (2008), conforme as informações são produzidas, recebidas e acumuladas pela administração pública no exercício de suas funções e atividades, o registro em documentos representa a essência da comprovação de determinadas ações, sendo estratégico, pois fortalece o controle.

Considerando o volume do acervo documental que corresponde à materialidade a ser organizada optou-se, inicialmente, por realizar as atividades de levantamento documental em convergência às ações aplicadas ao acervo arqueológico, assim, futuramente, as pesquisas serão facilitadas no gerenciamento do acervo documental. Por isso, antes que os materiais arqueológicos fossem transferidos para a nova reserva técnica, foram realizados alguns procedimentos adotados na gestão e tratamento do acervo documental, com vistas a reduzir mais danos e perdas como:

4.6.1. Higienização dos documentos

Os processos de higienização de acervos documentais envolvem atividades de ordem física (atividades mecânicas). O Dicionário de Terminologia Arquivística define o termo higienização como a “retirada, por meio de técnicas apropriadas, de poeira e outros resíduos, com vistas à preservação dos documentos” (2005, p.103). Nesse caso específico, em relação ao acervo documental do Laboratório de Arqueologia e Antropologia da FURG, primeiramente foi identificada a situação dos documentos para depois serem iniciados os procedimentos com a aplicação da trincha, que retirou resíduos mais resistentes das pastas, em um único sentido, de baixo para cima, técnica apropriada para impedir a contaminação do agente e depois nos documentos.

Como forma de manter uma disposição apropriada, todas as ações foram realizadas em uma estação (mesa plana de superfície lisa), já que não foi possível a

retirada do material para outro laboratório que trabalha com esse procedimento, o Laboratório de Arquivologia (LARQ) da FURG, com equipamento adequado para se fazer essa atividade. Boa parte dos documentos possui uma variada gama de informações, no entanto, algumas visíveis e outras em estágio de invisibilidade que dificultaram a leitura, nesses casos, o cuidado foi extremo para que não se danificasse ainda mais os documentos.

De forma a facilitar e estruturar o processo de higienização, e tendo em vista a realização de trabalho com esforço repetitivo, foram criadas rotinas que, de forma alternada, tornaram vantajosas as atividades subsequentes que se encontram listadas, havendo também registros. O mesmo roteiro usado no trabalho realizado com as caixas de material arqueológico foi realizado nessa etapa com as pastas e documentos.

Fotos 07: organização das pastas no arquivo.



Foto Rotina 03 – fonte: elaboração própria.

Durante os processos de aplicação da trincha na etapa da higienização física, percebeu-se que 50% das pastas, necessariamente deveriam ser acondicionadas em pastas novas, recebendo todo tratamento arquivístico apropriado. Porém, como os documentos e caixas do acervo se encontram em fase de trâmite, possivelmente, ao fim desta pesquisa, todo o material receberá novas aplicações.

4.6.2. Identificação do acervo documental

As informações presentes no acervo documental estão relacionadas, em sua maioria, aos sítios arqueológicos prospectados ou escavados por equipes diversas, já que o laboratório até o ano de 2013 emitia endosso, constatando-se uma variedade de locais e de pessoas responsáveis pela chegada do material ao LEPAN. Porém, a documentação que remete aos achados arqueológicos serve como referência interna de informações e, ainda, pela falta de informações concretas. Com isso, realizou-se uma consulta e pesquisa em outros setores da universidade onde poderiam ser encontrados outros documentos que comprovem as atividades desenvolvidas ao decorrer das décadas em que o laboratório esteve no auge do seu labor.

De fato, o que se pretendeu foi a realização do desenvolvimento da descrição da coleta de dados, cujos documentos comprovem os vestígios acondicionados nas caixas, isto porque os documentos reunidos, em sequência lógica, facilitam a identificação dos sítios, já em ordem cronológica auxiliam o conhecimento das relações entre sítio, vestígio e documento. Parte-se assim para a organização física dos documentos.

4.6.3. Organização dos documentos nas pastas

A documentação está armazenada em um arquivo de metal com pouca ou nenhuma organização. A fim de organizar o acervo documental para a pesquisa, tornou-se necessário realizar uma classificação, e, para tanto, se fez um estudo a respeito das relações documento/material arqueológico. A iniciativa de organização do acervo documental foi desenvolvida de acordo com a utilização de uma visão maximalista para a definição de uma sequência de operações intelectuais e físicas, visando à organização do acervo documental com diferentes métodos.

Para cada grupo de documentos do mesmo sítio, foram elencadas séries estruturadas tendo em vista o estudo das relações entre documento(s) e caixa(s). Após a definição das séries, os documentos foram reunidos fisicamente conforme a estruturação elaborada, sendo a próxima etapa, que finaliza as atividades desse nível, o armazenamento em local apropriado e o acondicionamento em materiais adequados.

4.6.4. Acondicionamento dos documentos nos arquivos

Como o processo de guarda definitiva na reserva técnica estava em andamento, o armazenamento continuará no mesmo arquivo, porém de forma organizada, pois as pastas antigas foram acondicionadas em novas pastas. O catálogo será revitalizado, isto é, uma nova impressão desse instrumento de pesquisa com identificação apropriada será realizada também.

Cada pasta comporta certo volume de documentos, assim, caso seja necessário, o acondicionamento será dividido, mas sem perder a organicidade anteriormente adotada. Assim, cada documento pode ter sua individualidade preservada, comprovando as informações descritas no momento da pesquisa, a identificação das pastas estava visualmente melhor, favorecendo a busca e consulta.

Como proposta ao novo local do acervo, foi necessário rever a utilização de equipamentos específicos para o controle dos agentes ambientais, com controle de temperatura e umidade relativa do ambiente, assim como dos agentes biológicos.

Tais mudanças já estão em pauta, já que responsáveis pela reserva técnica trabalharam juntamente aos profissionais da área de Conservação e Restauro da Universidade Federal de Pelotas, conferindo uma maior qualidade à proposta da reserva. Nesse caso, o espaço físico, a climatização e a incidência de iluminação foram previstas de acordo com os materiais que a reserva será responsável por armazenar. Com vistas à manutenção do acondicionamento, ao final desta pesquisa, é proposto um manual no qual serão incluídos métodos para manter os materiais arqueológicos mais bem acondicionados e armazenados, além dos registros documentais.

4.7. ATIVIDADE DIRECIONADA AO ACERVO ARQUIVÍSTICO (2018-2019)

Os documentos trabalhados fazem parte do acervo documental que comporta informações de prospecções, escavações e recebimento de doações sobre a materialidade armazenada no antigo LEPAN. A intenção de trabalhar com esses documentos foi para experimentar outra forma de conhecer a história desse Laboratório, assim como prepará-lo para a realocação para a nova sala da reserva técnica. Por esse motivo, além dos procedimentos descritos no capítulo anterior, demonstram-se as atividades realizadas com os documentos individualmente.

Este trabalho visa contribuir com a organização da nova reserva técnica do curso de Arqueologia da FURG, que irá manter sob guarda permanente toda a materialidade dos laboratórios que, no momento, encontram-se descentralizados ou mesmo sem espaço físico para garantir um acesso aos seus materiais durante a realização de atividades. Assim, ao iniciar uma pré-ordenação documental desse Laboratório é vantajoso, servindo de indicativo em relação aos materiais que compõem o acervo arqueológico da FURG. Entre as atividades que integram esse processo estão:

1. Identificar a mensuração documental (número de pastas e documentos);
2. Avaliar as condições de conservação das pastas e dos documentos;
3. Executar a higienização mecânica das pastas e documentos individualmente;
4. Providenciar a substituição de pastas, caso necessário;
5. Analisar a gestão, com ênfase na forma de classificação dos documentos a partir dos princípios da arquivística, respeitando a sua originalidade;
6. Propor a organização, considerando a ordenação cronológica de ligação à materialidade;
7. Realizar o levantamento das caixas com materiais em relação aos documentos.

Os procedimentos escolhidos para o desenvolvimento das atividades neste trabalho estão relacionados a um estágio, atividade desenvolvida durante a graduação em Arqueologia na FURG, no mesmo período em que esta pesquisa estava sendo desenvolvida. Todos os procedimentos foram divididos por seções e, para que sejam identificados previamente, foi definida a lista de atividades apresentada anteriormente.

Como se trata de um trabalho minucioso, de cunho prático, alguns conceitos de usos e fazeres foram levados em consideração, visto que grande parte das atividades realizadas foram no LEPAN e, posteriormente “comparadas” com outras instituições de guarda. Esses materiais tiveram de ser identificados como documentos arquivísticos, independentemente de se tratarem da documentação de um laboratório de Arqueologia, pois a ciência que trata da gestão – classificação, avaliação e destinação - é a Arquivologia.

Para o desenvolvimento teórico e prático de atividades específicas, levou-se em consideração que o diagnóstico era o primeiro passo a ser tomado durante a realização desta pesquisa. Para a Arquivologia, o diagnóstico é a fase que prioriza a

compreensão da situação em que se encontra o material documental a ser tratado, destacando e qualificando as medidas que serão tomadas durante as atividades.

A organização dá direcionamento às ações que serão tomadas. Os recursos financeiros são aplicados na aquisição de materiais e nas tecnologias utilizadas para o gerenciamento de qualquer informação e na própria gestão documental.

O controle e o cuidado com os artefatos e documentos requerem uma individualidade, preceito de normas a serem seguidas que controlam os procedimentos, ou seja, regras estabelecidas a respeito das formas de lidar com determinado setor institucional ou órgão. Sob outra ótica, a legislação referente aos documentos e artefatos controla as medidas de preservação e conservação dos mesmos, delimitando as operações irregulares.

Durante essa fase do trabalho, foi aplicada uma metodologia que pudesse ser bem compreendida, sendo descritos a seguir alguns critérios usados para direcionar as atividades, tornando evidentes os objetivos propostos. A conservação trata de um conjunto de medidas que, bem realizadas, tornam permanentes materiais diversos e impede que se deteriorem – de forma geral e simplista. De fato, a conservação permite que a memória relacionada a algum suporte se transforme em informação e exponha um fato registrado.

Na história, existe uma variedade de formas de manter registrada determinada informação, desde uma rocha com entalhe, escrita cuneiforme, até os documentos em formato digital. Existem inúmeras formas de manter uma informação fixada em um suporte, dessa maneira, é importante ter em mente que a conservação é uma medida que deve sempre ser tratada como importante.

Dessa maneira, outro termo fundamental é a preservação, isto é, ações políticas que garantem a integridade de uma materialidade. Como este trabalho buscou relacionar conservação, *a priori*, é importante seu reconhecimento. A seguir, serão apresentados os passos tomados para o desenvolvimento do trabalho, que resultaram nos pontos relatados.

4.7.1. Mensuração documental: número de pastas e documentos

Toda materialidade importante a uma instituição necessita de uma vasta operação, ou seja, cuidar por determinado período de algo que tenha certo valor de

comprovação ou de historicidade exige uma clara obrigação de possuir todos os meios para manter a integridade do material em níveis consideráveis.

A massa documental relacionada ao material do LEPAN contabiliza, em média, 300 pastas e mais de 1.000 documentos, além de cinco catálogos e algumas fotos, cuja mensuração em metros lineares é de 1,50 m, que estão inseridos em um armário de metal com quatro gavetas, onde estão distribuídas as pastas.

Os catálogos apresentam algumas informações sobre o material arqueológico que está documentado nas pastas e registros de atividades arqueológicas, por consequência, indicando as caixas correspondentes de cada atividade. As pastas são identificadas por códigos de área litorânea escavada e prospectada, com os seguintes códigos: LN – LM – LS – LC – PR – RS. Contém informações sobre pesquisas realizadas entre 1982 e 2006, com alguns intervalos. Mas, o que de fato é mais preocupante são as pastas faltantes, pois o catálogo relata determinada ação como a escavação, por exemplo, a pasta a qual essa atividade corresponde não é mais localizável, de modo que é preciso verificar se o material arqueológico permanece na instituição.

Foi realizada uma pesquisa individual nas pastas e nos catálogos, constatando-se que mesmo àquelas pastas que ainda existem no conjunto documental podem sofrer com a falta de documentos, traduzindo: os catálogos podem acusar a existência de pastas que, por sua vez, não apresentam os documentos que deveriam estar associados aos materiais. Como nada está ordenado ou mesmo é compreensível, uma sugestão seria realizar um procedimento de avaliação documental específica.

4.7.2. Avaliação das condições de conservação das pastas e dos documentos

Para assegurar a preservação, deve-se preparar um extenso ciclo de conservação estável dos documentos, assim cada instituição deveria atribuir um programa de manutenção da documentação presente em seus arquivos. A aplicação de políticas é definida por uma programação de atividades e de ações cabíveis à preservação em longo prazo de um acervo, permitindo o avanço e alcance dos objetivos de forma eficiente. Com isso, o resultado da união entre busca, conhecimento e pesquisa envolve ainda comunicação, típica forma de se obter

informações, deste modo, as políticas de informação têm se tornado um termo emergente.

Isso significa que a comunicação é incorporada às políticas de informação e, conseqüentemente, a rapidez com que ela se realiza, com a certeza de manter sempre políticas de informação mais dinâmicas. Nesse contexto, políticas de preservação nada mais são do que um conjunto de ações cujo objetivo é garantir a integridade das informações e a duração por muito tempo dos documentos independentemente de seus suportes.

Dentre as formas de manter os materiais preservados e suas políticas correspondentes, métodos corretos na visão da arquivística de proceder compreendem que os documentos são materiais a serem pesquisados, devendo ser realizada, além de sua gestão, sua conservação, para que reflitam as informações relacionadas aos artefatos aos quais correspondem.

Durante o período estabelecido, foram identificadas as condições em que os documentos estavam quanto à conservação. À primeira vista, as pastas onde se encontravam dados de prospecção, escavação e de recebimento de material arqueológico se apresentam em estado razoável. Porém, com a abertura das pastas, pode-se notar a falta de cuidados durante a fase de acondicionamento, pois muitos documentos/fichas estavam amassados, dobrados e desordenados. Após essa etapa foi realizada a higienização mecânica das pastas e documentos individualmente. Esta fase do trabalho promoveu um procedimento simples que foi desenvolvido sem grandes dificuldades, tratando-se da retirada de sujidade dos documentos.

A incidência maior foi com os agentes de deterioração como traças e cupins, pois esses agentes biológicos danificaram uma parcela considerável de pastas e, por consequência, dos documentos que estavam acondicionados. Esse procedimento proposto não foi aplicado até o momento, visto que algumas pastas podem receber uma melhor identificação, com a substituição de etiquetas para sinalizar o número das caixas nos catálogos em que são apresentados os dados. Como as pastas apresentam um estado de conservação aceitável, a substituição não foi necessária.

4.7.3. Análise e classificação dos documentos a partir dos princípios da arquivística, respeitando a sua originalidade

O registro de uma atividade é importante para que o cumprimento das funções de uma organização esteja de acordo com parâmetros de produção e recebimento de material. A constante produção ou aquisição de documentos envolve inúmeros dados de informação registrada que garante confiabilidade a um registro, por conta de sua relevância. Com isso, é possível compreender o que a arquivística oferece em relação às formas de tratamento da documentação, pois a gestão exige uma série de procedimentos. Para manter esses tipos de dados informativos ao registro, é indispensável implantar medidas de ligação, ou seja, ações que os documentos devem receber em seu processo inicial. Isso exige a aplicação de uma gestão que possibilita que o registro tenha tramitação fixa e garanta acessibilidade ao usuário e pesquisador.

Para a organização de documentos, os profissionais da área são imprescindíveis na organização, tanto dos vestígios como da documentação a eles relacionadas. A forma para garantir isso é uma identificação adequada e que garanta valor probatório, cabendo a aplicação de uma boa gestão, organização e um processo de preservação.

Essa fase terá de ser realizada posteriormente, pois classificar uma gama de documentos exige uma carga horária que ultrapassa as horas estipuladas para o cumprimento do estágio. Diante dessa abordagem, uma maneira de elucidar as atividades desenvolvidas e acionar um dos objetivos desta pesquisa foi realizado uma busca por outras instituições de guarda de materiais arqueológicos, na intenção de apresentar suas formas de tratamento dos materiais. Portanto, além da retomada das atividades realizadas na FURG, mais três instituições foram pesquisadas *in loco*. Assim tem a FURG, a UFPEL, a PUCRS e a UFRGS.

5. DIAGNÓSTICO DAS RESERVAS TÉCNICAS: FURG - UFPEL - PUCRS - UFRGS (2019 - 2022)

Para o diagnóstico das instituições, apresenta-se de modo resumido, os dados coletados em 2019 e o retorno às instituições em 2022, na intenção de elucidar as principais informações respondidas pelos responsáveis por cada acervo arqueológico durante a aplicação do questionário.

Como forma ilustrativa, apresenta-se alguns registros fotográficos para que a leitura e a observação estejam em sintonia e compreensão de cada local de trabalho (reservas) analisado. Pode-se mencionar que todas as instituições pesquisadas realizam, de modo geral, os mesmos procedimentos de gestão e conservação dos materiais arqueológicos, porém com relação aos documentos, resultante das atividades de campo, percebeu-se que recorrem ao senso comum.

5.1. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG (2019)

A primeira instituição pesquisada apresentou todas as informações sobre o Laboratório FURG, que tem em seu histórico diversos investimentos em ensino e pesquisa, cuja relevância fica por conta das mudanças que aconteceram durante cinco décadas. Uma dessas mudanças está na relação com a Arqueologia após dez anos de fundação do curso, sendo realizadas diversas atividades que envolveram essa área do conhecimento.

Durante pouco mais de 20 anos o Laboratório ficou localizado na sala do prédio 4 do Campus Carreiro da Universidade. Após a implantação do curso de Arqueologia da FURG, em 2008, as atividades arqueológicas ainda eram realizadas no prédio, porém no decorrer de dez anos foram solicitadas mudanças, para melhor adaptação.

No final do ano de 2018 iniciaram a mudança para novo prédio, cuja ilustração registra esses passos tomados para a transferência de prédio e sala.

A fotografia 08 representa uma das primeiras medidas consideradas para o transporte dos materiais.

Foto 08: separação do material para transporte.



fonte: elaboração própria.

A FURG tem em seu histórico diversos investimentos em ensino e pesquisa cuja relevância, no caso da última, fica por conta das mudanças que aconteceram durante cinco décadas. Uma dessas mudanças está na relação com a Arqueologia após dez anos de fundação do curso, sendo realizadas diversas atividades que envolveram essa área do conhecimento, embora não houvesse um local na universidade de guarda permanente da materialidade pesquisada. Existia, sim, um laboratório, o LEPAN, no qual esta pesquisa foi desenvolvida. Para finalizar a apresentação da sua cronologia, após muito tempo de pedidos, reuniões e apresentações de projetos, a reserva da FURG foi criada com o nome de Reserva Técnica LEPAN, localizada no prédio do Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI) dessa Universidade, Instituto do qual o curso faz parte.

Na entrada da sala as placas apresentam informações sobre o ambiente de trabalho.

Fotos 09 e 10: porta de entrada da reserva



Fonte: elaboração própria – fotos tiradas pelo autor deste trabalho.

A fundação dessa reserva ocorreu em 2019 (sem data fixa), tendo sido idealizada pelos professores que perceberam a necessidade de uma unificação dos laboratórios que se encontravam descentralizados. A finalidade da reserva técnica é proporcionar um ambiente de pesquisa favorável, tanto para os pesquisadores como para o material arqueológico, sendo salvaguardados, neste ambiente, cerâmicas, louças, metais e vidros que foram coletados em pesquisas de campo, prospecções, escavações e doações.

As pesquisas realizadas na reserva são voltadas à identificação da materialidade presente no acervo como um todo, através das imagens, pode-se melhor identificar os procedimentos com os quais a reserva está sendo tratada. A reserva conta com um desumidificador, mas pelo que se percebeu, ele não contempla todo o acervo, tendo sido colocado em apenas uma sala. Em relação às instalações, a reserva está em processo de adaptação constante, incluindo a instalação de mobiliário para guardar materiais, como as prateleiras e o arquivo deslizante em uma das salas.

Fotos 11 e 12 - aparelho – desumidificador e os espelhos nas caixas com as informações de cada materialidade.



Fonte: elaboração própria – fotos tiradas pelo autor deste trabalho.

Essas fotografias 13 e 14 - apresentam as etapas de análise dos artefatos e também o local de guarda da documentação pertinente aos mesmos.

Fotos 13 e 14: a esquerda alguns materiais que estão sob análise e a direita o arquivo com os documentos acondicionados.



Fonte: elaboração própria – fotos tiradas pelo autor deste trabalho.

Todo o tratamento de curadoria está sendo realizado aos poucos, sendo que abrir as caixas onde estão os acervos e realizar a higienização e a identificação são os principais processos, como pode ser visto na Fotografia 15.

Fotos 15: local das primeiras intervenções de curadoria



Fonte: elaboração própria – fotos tiradas pelo autor deste trabalho.

A reserva técnica da FURG ainda não tem um sistema para registrar a materialidade, nem seus documentos, mas como mencionado neste trabalho de pesquisa, que envolveu com esse tipo de material, é pertinente explicar que os documentos estão em pesquisa para a reserva. Contudo, os registros são realizados em fichas nas quais se faz um detalhamento da materialidade presente na reserva.

A responsável pela reserva é a professora Beatriz Thiesen, que conta com uma bolsista e alguns alunos voluntários. A fundação dessa reserva ocorreu em 2019 (sem data fixa), tendo sido idealizada pelos professores que perceberam a necessidade de uma unificação dos laboratórios que se encontravam descentralizados. A finalidade da reserva técnica é proporcionar um ambiente de pesquisa favorável tanto para os pesquisadores como para o material arqueológico, sendo salvaguardados neste ambiente cerâmicas, louças, metais e vidros que foram coletados em pesquisas de campo, prospecções, escavações e doações.

Os trabalhos na reserva estavam voltados à identificação da materialidade presente no acervo para que pudessem saber ao certo a sua totalidade, pois o laboratório passou por várias gestões e muito se perdeu referente a documentação. O

Laboratório ainda não emite endosso e toda parte de gestão, classificação e seleção do material não puderam ser analisadas conclusivamente, pois a visita técnica foi realizada em 2019, no início das mudanças. A proposta da reserva era separar os materiais por tipologias, ou seja, cada sala seria disponibilizada para um tipo de material arqueológico, porém, os recursos não permitiram essa estruturação. A reserva técnica da FURG divide a sala com outros laboratórios.

Com relação aos cuidados com a conservação do acervo, a reserva conta com um desumidificador, mas, pelo que se percebeu, ele não contempla todo o acervo, tendo sido instalado em apenas uma sala. Em relação às instalações, a reserva estava em processo de adaptação constante, incluindo a instalação de mobiliário para guardar materiais, como as prateleiras e o arquivo deslizante em uma das salas.

A reserva técnica da FURG ainda não tem um sistema para registrar a materialidade nem seus documentos de laboratório, os registros são realizados em fichas e em catálogos nas quais se faz um detalhamento da materialidade presente na reserva. Todo o tratamento de curadoria está sendo realizado aos poucos, sendo que abrir as caixas onde estão os acervos com a realização da higienização e da identificação são os principais processos.

Após muito tempo de pedidos, reuniões e apresentações de projetos, a reserva técnica da FURG foi criada com o nome de Reserva Técnica LEPAN, localizada no prédio do Instituto de Ciências Humanas e da Informação – ICHI da FURG, instituto do qual o curso faz parte.

5.2. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG (2022)

Apesar das frequentes mudanças, em 2022, o nome da reserva continua Reserva Técnica de Arqueologia do LEPAN e se mantém localizado no prédio do Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI) seu e-mail: reservatecnicallepan@gmail.com. Da mesma forma, a responsável Beatriz Valladão Thiesen idealizou e continua à frente das atividades realizadas pela técnica Vanderliza Brandão.

Todos podem ter acessos ao acervo, porém de forma controlada, assim, o número de pessoas é limitado para que não ocorra mudanças bruscas de temperatura através do microclima que pode acarretar em alterações. Para ter acesso

é solicitado o preenchimento de um formulário para que o acesso possa ser realizado, e aguardado o referido preenchimento.

Existem pesquisas realizadas com os materiais da reserva, já finalizadas e em andamento. Algumas pesquisas também resultam em materiais que são agregados ao acervo, esses trabalhos são desenvolvidos por Arqueologia de contrato, de forma a contribuir com a materialidade presente. A maioria dos trabalhos de pesquisa desenvolvidos partem de alunos graduação, pós-graduação.

Nas Fotografias 16 e 17, é possível observar a disposição do acervo.

Fotos 16 e 17: prateleiras do acervo.



Fonte: elaboração própria.

Como observado nas imagens, como existe a necessidade de interessados para as práticas mecânicas de classificação, as mudanças estão sendo realizadas aos poucos, algumas caixas já foram trocadas, com transferências de caixas de arquivo e alguns materiais soltos para as caixas de marfinitite.

Todo tipo de material está salvaguardado, desde cerâmica, louças, líticos, vidros, metais, ossos, materiais malacológicos, tecido e couro. Em resposta ao

questionamento do material que considera mais significativo, foi mencionado os ossos humanos em especial, vindos de sítios históricos e pré-históricos. Mas, esses materiais geram certo incômodo pela maneira como algumas vezes são tratados, pois trata-se de restos de um ser humano que deve receber respeito. Não desmerecendo os líticos e outros materiais que são importantes para sua salvaguarda, porém por vezes recebem igualdade, na visão da professora.

Nas fotos 18 e 19 , apresenta-se imagens da reserva.

Fotos 18 e 19: caixas do acervo arqueológico



Fonte: elaboração própria.

As imagens apresentadas são algumas das etapas de finalização da organização dos materiais já classificados e acondicionados conforme cada fundo do acervo e tipo. As primeiras intervenções em campo são realizadas pelos arqueólogos, porém antecedem a esses trabalhos, a elaboração de um projeto avaliado por uma comissão do IPHAN e assegurado pelo local que receberá a materialidade descoberta nas escavações. A reserva técnica da FURG atualmente emite endosso, e em meio a esses trabalhos também aconselha, em análise aos projetos, concordando ou não na emissão do endosso, como uma forma de manter uma boa relação entre as partes.

Após a chegada dos materiais na reserva, com toda documentação pertencente é digitalizada e, após são arquivados os documentos físicos.

A responsabilidade pela chegada dos materiais e dos documentos fica por conta da professora Beatriz Thiesen, assim como a gestão dos acervos documentais e arqueológicos, que ainda necessitam de aplicação de trabalhos, pois por mais que o ambiente esteja favorável aos trabalhos, o gerenciamento de tudo ainda sofre demandas, pois a mão de obra para esse tipo de atividade requer estagiários dispostos a se voluntariar nas atividades na reserva.

A separação do acervo está descrita em três fundos, que são:

Fundo 1: antigo LEPAN, abrangendo os materiais em seus sítios e os artefatos em contato com suas escavações.

Fundo 2: fundo do Laboratório de Arqueologia do Capitalismo (LIBER) com mais detalhes em atividades voltadas a área de coleta.

Fundo 3: fundo da reserva com cada peça individual, um exemplo foi a escavação realizada na antiga casa em Rio Grande no Rio Grande do Sul do Almirante Tamandaré, onde a materialidade encontrada já está classificada.

Assim como o endosso emitido pela reserva, também recebem doações. Para que não ocorra um acúmulo de material demasiado, a reserva tem uma proposta de "eliminação" consciente, onde alguns materiais são destinados a movimentos artísticos, com projetos vinculados ao curso de Artes Visuais da Universidade, trazendo uma resignificação a materialidade e da reserva. Contudo é preservado todos os documentos, sem eliminação indevida.

O protocolo de armazenamento, além de levar em consideração as exigências do IPHAN, estão aderidas às estabelecidas em conselho e implementadas com apoio de profissionais da conservação e restauro da UFPel.

Como a reserva está em constante mudança ainda não estão adaptadas às salas destinadas a cada materialidade, deste modo o acervo permanece sem temperaturas adequadas para cada acervo e/ou material, porém ar condicionado e desumidificadores aguardam instalação pelos responsáveis da Universidade. A reserva ainda não possui um sistema de acondicionar digitalmente suas atividades, em processo de avaliação, algumas plataformas estão sendo estudadas para melhor atender os processos da reserva.

Durante esses três anos após o início da pesquisa o laboratório teve poucas mudanças além das já mencionadas. As atividades da reserva foram interrompidas no

dia 15 de março de 2020, devido a pandemia de COVID-19 que se alastrou pelo mundo. Durante aproximadamente dois anos de suas atividades foram completamente desativadas, sendo retomadas em 10 de abril de 2022, o que levou a algumas perdas de materiais tecnológicos, como máquinas, fotográficas, GPS e computadores, conforme mencionado pela professora durante a entrevista. Além da Universidade ter fechado suas portas para as atividades, não houve nenhum acesso ou mesmo alguns responsáveis que pudessem ter ou mesmo dar acesso para manutenção.

Desta forma é possível destacar, como dito na entrevista, que existe muita demanda, porém baixa mão de obra que possa auxiliar nas atividades. Ainda, existem falhas internas e a formação de uma equipe multidisciplinar seria um ideal a ser idealizado.

5.3. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL (2019)

A segunda reserva técnica visitada foi a da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), cuja responsável pela reserva era e continua sendo a professora Mestre Luciana Peixoto, que iniciou dizendo que oficialmente a reserva técnica dessa Universidade não tem nome, mas se identifica, como referência nominal, de Reserva Técnica do Instituto de Ciências Humanas (ICH) da UFPel, situada na rua Alberto Rosa, 154. Esse espaço físico é salvaguardado pelo Laboratório de Estudos e Pesquisa Arqueológica (LEPAARQ) do ICH.

A responsável do local de salvaguarda de material arqueológico foi eleita pelo Diretor do Instituto, o Prof. Sebastião Peres, em 2019. Esse espaço era coordenado pelo professor Rafael Milheira. O lugar está em sua funcionalidade desde o ano de criação 2001.

O Laboratório foi idealizado pelos professores Fabio Vergara, museólogo e Pedro Augusto Mentz Ribeiro, que pensaram na organização e nas formas com que a materialidade seria disposta e quais os espaços seriam preenchidos pelas mesmas. Desde o início o material arqueológico, que está salvaguardado pelas pesquisas em função de trabalhos, pode ser solicitado para outras pesquisas através de empréstimo.

Toda materialidade presente na reserva inclui material paleontológico, etnográfico, material humano, como ossos, material de todas as classes

arqueológicas, porém não possui cestaria e tampouco material têxtil, entre outros. O material arqueológico que pertence à reserva da UFPel é recebido e mantido através de escavações arqueológicas, prospecção arqueológica e por meio das doações, nas quais são separadas por cronologia. Para cada recebimento existe um formulário e todos são inseridos num livro tomo, onde recebem um número sem nenhuma distinção entre doação e endosso.

Como forma de apresentar a disposição do acervo e passar uma cronologia das atividades, ilustra-se uma das primeiras etapas do processo, com a visualização do ambiente onde são guardados os materiais usados em campo e em laboratório. Na foto 20 o armário com materiais de uso no campo, o local onde são elaboradas as primeiras intervenções depois da chegada da materialidade do campo.

Foto 20: ambiente onde são guardados os materiais usados em campo e em laboratório.



Fonte: elaboração própria.

A reserva técnica disponibiliza o acesso para pesquisa a estudantes e demais membros da sociedade, no entanto é liberada mediante a solicitação, sem restrição ao acesso das peças. Durante a aplicação do questionário, uma das perguntas

aplicadas foi se havia alguma pesquisa em andamento, cuja resposta foi “sim, com pesquisas em andamento, mediante trabalho com materiais que estão na reserva”.

E, também servem para pesquisas de TCC com materiais cerâmicos, líticos e demais tipologias presentes. A segunda etapa dos processos executados nesse Laboratório, pode ser visualizada na foto 21 as caixas de marfinito com material arqueológico, com a curadoria e a seleção dos materiais para os acervos e das caixas que correspondem às prospecções escavações realizadas, e ainda o acondicionamento de material recebido através de doação, visto na foto 22.

Fotos 21 e 22: curadoria e a seleção dos materiais para os acervos e caixas e o zoólito.



Fonte: elaboração própria.

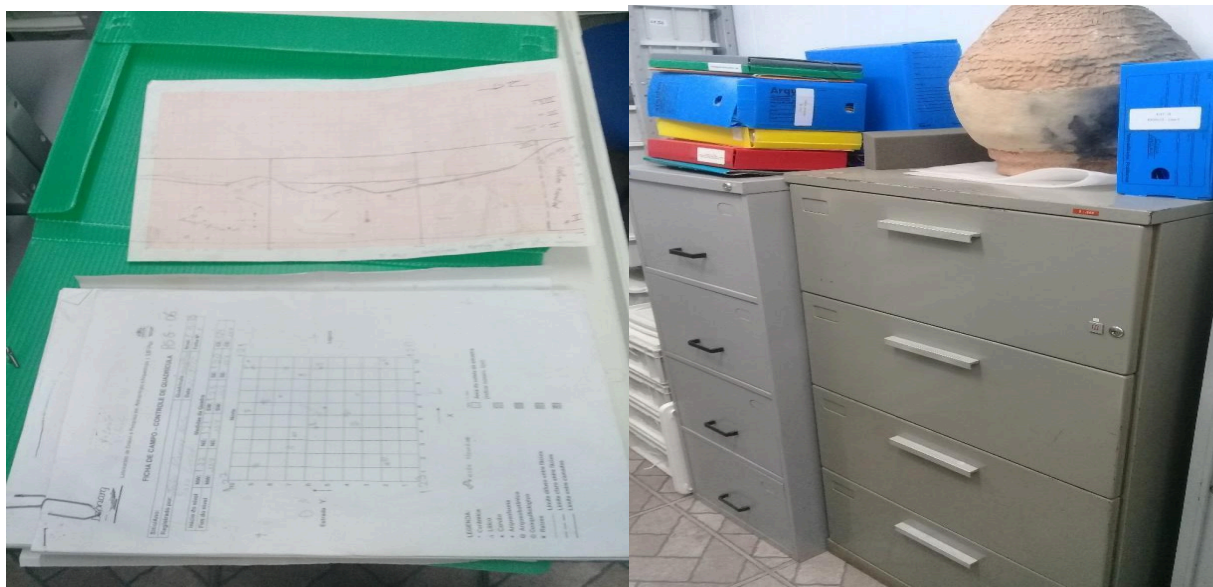
A imagem anterior apresenta a materialidade salvaguardada pela reserva com oito peças, considerado o de maior importância o material zoólito, com uma coleção - a peça principal um zoólito de tubarão, que foi uma doação descoberta por Pedro Augusto Mentz, inicialmente a coleção foi organizada por Fábio Vergara. Existem outros materiais considerados importantes, como os da própria região, vindos de cerritos e coleções de louças dos casarões.

Com relação às atividades de campo foi mencionado que as primeiras intervenções são realizadas pela equipe de campo, sendo previamente escolhida. Já

em campo, pelos primeiros procedimentos de curadoria, após a chegada no laboratório, a mesma equipe se responsabiliza pelas intervenções seguintes. Neste caso, os primeiros responsáveis são os membros da equipe, depois fica por conta da responsável pela reserva técnica da Universidade, nesta Instituição, a professora Mestre Luciana Peixoto.

Com relação à gestão dos documentos, os procedimentos não contemplam os métodos arquivísticos, pois os responsáveis adotam procedimentos de organização simples (alfabético) na qual pode se ter acesso aos documentos. Da mesma forma acontece com a aplicação da gestão dos artefatos, onde é realizada uma separação por tipologias e contendo o diferencial estratigráfico de cada peça.

Fotos 23 e 24: documentação que vem do campo junto com o material e seu local de guarda.



Fonte: elaboração própria.

Nos procedimentos de conservação, observa-se a forma com que a materialidade está presente na reserva, verificando se não recebe um controle de temperatura unificado e, apenas controlado de maneira natural. E algumas vezes com um controle de umidade através de ar condicionado, que abrange a reserva por completo. Mas, não tem equipamento específico para cada tipo de material ou mesmo desumidificadores.

Com relação ao endosso, o registro de recebimento de material é feito através de modelos de fichas de recebimento e etiquetas padronizadas, assim como um modelo de tabelas de chegada para que todo o material da reserva seja identificado de uma melhor forma.

Segundo os responsáveis pelo acervo, “seria interessante a utilização de uma plataforma, que seria usada para manter em meio digital e facilitaria o acesso e pesquisa de materiais presentes.” Porém não existe ainda uma plataforma que se adeque às necessidades dos membros responsáveis pela reserva, ainda é utilizada uma tabela no Excel.

Foi comentado pelo respondente que existe uma pesquisa em andamento para encontrar a melhor plataforma para uso, sendo pesquisada a ICON - Plataforma livre TAINACAN, porém não foi implantada em 2019.

5.4. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL (2022)

A reserva permanece com o mesmo nome, e no mesmo prédio, porém a sala mudou, mediante uma visita do IPHAN que fez alguns questionamentos, em razão desta visita a mudança aconteceu em 2021. O contato de e-mail: lepaarq@gmail.com. A reserva ainda está sob a coordenação de Rafael Milheira, enquanto a responsabilidade pelo acervo fica por conta de Luciana da Silva Peixoto.

Fundada oficialmente em 2001, mas idealizada desde 1999 por Fabio Vergara Siqueira e incentivada por Luciana Peixoto, que em sua saída da FURG (Laboratório LEPAN) foi para a atual universidade para trabalhar nos acervos do LEPAARQ. A fundação da reserva da UFPEL teve a contribuição de Mendiz Ribeiro.

A materialidade salvaguardada permanece a mesma, dentre essas, vidros, metais, cerâmica, líticos, ossos, material humano, o que não tem é tecido. O acesso a reserva é de prioridade dos funcionários da Universidade, podem também ter acesso para pesquisa, porém mediante solicitação de que tipo de material será trabalhado, sendo solicitado para técnica o devido acervo, assim o acesso é pessoal, porém não podem ser medidos nos acervos livremente, mantendo um controle dos acessos.

Com isso pode ser destacado que algumas pesquisas já foram desenvolvidas e outras estão em andamento para TCCs e de mestrado, conforme as fotos 25 e 26.

Fotos 25 e 26: acervo da reserva/laboratório.



Fonte: elaboração própria.

Assim como as pesquisas feitas para conclusão de curso com a materialidade presente existe o recurso utilizado da troca de informações, isto é, materiais da reserva são emprestados para outras universidades para pesquisa, assim como outras ofertam o mesmo tipo de ação. Nesse caso alguns materiais estão sob custódia para pesquisa da reserva, vindas de pesquisas realizadas no Pantanal.

A representatividade de materiais é variada e considerada importante, mas o zoólito de tubarão que compõem mais oito peças são os mais relevantes na reserva, pois se trata de uma pesquisa importante.

A região de Pelotas teve muita mudança desde que alguns trabalhos foram desenvolvidos, sendo que mais de três grandes pesquisas e de mapeamentos na área puderam contribuir com mais de 100 sítios arqueológicos. As datações levaram a proporção de salvaguarda de mais de 50% da materialidade encontrado no centro histórico está na reserva, além de cerritos e outros ambientes escavados e pesquisados. Nas fotografias 27 e 28 é possível ver a sala das primeiras intervenções aos materiais chegados e pesquisados.

Fotos 27 e 28: acervo e peças da reserva/laboratório



Fonte: elaboração própria.

Toda responsabilidade das primeiras intervenções fica por conta da equipe do trabalho desenvolvido em pesquisa, após a chegada os demais procedimentos são de responsabilidade da reserva. Com os materiais em posse da universidade a responsabilidade fica por conta da professora Luciana Peixoto, que juntamente com alunos estagiários, se certificaram de organizar e acondicionar a materialidade endossada.

Em uma dicotomia entre teoria e prática a gestão do material documental e dos artefatos é disposta, onde com a chegada de todos os materiais escavados e de seus registros devidamente interligados, artefatos e registros. Os documentos são escaneados e distribuídos em pastas no computador, de forma a manter a organização, tais pastas compõem fotos, fichas de campo, dados de GPS, entre outros, já os documentos físicos são arquivados em armário de metal. Existe uma preocupação com a segurança dos dados, neste caso são realizados *backups* em HD externo.

Existem alguns procedimentos que são tomados com os materiais, principalmente os recém chegados, além das primeiras intervenções em campo pela equipe responsável. “Nesse Laboratório é realizada uma triagem/seleção para que os mesmos possam ser classificados e acondicionados, desses procedimentos podem ser destacados a higienização e a separação, pois porventura podem ser levados juntamente com o material arqueológico fragmentos desnecessários a sua guarda permanente”.

Desta forma cada material recebe uma numeração e é integrada ao fundo destinado àquele trabalho arqueológico. Os materiais são previamente estabelecidos a partir das camadas e localização das peças encontradas, mediante análise fotográfica, e logo após registradas em tabelas no Excel, tecnologia usada pela reserva.

A reserva em algum momento já emitiu endosso, porém no momento não, esperando as atualizações da reserva para retomar com esse procedimento. Os documentos de forma alguma são eliminados, mas os materiais arqueológicos podem ser eliminados de forma consciente.

O armazenamento dos materiais é feito em caixas de marfinita, onde estão todos em uma mesma sala sem distinção do tipo de material salvaguardado, existe um controle de unidade (número de artefatos), periodicamente é realizada uma medida, na antiga sala foram instalados desumidificadores. No entanto, na nova sala ainda sem muitos recursos desse tipo, mas sempre são verificadas as temperaturas a fim de manter bem conservados os materiais.

Todos os cuidados de manter o acervo conservado estão sob a responsabilidade de Luciana Peixoto, trabalhos de recebimentos, curadoria e manutenção dos acervos é dela com apoio de estagiários. Neste momento a reserva não está recebendo nenhuma doação, fora de contexto, pois assim evitam o acúmulo desnecessário de materiais. Com relação aos sistemas tecnológicos ainda estão em estudos de uma plataforma que melhor auxilie nas atividades da reserva.

As mudanças foram necessárias, mediante solicitação do IPHAN, durante os três anos após início dessa pesquisa, a mudança mais relevante foi a sala em que as atividades foram interrompidas em 16 de março de 2020, mediante o COVID, sob ordem da Reitoria e demais setores da Universidade, foi decretado que nenhuma atividade seria mais realizada e que todos deveriam sair automaticamente, deixando tudo como estava. Esse fato de deixar literalmente tudo em seu lugar levou ao

acúmulo de poeira em muitos materiais que estavam sendo pesquisados, pois foi instantânea, não deixando que fosse guardado devidamente.

Contudo, como a reserva passava por reformas e em plena mudança, periodicamente um responsável se dirigia até a reserva para se assegurar de como estavam os materiais, porém sem muitas atividades desenvolvidas. A retomada ocorreu no mês de janeiro de 2022.

5.5. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RS - PUCRS (2019)

A terceira reserva técnica diagnosticada foi a Pontifícia Universidade Católica do RS (PUCRS), sendo entrevistado o doutorando da PUC, no período da aplicação do questionário em 2019 e, hoje, com o respondente, o já Doutor Carlos Eduardo Mechardes. A Reserva Técnica do Laboratório de Arqueologia da PUC é o nome dado em referência ao ambiente de salvaguarda de materiais arqueológicos nesta Universidade. O laboratório da PUC, é conhecido entre os acadêmicos e oficialmente como Centro de Pesquisa Arqueológica (CEPA).

O laboratório e a reserva estão localizados no prédio do Museu da PUC. Museu de Ciências e Tecnologia/PUCRS. Esse Museu está localizado no primeiro andar, enquanto o laboratório está situado no subsolo, já a reserva técnica está num andar abaixo do Laboratório, onde estão todos os materiais arqueológicos que estão sob custódia dessa Universidade e do Museu da PUC. O responsável pelo Laboratório é o professor Klaus Peter Kristian Hilbert, na ocasião (2019), fechando 30 anos à frente da realização de pesquisas no contexto arqueológico.

A reserva foi iniciada em abril de 1982, sendo idealizada por Guilherme Now, Fernando Luiz Marques e Arno Kren. O propósito foi a de fazer um centro de Arqueologia, onde todos os materiais presentes na tipologia arqueológica encontrados em pesquisas e doações pudessem ter um local de guarda permanente.

Da mesma forma que a reserva anterior, o acesso é liberado mediante solicitação, mas sempre autorizados pelos responsáveis. No Laboratório existem bolsistas, visitantes e pesquisadores da Instituição, na qual estão sempre presentes em estudos no campo da Arqueologia a partir dos usos das materialidades presentes na reserva. Com relação às pesquisas, foi verificado a existência de pesquisas desenvolvidas por cada pesquisador a partir de uma materialidade presente na

reserva. Isso faz com que os diversos artefatos salvaguardados "respirem" a cada trabalho, pois muitos deles estão mantidos em caixas ainda em segredo.

Foto 29: acervo que serve como fonte de pesquisa e que estão armazenados.



Fonte: elaboração própria.

Existem materiais em que os responsáveis consideram como seu marco central, pois com a variedade no acervo, os conservadores consideram de maior importância coleções que estão ligadas a sambaquis do norte do RS, cerâmica amazônica, artefatos da escavação de machadinho. Os responsáveis pelas intervenções e documentos são os membros da equipe liderados muitas vezes pelo professor Klaus Hilbert, mesmo em laboratório a mesma equipe se responsabiliza pelos primeiros procedimentos.

Quanto ao gerenciamento dos documentos e do acervo arqueológicos percebeu-se adotar o mesmo procedimento, pois ciências acadêmicas nem sempre mantêm uma ligação, pois a interdisciplinaridade ainda é pouco adotada na Arqueologia. Porém, existem alguns diferenciais, como um trabalho realizado com a compreensão parcial de gestão dos documentos, cujos passos aconteceram

mediante uma pesquisa de mestrado de Bruna Silveira, que escreveu sobre aquele momento, no entanto não foi encontrado seu trabalho completo.

O método de classificação dos documentos do acervo arqueológico fica por conta da separação por pesquisa e por tipologias, método similar entre os laboratórios, em meio a isso a reserva emite endosso.

A materialidade da reserva não recebe um tratamento climatizado individual para cada coleção ou tipo de materialidade. A temperatura é regulada por um ar condicionado central e por desumidificadores existentes na reserva.

Parte do acervo é disposto como na Fotografia 30.

Foto 30: acervo de material arqueológico



Fonte: elaboração própria.

A reserva, como mencionado anteriormente, se encontra no subsolo, ou seja, um andar abaixo do laboratório. O armazenamento está numa área ampla que comporta muitas variações de materialidade, desde a cerâmica até materiais antropológicos, em estantes de madeira, metal e em armário tipo mapoteca onde estão os mais clássicos, considerando a sua datação de ficha dos anos de 1960.

Assim são mantidos nas mapotecas, conforme visto nas Fotografias 31 e 32.

Fotos 31 e 32: acervo sob guarda permanente desde a década de 60.



Fonte: elaboração própria.

O acondicionamento do material arqueológico, ainda em sua maioria, é mantido em caixas de sapato ou em caixas arquivo, porém com novas exigências, alguns artefatos, após conclusão de algumas pesquisas, já receberam um novo invólucro, sendo inseridos em caixas de marfinito. “Porém, existe muito trabalho para que tudo esteja relacionado com as normas do IPHAN e, portanto, ainda levará muito tempo”. Assim, mesmo com a demanda da materialidade elevada, os esforços para manter as novas regras estão sendo mantidos, visando a possibilidade de contemplar todo material arqueológico que está presente nas salas da reserva técnica. E, ainda, existe muito material que não se tem referência e, esses ainda precisam repensar nos procedimentos a serem tomados, visto que são nomeados como se tratando coleções do acervo das reservas.

O IPHAN, no ano de 2016, elaborou uma resolução na qual trata as formas consideradas corretas para aplicação de gestão e regras nas reservas. Antes da aplicação da entrevista, o laboratório recebeu na reserva da PUC a vistoria do

Ministério Público, que fez as exigências junto ao IPHAN, melhorias no laboratório conforme a Portaria nº 196, de 18 de maio de 2016.

A reserva usa um sistema italiano de inserção de informações, o *software* de sistema de listas e catálogos - REDE PERGMAN - sistema usado em teste, também usavam tabelas do *software* Excel com detalhamento de catálogos. Estima-se ter em torno de 5 mil caixas e, ainda, caixas com 1 mil peças. Por isso, para que todos os materiais presentes na reserva sejam melhor identificados, existem fichas padrões para recebimento e empréstimo de material para eventos e exposições.

5.6. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RS - PUCRS (2022)

Conforme a pesquisa de levantamento das atividades do laboratório da PUC, anteriormente conhecido como Centro de Pesquisa Arqueológica (CEPA), hoje nomeado de Núcleo de Pesquisa, fundada desde 1982 por Guilherme Naue. Anteriormente a esse Laboratório e à reserva fizeram parte do Departamento de História do centro de pesquisa independente, na formação dos seus acervos e das atividades voltadas à área de Arqueologia. De acordo com professor Doutor Klaus Peter Kristian Hilbert, uma das primeiras pesquisas do laboratório foi realizada por Brochado em Rio Grande, RS.

Durante mais ou menos 6 (seis) anos o Laboratório teve atividades vinculadas com o Museu da PUC, hoje uma escola unificada com História, Filosofia e Arqueologia. O acervo está no mesmo local da primeira fase da pesquisa, apenas com alteração administrativas, ou seja, o tratamento de questões políticas internas teve uma mudança parcial, onde as atividades passaram a ser diretamente divididas com o Museu da PUC. Como responsável continua o professor Klaus Hilbert.

Para que os acervos possam ser pesquisados e visitados o acesso é livre a todos, desde que com prévia de comunicado de horários, além dos estagiários e pesquisadores que constantemente buscam o acervo para suas atividades. A seguir duas fotos 33 e 34, correspondentes ao acervo arqueológico

Fotos 33 e 34: acervo da reserva/laboratório.



Fonte: elaboração própria.

Conforme mencionadas algumas mudanças realizadas durante o período de 3 (três) anos após as primeiras intervenções da pesquisa é considerado nesse momento que, os endossos são emitidos para o Museu, responsável por manter o acervo controlado em sua maioria, mediante aprovação dos responsáveis.

O laboratório, reserva e as atividades relacionadas a classificação dos materiais do acervo são mantidas do que foi tomada em campo, pois, qualquer mudança na chegada da materialidade ao laboratório e passando para a reserva podem sofrer alteração prejudicando a organicidade da pesquisa e fundamentalmente dos achados arqueológicos e documentais correspondentes.

Da mesma forma ocorrida com os artefatos endossados a reserva e o laboratório recebem doação mesmo que estejam sem contexto, é considerado pelo professor a conservação, por classificar a importância histórica do artefato recebido independente da origem. Posteriormente é realizada uma avaliação e classificação desse material, que separadamente é acondicionado e possível de ser exposto no Museu.

As atividades de trabalho e a própria pesquisa digital podem ser realizadas na plataforma disponibilizada pelo Museu, onde a maioria das atividades é apresentada em detalhes ao usuário. O sistema digital no laboratório para o registro das atividades

é o programa Excel, porém como tem ligação direta com o Museu, sendo que este utiliza o seu próprio sistema.

O acervo que ainda se encontra no subsolo do Laboratório (um andar abaixo do Museu) mantém climatização, com temperatura periodicamente controlada diariamente por técnicos. Para uma maior divulgação das atividades do Laboratório e do Museu são realizadas visitas guiadas ao acervo arqueológico e demais eventos para o público. Contribuindo, algumas fotos do acervo e dos materiais no laboratório que estão sendo pesquisados, nas fotos 35 e 36.

Fotos 35 e 36: acervo e peças da reserva/laboratório



Fonte: elaboração própria.

Passando aos esclarecimentos do período da pandemia, foi mencionado pelo professor Klaus que - o acesso foi realizado por faxineiros e pela segurança, sendo que as demais atividades não, pois como determinação nacional, as atividades vinculadas às instituições foram mantidas em desligamento da normalidade. O que de fato pode-se destacar é que na PUC as atividades foram interrompidas, mais diretamente em relação às que são voltadas às práticas acadêmicas, como não ocorram grandes trabalhos realizados com pesquisas externas e pesquisadores

internos, nada foi alterado. O retorno ocorreu aos poucos, assim como o desenvolvimento das atividades internas, localização dos acervos e demais práticas foram sendo retomadas, sem grandes mudanças.

5.7 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS (2019)

A quarta reserva técnica pesquisada de referência para esta pesquisa, foi a do antigo e conhecido Laboratório de Arqueologia e Etnologia (LAE), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com o acervo de Brochado Schmidt. Mas, como as reservas anteriores, também não tem um nome próprio, e por isso se submete à nova Reserva Técnica do Museu MAUE/UFRGS.

A pesquisa no Laboratório da UFRGS foi realizada durante um processo de transição, com mudanças de prédio em 2019, cuja nova instalação ficou assim definida: sala 119, prédios da administração 43311. A mudança ocorreu depois de 20 anos, cuja responsabilidade é da professora Doutora Silvia Copé, juntamente com os docentes do Curso de Bacharelado em Arqueologia, o Doutor Pedro Jacinto e Doutor Maldonado Ramos, que coordenam o projeto da reserva.

O ano de fundação desse Laboratório foi em 1989 e o Museu (sem nome específico) ocorreu em 1995, por Sérgio Batista e Catafesta. A idealização partiu da professora Silvia Copé, quando criou, sob apoio de Arno Kern, o Núcleo de Pesquisas Arqueológicas (NUPARQ), em 1988. O NUPARQ realiza pesquisas arqueológicas, com isso tornou-se necessário um espaço para salvaguardar a materialidade encontrada nos projetos arqueológicos.

No período em que a entrevista foi realizada o material arqueológico estava sendo selecionado para outro local, não existia o propósito de eliminação da reserva, entretanto foi necessário o descarte de materiais pela falta de espaço físico disponibilizado pela própria Universidade. Tratava-se da eliminação de muitos sedimentos, já que os demais materiais, como ossos humanos, cerâmica e líticos permaneceram no acervo. Esses materiais são os que estão sob custódia da reserva.

O acesso ao material da reserva é livre, porém mediante solicitação ao material antecipadamente. Foram citadas pela Professora Doutora Silvia Moehlecke Copé, que pesquisas coordenadas com a execução de seis projetos, durante 12 (doze) anos de trabalho. Na data da coleta dos dados, o pessoal estava fazendo um levantamento

para selecionar a materialidade presente, procurando entender qual estava nas caixas e qual era considerada importante, como o esqueleto humano numa urna funerária. Na foto 37 é visto a organização dos materiais arqueológicos.

Foto 37: acervo de materiais arqueológicos



Fonte: elaboração própria.

Assim como os demais laboratórios consideram que as primeiras intervenções em campo e quando os materiais de escavação chegavam ao laboratório e de responsabilidade da equipe que foi destinada a tal projeto, da mesma forma nos processos de curadoria.

Com relação à gestão dos documentos, não existia, pois passava por mudança. Os artefatos eram acondicionados em pastas em arquivos de aço e quanto à gestão do acervo, da mesma forma em caixas de papelão e em arquivos de aço, porém durante 30 anos a professora Doutora Silvia Copé vem cuidando dos procedimentos com modelo do catálogo, não existe eliminação de documentos, assim como dos materiais arqueológicos.

A reserva técnica da UFRGS não mais emite endosso desde 2016, depois dos regulamentos do IPHAN, pela estrutura descrita na Portaria n° 196/2016 não foi mais possível o recebimento de material arqueológico, porém seu acondicionamento está

em caixas. Sobre o acondicionamento, a professora considera que o regulamento desta Portaria do IPHAN apresenta muitas exigências para a curadoria, da mesma forma para salvaguarda. O armazenamento estava em uma sala e o acondicionamento ainda era realizado em caixas de papelão, na qual a professora considera que são firmes e que irá manter por um período maior, visto que a compra de caixas de marfinito, o que o IPHAN aconselha para o acondicionamento são de valor alto, pelo que a universidade disponibiliza financeiramente a reserva, inviabilizando sua aquisição.

“Quanto aos cuidados de conservação, em especial com a climatização adequada, mesmo assim o material presente comporta um acervo de todos os tipos já recebidos: escavação prospecção e doação”. Existem materiais sem procedência como a doação de um balde, por exemplo, com cerâmica, sem direção para registro.

Como o momento era de transição, então não tem sistema, tanto que o emprego para registrar os materiais era em tabela produzida pelo programa. Excel, mas existia a intenção de criar um banco de dados para todo acervo, similar ao usado no Museu Joaquim Felizardo de Porto Alegre, coordenado por Fernanda Tochetto (no período da entrevista).

5.8. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS (2022)

O laboratório durante 30 anos ficou conhecido como Núcleo de Pesquisas em Arqueologia, em 2019, quando completou 20 anos, o local foi mudado assim como o nome. Em 2022, quando da aplicação do questionário, foi constatado que existia um projeto em andamento de inovar as percepções sobre as pesquisas e trabalhos a unificação de mais de uma ciência, História, Antropologia e Arqueologia, tornando-se um Museu.

Todo acervo está na mesma sala e prédio da pesquisa realizada em 2019, praticamente o laboratório esteve interrompido de todas as atividades relacionadas às pesquisas que eram realizadas, pois a interrupção ocorreu mediante a pandemia, que impediu que qualquer trabalho pudesse ser desenvolvido nesse período. A responsável mantém até o momento a mesma professora, a Doutora Silvia Copé, e-mail copemsilvia@gmail.com.

Com as atividades paralisadas durante a pandemia e retomadas em 2021, a UFRGS passou por algumas mudanças de política, mencionadas pela professora. Na

entrevista com aplicação de um questionário apontou tais mudanças, onde “os acadêmicos além de TCC, estágios, também têm a obrigação de participação de um projeto de extensão juntamente a essa nova obrigatoriedade e pensado antecipadamente foi idealizado um projeto, onde os acadêmicos irão realizar um levantamento, e mensuração do volume total do acervo”. Contudo, uma forma de valorização do acervo, comumente tido como local dispensável em muitas instituições, os materiais no acervo contam com cerâmica, líticos, ossos, madeira (eventualmente) louça, vidro, metais e pré-coloniais. Mas, no momento, não está emitindo endosso através de seu espaço físico. Para contribuir com a visualização do acervo, apresenta-se na foto 38.

Foto 38: acervo da reserva/laboratório.



fonte: elaboração própria.

Com a pesquisa concluída, a intenção é a retomada das atividades de pesquisa e a emissão dos endossos para a instituição. O acesso é livre, porém controlado, para que não haja danos ou perdas. Como anteriormente retratado, não são feitas eliminações de documentos e mesmo dos acervos, sendo que a seleção é feita toda nas atividades de campo antes da chegada ao Laboratório. Dando iniciativa ao projeto de levantamento do acervo, uma prévia foi realizada contabilizando cerca de vinte e cinco mil peças aproximadamente no acervo, 1/5 do acervo vem do código

RS AN 013 com 4.698 peças. Em meio a essas peças, a seguir fotos das primeiras etapas e separação para nova classificação.

Fotos 39 e 40: acervo e peças da reserva/laboratório



Fonte: elaboração própria.

Para a utilização dos recursos digitais, o sistema utilizado para o acervo é o Taiakan, utilizado pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro e outras instituições de guarda. Durante a pandemia não houve nenhuma atividade, porém de 1 a 2 vezes por semana um funcionário ia até as salas de pesquisa e do acervo para abrir as janelas para "arejar" pois não existe um sistema de climatização, com controle de temperatura e umidade. Em suma, o laboratório de reserva não sofreu grandes mudanças físicas, porém as propostas de novas atividades estão em pleno planejamento de uma futura execução.

6. CONFIGURAÇÃO DA GESTÃO DE ACERVOS ARQUEOLÓGICOS E DOCUMENTAIS: REFLEXÕES SOBRE A LINEARIDADE

Algumas políticas de conservação de acervos arqueológicos e documentais devem ser consideradas para uma qualidade das ações de guarda permanente levando em conta que é de fundamental relevância questões que fundamentam a aplicabilidade dos métodos de gestão. Assim, uma função que, para a arquivística tem a atribuição de manter a organização dos acervos, conta com uma variação de técnicas e métodos aplicados a acervos documentais que podem ser aplicados na Arqueologia, concentrado na problemática deste trabalho.

A identificação de modelos e possíveis mudanças na forma de gerenciar acervos arqueológicos podem garantir sistematização dos mesmos. Na Arqueologia a gestão de acervos é uma área de trabalho um tanto quanto complexa, pois existem algumas necessidades que fomentam relações de políticas. A Arqueologia trata de materialidade e também é:

[...] uma ciência em construção que estuda os sistemas sociais, sua estrutura, funcionamento e transformações com o correr do tempo, a partir porção da totalidade material socialmente apropriada, ou seja, artefatos, biofatos e ecofatos. (FUNARI, 1988, p. 78).

Pode-se identificar o processo de gestão dos acervos como um método que torna a análise, reflexões e ações que irão somar as informações já adquiridas. Deste modo, esse processo combinatório reafirma a retroalimentação e a própria interdisciplinaridade, em que todos os critérios farão com que a memória, através do desenvolvimento consciente da preservação, atue como agentes aos acervos. Cabe ressaltar que a gestão pode ser uma prática que deve estar associada ao desprendimento, isto é, a cada momento podem acontecer alterações necessárias e cabíveis de alteração. Nesse caso, leva-se em consideração que a gestão aplicada a acervos, tanto arqueológicos quanto documentais, o tratamento gerencial deve estar preparado para fazer e refazer a aplicação.

A eficácia da aplicação da gestão, assim como a proposta posterior de conservação, deve ser levada em conta quanto ao direcionamento da visibilidade dos acervos, nesse caso difundir é uma forma que contempla outra fase dos processos que envolvem os acervos. Contudo, pode-se pensar que divulgar facilitaria a busca e o conhecimento sobre determinado acervo, porém deve-se considerar que um acervo

independente dos suportes armazenados e acondicionados devem estar organizados. O processo de organização fundamenta-se em manter a proficiência dos documentos e a catalogação dos vestígios arqueológicos de fácil acesso.

No campo da Arqueologia, a conservação pode ser definida como conservação preventiva, que segundo Froner (1995), os critérios desse tipo de trabalho são fundamentalmente definidos como uma operação que tem a intenção de prolongar a vida do objeto, da mesma maneira que a Arquivologia, que lida com os documentos. No entanto, a conservação preventiva da Arqueologia pode ser afetada pela deterioração natural, assim todas as técnicas usadas tendem a controlar as possíveis causas e os agentes e também o ambiente.

Alguns trabalhos que se dedicam a proporcionar conhecimento sobre os procedimentos de como lidar com acervos arqueológicos e documentais são de certa forma acessíveis, mas nesta pesquisa a maioria das informações são das vivências e práticas que o autor teve durante a realização das graduações. Voltando a abordar sobre os procedimentos e relevâncias dos processos de gestão e conservação dos bens arqueológicos e documentais, é interessante salientar que são necessários alguns regulamentos, esses com valor científico e conhecimentos específicos de instrumentos legais e normativos que tornam as atividades sistematicamente integradas às políticas e as práticas. No entanto, pode-se destacar outras recomendações, em uma perspectiva de acesso.

As coleções e os acervos arqueológicos, segundo Mendonça (2012), têm decorrência da aproximação entre as áreas de Museologia e Arqueologia, levando em consideração principalmente as formas de manter a preservação dos materiais. Além de regulamentos e portarias que devem ser sempre levadas em consideração, também os aspectos administrativos e éticos, em que regulamentam os objetivos do trabalho. Sobre esses aspectos de pesquisa e trabalho envolvendo intervenções arqueológicas e produção documental deve ser entendida em virtude do profissional atuante em empresas, sendo estas públicas ou privadas.

6.1. QUADRO DE RELAÇÕES

A gestão de documentos trata-se de um conjunto de procedimentos que engloba três fases e que pode ajudar nas definições dos trabalhos de execução, como a classificação, além das definições desde a criação até a eliminação ou

recolhimento, neste caso, de documentos. No Quadro 1 “Relações Arquivologia x Arqueologia: fases da gestão”, apresenta-se uma relação das atividades no campo da Arquivologia em comparação com os procedimentos de tratamento com os documentos e métodos usados para a gestão e conservação dos materiais arqueológicos para a Arqueologia.

Quadro 1 – Relações Arquivologia x Arqueologia: fases da gestão

Fases da Gestão	Arquivologia	Arqueologia
1. Produção	Fase de produção dos documentos provenientes da execução de atividades de órgão ou entidade produtora. Evitar produção desnecessária e garantir adequação dos acervos	Fase de produção dos documentos e coleta de artefatos provenientes da execução de atividades nos sítios arqueológicos. Evitar o acúmulo e degradação desnecessária do sítio e vestígios.
1.1. função	Elaboração de fichas, formulários, planilhas, etc. Controle de produção e consulta dos documentos.	Elaboração de fichas, fotografias, planilhas, etc. Controle de produção e consulta dos documentos.
2.Utilização	Referente ao fluxo que o documento percorre durante as atividades administrativas, classificação, avaliação, conservação e destinação, ciclos e conceitos que configuram essa fase da gestão.	Referente a chegada de material arqueológico, após as atividades de escavação, curadoria, conservação, ciclos e conceitos que configuram trabalho em sítios e reservas para a sua preservação.
2.1. função	Controle e relação de atividades, organização e elaboração de instrumentos de recuperação da informação.	Controle e relação de atividades, organização e elaboração de instrumentos de recuperação da informação da materialidade.
3.Destinação	Envolve as atividades de avaliação, seleção e os prazos de guarda dos documentos, implica em separar os documentos eliminados para os que serão mantidos em guarda permanente.	Envolve as atividades de avaliação, seleção e os cuidados com a conservação dos artefatos, implica em separar os materiais e classificá-los de acordo com o campo conforme suas atribuições.
3.1. função	Cumprir o que foi decidido e executado nas fases anteriores, manter as fases da gestão e os processos em contínuo fluxo, promover a eliminação periódica de acordo com os prazos e a tabela de temporalidade.	Cumprir o que foi decidido e executado nas fases anteriores, manter as fases da gestão e os processos em contínuo fluxo, não permitindo eliminação ou deterioração dos materiais.

Fonte: elaboração própria

No Quadro 1 apresenta-se a relação das funções descritas na Arquivologia, sendo que a arquivística apresenta sete funções que contemplam as atividades, cujo conjunto de procedimentos pode ajudar nas definições dos trabalhos de execução. No Quadro 2, “Relações: funções arquivísticas na Arqueologia”, apresenta-se uma relação das atividades no campo da Arquivologia em comparação com as atividades na Arqueologia.

Quadro 2 - Relações: funções arquivísticas na Arqueologia

Funções	Arquivologia	Observações	Funções	Arqueologia	Observações
Produção	Fase 1	Fase de criação e elaboração de documentos	Aquisição	Fase 1	Fase de receber os materiais arqueológicos
Classificação	Fase 2	Organização de acordo com o plano de classificação	Produção	Fase 2	Fase de elaboração e criação dos documentos
Avaliação	Fase 3	Estabelecer os prazos de guarda	Avaliação	Fase 3	Fase de recolher e selecionar os artefatos
Descrição	Fase 4	Conjunto de elementos e elaboração de instrumentos de pesquisa	Classificação	Fase 4	Fase de destinar cada material a seus acervos
Aquisição	Fase 5	Entrada do documento no arquivo	Descrição	Fase 5	Fase de identificação do tipo de material
Difusão	Fase 6	Fase de apresentar as atividades e divulgar	Preservação/ Conservação	Fase 6	Conservação e curadoria
Preservação/ Conservação	Fase 7	Fase de manter as políticas aplicáveis	Difusão	Fase 7	Educação patrimonial e divulgação

Fonte: elaboração própria

Conforme apresentado no Quadro 2, a gestão tem como objetivo assegurar, de forma eficiente, a produção, utilização e destinação dos documentos. Neste caso tratando-se dos documentos, a fim de garantir que as informações estejam e sejam

disponibilizadas. Cada item tem sua função nas atividades nas quais são destinadas, entende-se que cada ciência, neste estudo a Arquivologia e a Arqueologia, tem por motivação ordem de ação nas funções de maneira diferenciada. Outra questão importante na gestão é a contribuição que o acesso e a conservação dos materiais e dos documentos recebem, em seu valor probatório, científico e histórico.

Como forma de reforçar o entendimento dos quadros a explicação simplificada dos mesmos se faz presente nas funções da Arquivologia, onde algumas etapas devem ser seguidas para melhorar o trabalho e tratamento documental. De maneira comparativa, em todo decorrer deste trabalho, foi usado esses mesmos critérios para uma associação às práticas da Arqueologia, tornando essa ligação simultânea nas suas devidas áreas de trabalho. Em suma, a lógica dos quadros apresenta a similaridade das atividades de trabalho, ligadas a documentos e artefatos.

Esse procedimento de implantação e aplicação de uma boa gestão assegura que a eliminação dos documentos, quando necessária, seja de valia, ou seja, após a classificação e avaliação os documentos recebem sua destinação final, permitindo e garantindo seu valor legal, administrativo, jurídico, ou mesmo de cunho científico para pesquisa. A seguir, dois subcapítulos com outras abordagens relevantes ao trabalho sobre gestão dos acervos.

6.2. GESTÃO E OS PROCESSOS ARQUEOLÓGICOS: DA ESCAVAÇÃO À SALVAGUARDA

A partir do que foi apresentado nos capítulos anteriores, esse se faz presente para destacar de forma linear as práticas vividas, estudadas e percebidas nos processos de formação acadêmica e profissional.

A Arqueologia é uma ciência que se baseia em estudar, entender e difundir culturas através da materialidade, de forma que esse subcapítulo, destacando os processos que a materialidade é encontrada pelos profissionais da área realiza. Cabe salientar que a maioria das atividades e fatos a serem apresentados fazem parte de uma visão minimalista das ações profissionais e acadêmicas.

Para que fique mais claro, esse espaço do trabalho, se destina na discussão das atividades e procedimentos de atividades no campo da Arqueologia como ciência aplicada. Como forma de apresentar as informações baseadas em referenciais teóricos e na experiência desse autor, destacando-se as atividades vivenciadas

durante a graduação. Todo trabalho e todos os achados arqueológicos em uma escavação exigem um determinado cuidado, mas antes mesmo de chegar até o material, a preparação para essa atividade é dividida em dois momentos, o projeto e a escavação, práticas que priorizam essa atividade.

Existem vários trabalhos em que a Arqueologia é necessária, como exemplo, se uma empresa pretende realizar uma construção em locais de Área de Preservação Permanente (APP), ou em lugares de tombamento, ou mesmo terrenos municipais para construção empresarial em determinado terreno é relevante que um trabalho arqueológico seja realizado, pois dependendo da localidade pode haver vestígios.

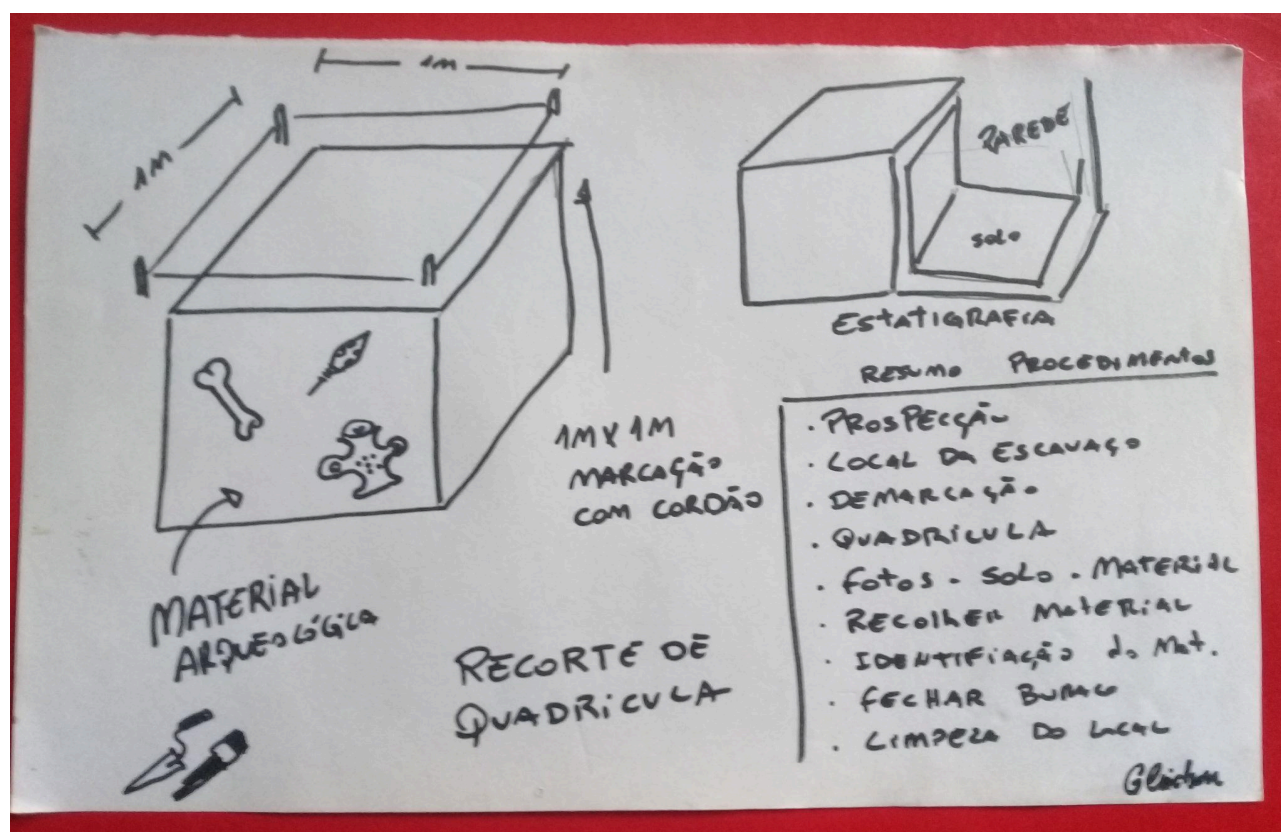
Além disso, a Arqueologia é uma ciência que, de forma simplificada, busca por trabalhos diretamente ligados à proteção e preservação de bens patrimoniais e culturais. O projeto, num processo de trabalho arqueológico, é a fase inicial da atividade do arqueólogo, onde é apresentado características da localidade onde se pretende realizar a atividade. Ao ser finalizado é passado ao IPHAN, onde pessoas qualificadas realizam a avaliação do projeto possibilitando a execução das atividades propostas. O projeto é composto por diversas partes, dentre as mais interessantes destacam-se: localidade geográfica, relação territorial e populacional, comunidades indígenas, quilombolas entre outras, relações biológicas de fauna e flora, topografia, e as atividades de engenharia propostas por determinada empresa contratante.

Após a aprovação e a verificação desses critérios se inicia o trabalho arqueológico, munido de todo o equipamento profissional que se direciona ao campo onde irá realizar uma prospecção (caminhada pelo local onde será realizada a escavação). Esse processo de prospectar está diretamente ligado aos possíveis achados superficiais ou por sondagem (pequenos buracos feitos com uma ferramenta, o cavador de mão), cujo método de trabalho possibilita averiguar se no local tem afloramento de artefatos arqueológicos.

Concluído essa fase do trabalho, com os dados descritos em fichas de sondagem e com as imagens registradas, é passada para a segunda fase do projeto, relacionando possíveis causas de impedimento ou não da relação do empreendimento. Nesse caso, o trabalho arqueológico é chamado de Arqueologia de Contrato. Mas, se os documentos que comprovam as atividades arqueológicas em campo não estiverem preenchidos e registrados, de acordo com os parâmetros exigidos, não é possível a sua comprovação.

A partir dessa exposição, o trabalho apresentado começa a tomar forma, pois a preservação e conservação dos bens arqueológicos devem ser registradas de alguma forma para serem bem conservados, pois métodos requerem cuidados. Para fins de ilustração, destaca-se como parte do processo das atividades arqueológicas, quando houver a necessidade da realização de uma escavação, como por exemplo, a marcação de quadrículas (marcações de 1 metro por 1 metro), com uma variação de profundidade que pode equivaler níveis artificiais de cada camada estratigráfica. Neste caso deve estar tudo bem documentado (OLIVEIRA, 2016). Na Figura 05, traz a ilustração de uma escavação.

Figura 05: recorte de uma área escavada



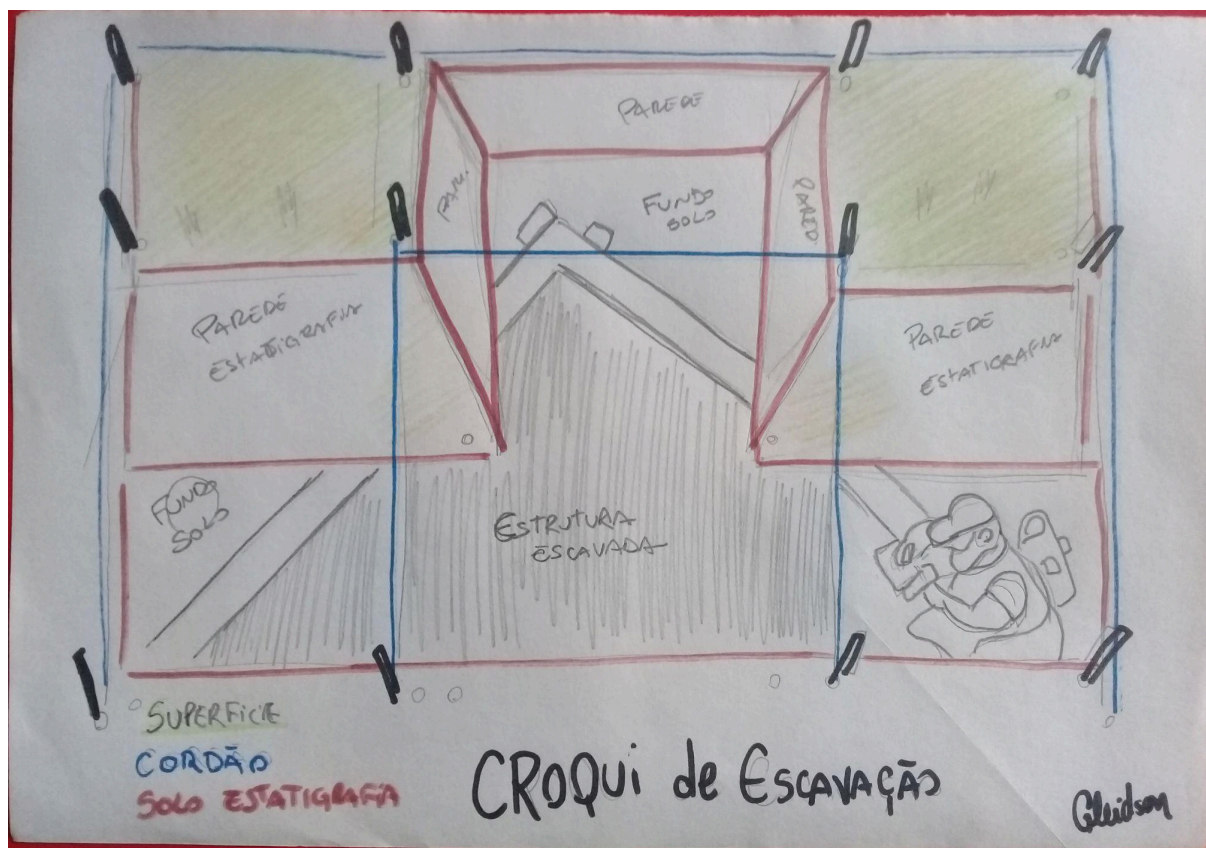
Fonte: elaboração própria

Assim, a segunda ilustração é de uma amostragem de croqui que pode ser utilizada para acompanhar a documentação nos processos de trabalho de campo na Arqueologia. Esse esboço do trabalho feito à mão e sem muitos detalhes e exigência servem para a apresentação, de forma rápida e simplificada. Esse desenho surge nas primeiras fases do trabalho em campo e auxiliam os profissionais a identificar as proporções das camadas estratigráficas. Além das fotografias esse tipo de técnica de

desenho geométrico colabora nas atividades e no conceito, um recurso relevante que ilustra tanto a estrutura (estratigrafia) das camadas do solo escavado, como a posição em que os materiais se encontram.

A fotografia é outra forma usada nesse tipo de fase de trabalho, porém em alguns momentos a incidência de luz pode não colaborar, assim os croquis se fazem presente, visto na Figura 06, um modelo de croqui, feito pelo autor desta pesquisa, num trabalho de Arqueologia.

Figura 06: croqui de escavação



Fonte: elaboração própria

Esse método de trabalho é caracterizado a partir das primeiras ações em campo, para tanto a cada 10 cm o profissional retira uma camada do solo e registra em fichas e fotográficas as condições do mesmo. Esses processos de trabalho são importantes para verificação futuras em laboratório e mesmo a guarda de solo ou material possivelmente encontrado. O registro em imagem e fichas permite com que outros profissionais que não estiveram presentes no ato da escavação identifiquem as condições. Assim é possível reforçar a composição desse trabalho, reforçar a

importância da conservação dos documentos e registros de imagens, pois serão esses que irão comprovar as atividades realizadas.

De acordo com experiência vivida pelo autor, é relevante manter os registros intactos, sem questionar os métodos empregados para manter conservados os materiais arqueológicos e a própria documentação, que atesta a atividade prestada, não sendo possível comprovar um achado ou mesmo determinar sua localização sem marcações. Essa comprovação surgiu durante atividades realizadas no Laboratório da FURG, onde o mesmo estava passando por um processo de mudança, já que em determinada atividade de escavação não tiveram atenção de manter as informações ligadas entre a materialidade e a documentação, gerando indagações. Como exemplo a esse fato, cita-se o caso dos vestígios em meio a materialidade do laboratório, pensando tratar-se, inicialmente, de uma “rocha”, no entanto não era e, sim, apenas um punhado de terra solidificada. Após, não foi possível obter maiores informações, visto que apenas uma etiqueta com numeração estava presente na suposta peça. Mas, se houvesse uma preocupação em manter os registros em ordem, isso facilitaria identificar do que se tratava.

Contudo, é interessante salientar que nesse ponto do trabalho as preocupações em manter as informações mais objetivas facilitam a compreensão das atividades de campo e de laboratório. Utilizando o termo gestão, uma forma de gerir e manter a organização plena é interessante destacar a relevância desse método de aplicabilidade.

6.3. GESTÃO E OS PROCESSOS ARQUIVÍSTICOS: DA PRODUÇÃO AO ARQUIVO PERMANENTE

O processo de gestão se fundamenta em gerenciar de maneira complementar, atuando nas atividades setoriais e empresariais dessas, podendo ser públicas e/ou privadas. A gestão na arquivística está ligada aos procedimentos de organização, classificação, avaliação, entre outras etapas que destinam os documentos produzidos ou recebidos por uma instituição. De acordo com Freiburger (2012), a gestão de documentos tem por objetivo:

- Organizar a produção, administração, gerenciamento, manutenção e destinação dos documentos de modo eficiente;
- Agilizar a eliminação de documentos que não tenham valor administrativo, fiscal, legal, histórico e/ou científico;

- Assegurar o acesso à informação governamental quando e onde se fizer necessária ao governo e aos cidadãos;
- Garantir a preservação e o acesso aos documentos de caráter permanente (FREIBERGER, PG 17, 2012)

Além dos referenciais teóricos, os processos pelos quais a Arquivologia desenvolve seu trabalho ligado à organização documental perpassa por alguns pontos que caracterizam e permitem o planejamento das atividades, principalmente, pela viabilização da organização física. A Arquivologia, através de métodos, estabelece um padrão organizacional que permite a busca dos documentos de modo rápido, com isso pode-se considerar a temporalidade do documento, cuja teoria determina que seja percorrida as três idades, ou seja, a corrente, a intermediária e a permanente.

Relacionando esse capítulo com o anterior, que se pode esclarecer mais o ponto fundamental dessa apresentação da pesquisa, onde os documentos em suporte papel são importantes nas atividades arqueológicas, uma vez que trazem as informações que serão transcritas para o meio digital, aplicados e disponibilizados em sistemas e programas. No entanto, devem ser armazenadas de forma correta, não acarretando nenhuma perda de registro.

Embora vivêssemos em meio a evolução digital e as vantagens que isso traz às diversas áreas de conhecimento, pesquisa, atividades diárias e demais arcabouços, a guarda de documentos em meio físico são obrigatórios, de acordo com a tabela de temporalidade, onde conhecer métodos de gestão ajudam a manter a organização. Cada documento recebe um prazo de guarda, sendo assim o armazenamento e o acondicionamento dos documentos deve ser realizado de forma correta, antes mesmo da guarda permanente o profissional qualificado desprende de ações que permitem classificar a documentação, como também avaliar seu tempo de guarda permanente ou eliminação.

No caso desta pesquisa se traz à tona a relevância de serem mantidos bem gerenciados os documentos, pois são esses que comprovam, seja através de fichas, croquis e demais acessos à informação de uma escavação arqueológica. Voltando a tratar dos acervos documentais, as atividades que envolvem a gestão dos documentos não necessariamente precisam de um gestor, mas entender que esse procedimento traz vantagens ao setor ou empresa envolvida. Em suma, a rotina de gerir os documentos deve ser implementada de qualquer maneira, pois sem esse procedimento administrativo muitas informações podem ser perdidas.

No âmbito da gestão e dos processos de arquivamento, na base dos processos, é interessante ter em mente que todos os termos usados e aplicados correspondem a determinados conceitos, como exemplo, dado, informação, conhecimento e o próprio documento. Os dados podem ser considerados e interpretados individualmente, por esse motivo que se torna uma informação, essa por sua vez permite com que gestores tenham esse auxílio. Em alguns casos:

[...] tendemos a considerar que informação é um coletivo de dados. Não é. Um conjunto de dados somente irá constituir uma informação se, para o indivíduo que o recebe, possuir algum significado, o qual é determinado pelo próprio contexto em que aquela pessoa se insere se determinados dados não possuírem significado algum para o mesmo simplesmente são desprezados (CARVALHO; TAVARES, 2001, p.5).

Entende-se que dado e informação são conceitos diferentes, o dado é a parte menor de um todo, enquanto que a informação é mais abrangente. Esse tipo de informação é relevante ao passo que comunica as fontes significativas de pesquisa, conforme perspectiva de Valentim (2002). Porém, dados, informação e conhecimento são fundamentais na etapa de aplicação dos processos dos profissionais da informação em meio a suas atividades e, assim, que tenham maior flexibilidade e qualidade no apoio organizacional e na gestão.

A criação de políticas de conservação e de uso dos documentos é indispensável à criação, estabelecendo algumas regras, uma vez que irá servir para que os documentos sejam manuseados e usados de maneira correta. Garantir um padrão possibilita a obtenção de níveis de controle e eficiência mais clara e objetiva. Com o aumento do conhecimento das necessidades nas quais a gestão é implementada se comporta que as rotinas de cada setor ou empresa irá, perante a apresentação de informações pertinentes, isto é, a partir do desenvolvimento das políticas de uso e da segurança das informações organizacionais que o acesso define as regras.

Para que a sucessão de regras e métodos de uso e acesso sejam definidas, devem estar diretamente ligadas a padronização dos processos, nesse caso como as instituições de guarda permanente de documentos ou mesmo as reservas técnicas mantém seus acervos organizados. Uma das regras que podem ser implantadas, entende-se considerar, como uma das principais, o acesso.

Ainda se tratando de gestão no escopo dos acervos, embora os recursos digitais ajudem nas atividades e otimização do trabalho é de se repensar a organização dos acervos em meio físico, os arquivistas entendem e sabem da relevância dos procedimentos de gestão de acervos documentais, mas nesse trabalho se faz presente a preocupação que alguns profissionais arqueólogos desconhecem ou mesmo não tratam com imparcialidade o trato com os documentos.

A gestão documental é uma atividade crucial para que atividades sejam bem-sucedidas, além de que a eficiência e a produtividade permitem maior acessibilidade e otimização. Perante as atividades de gestão, uma maneira interessante de evitar quaisquer execuções errôneas de trabalho, recomenda-se usar um instrumento de trabalho que auxilia na prestação de alguns serviços, como por exemplo um manual. No caso deste trabalho, como produto foi criado um manual de bolso e o vídeo.

7. PRODUTO MANUAL DE BOLSO: ARQUEOLOGIA NA RESERVA TÉCNICA

Os manuais são instrumentos que auxiliam em toda e qualquer atividade, formam um conjunto de normas e procedimentos que atribuem inúmeras funções. O objetivo é instruir e orientar regras que devem ser cumpridas e obedecidas pelos usuários, facilitando a execução das atividades, tanto em grupo como individuais. Manuais são métodos que instruem usuários na forma de manter organizados e padronizados trabalhos e rotinas de uso. Trata-se de um instrumento que serve como direcionador de atividades, isto é, reúne informações de forma sistematizada onde critérios e segmentos facilitam processos de trabalho.

A reserva técnica, na visão da Arqueologia, é um ambiente no qual vários artefatos estão salvaguardados por instituições que cumprem regras, em que essas são determinadas por órgãos de maior propriedade de atender e fiscalizar se estão sendo cumpridas. Os critérios de exigência são atestados atualmente pelo IPHAN. Existem algumas regras básicas que tratam das formas de lidar com cada materialidade, por isso esse manual pretende atender os devidos passos a serem tomados por arqueólogos(as) e áreas afins, nas reservas técnicas, visto que se trata de um ensaio.

Sabe-se que a função conservação é interdisciplinar, como foi abordado neste estudo, em duas áreas distintas, a Arquivologia e a Arqueologia. Por isso para tornar-se mais atrativo, o produto foi criado de forma instrutiva e ilustrativa. A proposta é contribuir nas atividades laboratoriais, trazendo uma visão geral de como os profissionais e estudantes de Arqueologia, ou mesmo os estudantes de áreas afins, que se interessam por essa ciência, devem lidar com os procedimentos iniciais, como a curadoria.

O manual ilustra os artefatos e as formas ideais de tratamento dos mesmos e dos documentos produzidos em razão de atividades, tanto de campo como em laboratório, de modo que para a sua aplicação de procedimentos de conservação, com ênfase no armazenamento, seja possível ser executados em conformidade com recomendações da área arquivística. Na Arquivologia o principal tratamento está ligado aos documentos, enquanto, na Arqueologia, existem diversas formas de trabalho, pesquisa e procedimentos e práticas que consolidam a área dessa ciência humana, assim o presente Manual de Arqueologia tem a proposta de fornecer alguns procedimentos e técnicas de curadoria e guarda de material arqueológico.

O manual traz uma visão geral de como os profissionais e estudantes de Arqueologia, ou mesmo os estudantes de áreas afins, que se interessam por essa ciência, devem lidar com os procedimentos iniciais, curadoria e na guarda permanente dos artefatos arqueológicos. Vale lembrar que a materialidade descrita no instrumento, assim como os métodos de tratar o material arqueológico foi elaborada a partir de pesquisas de campo, artigos e observações *in loco* nos laboratórios pesquisados.

O manual apresenta procedimentos iniciais de chegada de documentação e artefatos arqueológicos. Não se trata de um manual detalhado, mas uma forma abrangente de apresentar as primeiras intervenções com a materialidade de uma reserva.

A partir dos diagnósticos realizados nas instituições FURG, UFPel, PUC e UFRGS, definiu-se como prioridade alguns elementos que foram pertinentes à criação deste produto. Para tanto, foram descritas informações relevantes dos primeiros métodos a serem aplicados no campo, que antecedem a vinda dos materiais e dos documentos ao destino final, que é um laboratório arqueológico. Sendo assim, o manual apresenta estratégias de tratamento da documentação e materialidade, de modo ilustrativo, que envolvem documentos e artefatos arqueológicos, tais como: gestão, avaliações e conservação, contemplando ações e ferramentas para etapas de higienização, o armazenamento e o mobiliário, além do acondicionamento em materiais diversos, mas específicos para a Arqueologia.

Os procedimentos metodológicos irão nortear a aplicação de todas as ações descritas neste trabalho. A materialidade que profissionais do campo da Arqueologia encontram durante suas prospecções e escavações requer uma série de tratamentos individuais, com esse enfoque, o manual traz algumas abordagens destinadas ao tratamento. E, ainda, apresenta-se alguns procedimentos de gestão nas quais complementam as atividades referentes às coleções.

Para que uma reserva técnica seja considerada como um setor de salvaguarda de materiais arqueológicos exige diversos procedimentos, após consulta em bibliografias e na pesquisa em locais de guarda, assim o instrumento intitulado “Manual de bolso” pode ser elaborado. O Manual encontra-se no Apêndice II, finalizando este trabalho de pesquisa.

Como complemento ao produto, foi elaborado um vídeo contendo algumas informações pertinentes e que representam trechos do Manual que poderá ser

impresso pelas reservas, ou mesmo pelos profissionais interessados em trabalhar com materialidade arqueológica. Para a criação do vídeo foi realizada uma pesquisa por *software* que pudesse apresentar, de forma lúdica, o instrumento manual. No entanto é importante frisar que, com a falta de recursos financeiros para custear esta pesquisa, as plataformas pesquisadas para a produção deste vídeo foram as que ofereciam disponibilidade gratuita. Após a realização de testes, em outros modelos, foi selecionado a plataforma PowToon.

Esse *software* PowToon, de animação gratuito, permite criar vídeos explicativos e com ferramentas de edição para vídeo, incluindo diversos recursos avançados de edição. O cadastro gratuito possibilita o uso por três dias, apresentando uma variedade de opções para criação de vídeo. Porém, com algumas limitações, após um cadastro na plataforma disponível no link <https://www.powtoon.com/workspace> foi possível, rapidamente, iniciar o trabalho na plataforma.

Mesmo não obtendo um certo nível de experiência foi possível usar o *software* de edição de vídeo, com uma biblioteca de criação de vídeo, apresentando alguns modelos que permitiram a criação. Com uma interface de usuário intuitiva, que inclui efeitos visuais e algumas trilhas de áudio gratuitas, além de imagens e vídeos de fundo, a proposta foi alcançada tornando-se essa etapa concluída. Assim, com esses recursos foi possível personalizar e complementar a criação do vídeo, cuja idealização é partir do Manual de Bolso, como produto criado nesta dissertação, para impactar com reações sensoriais aos usuários.

O conteúdo de vídeo é de alta qualidade e faz com que prenda a atenção do seu público alvo. Certamente com esse complemento os usuários de reservas ou mesmo em trabalhos da área de Arqueologia, pode-se usar em palestras instrutivas para novos pesquisadores.

Como a plataforma somente disponibiliza apenas a criação de vídeos de, no máximo por três minutos, a intenção foi de resumir algumas informações relevantes das que estão presentes no Manual de Bolso criado, como forma de manter a integridade da pesquisa e complementando o produto em outra mídia. Se tratando de um vídeo curto, foi criado um roteiro curto, pois como já mencionado anteriormente, as informações estão presentes no Manual de Bolso, servindo como uma opção caso outros pesquisadores adotarem essa dissertação como fonte de pesquisa.

Como roteiro buscou-se apresentar as mesmas etapas e descrições apresentadas no Manual, no entanto, para ficar evidente a ideia de criação do vídeo

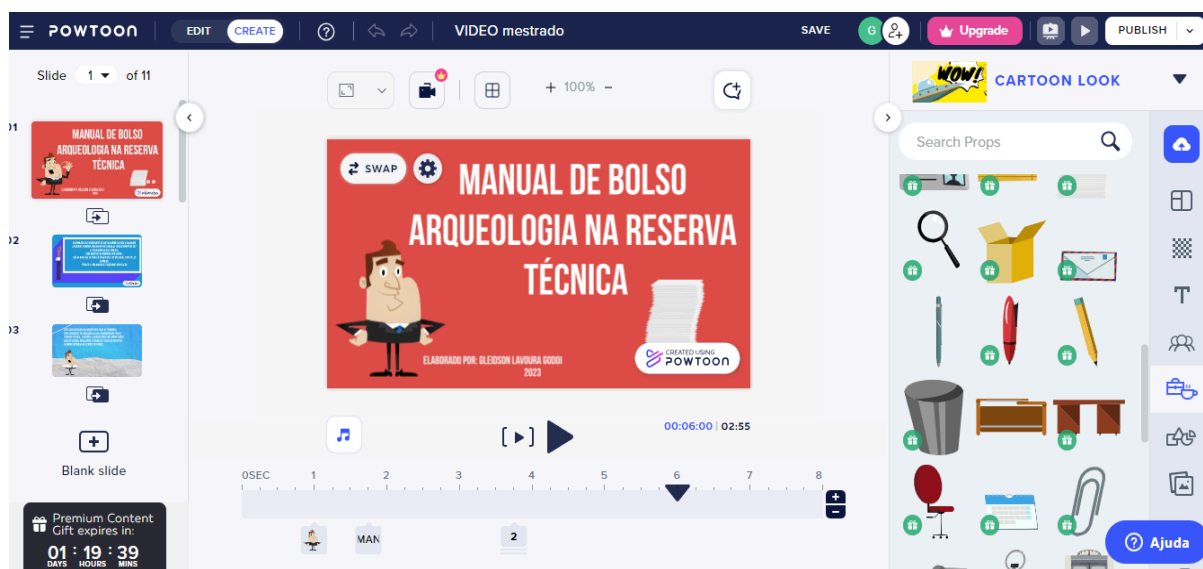
partiu-se da demonstração ilustrada através de animações e textos. O vídeo tem abertura indicativa do que se trata e posteriormente destaca pontos significativos com relação às práticas de uso e tratamento de gestão e conservação dos documentos e dos materiais arqueológicos, como:

- Agiliza na localização de arquivos;
- Armazenamento de arquivos de diversos formatos;
- Diminui da necessidade de cópias dos documentos;
- Facilita de compartilhamento de informações;
- Conservação e Preservação do material.

Essa proposta pode ser empregada em apresentações acadêmicas como forma de palestra, por exemplo, usando o Manual proposto, em dois formatos, apresentando o manual impresso e complementando com o vídeo.

Para apresentar alguns passos tomados para a criação do vídeo intitulado “Manual de bolso - Arqueologia na Reserva Técnica”, apresenta-se uma imagem printada da plataforma, na Figura 07, como forma de ilustrar o trabalho de criação.

Figura 07: Print do trabalho de criação do vídeo



Fonte: elaboração própria

Após a finalização da produção do vídeo, foi necessário utilizar outra plataforma de uso e criação de vídeos do Vimeo, que é uma plataforma similar ao Youtube de livre acesso, apenas clicar no *link*, porém pouco conhecido, disponível em

<https://vimeo.com>. Isso foi preciso pois como o *software* Powtoon, usado de forma gratuita, não possibilita o *download*, então foi usado um recurso adicional. Acredita-se que esse complemento ao Manual possibilitará aos usuários uma versão alternativa de aprendizado sobre os tratamentos de documentos e materiais arqueológicos.

De forma a apresentar os passos para elaboração do vídeo, a seguir são apresentados os créditos:

- Roteiro e direção: o texto utilizado no vídeo foi retirado do Manual, integralmente, para evidenciar o conteúdo de uma outra forma. Todo material foi elaborado pelo autor deste trabalho e verificado pela orientadora.

- Imagens e trilha sonora: as imagens e a trilha foram utilizadas as que estão disponibilizadas na plataforma *Powtoon*.

- Produção e montagem: a produção e montagem foi elaborada pelo autor deste trabalho e verificado pela orientadora.

- Agradecimentos: os agradecimentos foram dedicados ao Curso de Mestrado em Patrimônio Cultural pela UFSM e à orientadora Sônia Elisabete Constante.

O vídeo está disponível na Plataforma do *Youtube* no link: <https://www.youtube.com/@canalsemternura728>.

Todo trabalho de elaboração do produto (Manual de bolso) e do vídeo foram recursos adotados para melhor elucidar esta pesquisa, fazendo com que seu uso traga vantagem no entendimento e tratamento das atividades que envolvem documentos e artefatos arqueológicos.

8. CONCLUSÃO

Como forma de sustentar todo trabalho, este capítulo apresenta a conclusão no qual a fundamentação teve como parâmetro os resultados no curso das atividades desenvolvidas durante os últimos dois anos. Com a identificação dos conceitos até o momento partiu-se para as abordagens das demais legislações sobre a temática referente à gestão e a conservação.

Este estudo foi uma continuação mais aprofundada de uma pesquisa iniciada em 2017, durante a efetivação do curso de graduação em Arqueologia, como resultado do Trabalho de Conclusão do Curso, com o tema conservação, retomando no mestrado, que precisou ser interrompido e retomado em nova seleção, com ingresso em 2021. O fator importante de comprovação das atividades de campo e de laboratório para os acervos, numa visão interdisciplinar, são vantagem no desenvolvimento dos trabalhos tanto em campo quanto em laboratório.

Como se trata de uma pesquisa do tipo descritiva, sua natureza apresenta critérios que levam a identificar determinados apontamentos de uma área, tornando assim o trabalho mais direcionado. Os passos seguidos para a elaboração desta pesquisa são evidentes, já que o estudo partiu do pressuposto de como pode-se difundir o conhecimento adquirido através de anos de vivência e estudos em duas áreas de ciência aparentemente distintas, mas que podem ser tão similares, em especial no gerenciamento e conservação dos documentos e dos bens arqueológicos, uma vez que necessitam de organização e cuidados.

Esses relatos são justificados pelo baixo índice, uma carência de regulação interna nas instituições, cuja pesquisa foi baseada em apresentar levantamento e as práticas vivenciadas no laboratório da FURG, na Reserva Técnica, e a apresentação de outras instituições, a partir do diagnóstico realizado em 2018 - 2019, com finalização das pesquisas para esse trabalho no ano de 2022. A partir da observação *in loco* nos laboratórios, percebeu-se que no decorrer dos anos foram se adaptando aos novos moldes de guarda permanente, as preocupações com a conservação dos materiais arqueológicos imprimiram a responsabilidade de guarda. Com isso, entende-se que a falta de recursos materiais e de pessoas especializadas com esse tipo de trabalho no país, pode refletir na falta de apreciação destinada à materialidade acumulada.

A partir dessa análise primária é perceptivo que durante os últimos anos aconteceu um crescimento representativo no número de materiais arqueológicos encontrados, e com isso proporcionando uma demanda de trabalho às instituições de guarda, pois o ingresso de materiais eleva o número de procedimentos a serem tomados, com isso as coleções sob guarda devem ser garantidas de preservação e conservação.

Desta forma é possível perceber que determinadas informações podem sofrer alterações nas práticas, por determinação de cada ambiente de guarda, pois até pouco mais de uma década não existiam regras nem mesmo uma formalização de como proceder com o armazenamento e acondicionamento de materiais arqueológicos. Existe conhecimento geral e de senso comum de como lidar com documentação, mas se tratando de uma ciência humana, com propósito de pesquisa mais voltado às descobertas e informações através de registros físicos, os documentos podem sofrer demanda.

A proposta de apresentar métodos de organização de acervos arqueológicos e documentais, foi de certa forma uma maneira de saber como é feita a aplicação prática da gestão, fundamentada na multidisciplinaridade que envolve algumas ciências que muitas vezes não conversam entre si.

Para tanto, um ideal de reserva deve partir da gestão de acervos - uma das etapas fundamentais para qualquer instituição que tenha sob guarda patrimônios documentais e arqueológicos. Entretanto, para que sejam cumpridos os procedimentos de um ideal de reserva técnica é preciso que o reconhecimento das necessidades, como espaço físico, quantidade de objetos que se tem ou que pretende receber, entre outros, pois o acervo de uma reserva pode variar - compondo novas coleções.

Como respostas aos objetivos específicos, foi possível realizar o diagnóstico das atividades e verificar o emprego de procedimentos de gestão dos artefatos arqueológicos e de gestão documental em laboratórios de Arqueologia. Da mesma forma que a comparação das ações de gerenciamento dos laboratórios, com ênfase na conservação, na visão da Arqueologia e da Arquivologia tiveram êxito, pois as visitas e a aplicação do questionário puderam ajudar nesse entendimento.

Para analisar as formas e as relações entre as duas ciências como vivência prática, decorrentes da criação, uso, organização e a guarda permanente dos documentos e dos materiais arqueológicos, foi realizada mediante as leituras

bibliográficas e conhecimento específico das duas ciências mencionadas. Os quadros comparativos, associando as atividades e funções da Arquivologia em um comparativo com as realizadas na Arqueologia puderam acrescentar e demonstrar as relações de trabalho existentes entre as duas áreas específicas.

Por fim, foi concluído os objetivos com a elaboração de um manual instrutivo e ilustrativo direcionado para a aplicação das técnicas de tratamento de artefatos e de gestão documental, juntamente com o vídeo, do produto iniciativa de buscar por uma maneira de sintetizar as atividades. O manual foi criado e complementado com o vídeo, com auxílio das plataformas mencionadas no capítulo do produto.

Durante a elaboração do projeto, em busca de mais conhecimento, e por estar presente em cada laboratório de Arqueologia, pode-se perceber a necessidade de tratamento de conservação, para que a materialidade fique preservada e comporte o vínculo de mantenedora de salvaguarda de materiais permanentes. Conforme levantamento bibliográfico, o acervo arqueológico no território brasileiro fica sob a responsabilidade das reservas técnicas e instituições de guarda provisório ou permanente. No entanto, com poucos sistemas de tratamento que sejam satisfatórios aos vários critérios de exigência estabelecidos por normas e regras - direcionadas às atividades de curadoria e salvaguarda de materiais e seus documentos comprobatórios, essa pesquisa se fundamenta.

Em uma reserva de materialidade arqueológica, além das atividades que definem a eficácia e economia no âmbito da gestão do acervo, dominado pela ciência da Arquivologia, os procedimentos de curadoria são de extrema necessidade, pois com esses se proporciona a maior estabilidade e duração do acervo por estar, de modo geral, conservado.

A gestão dos acervos arqueológicos é o diferencial importante, onde determina procedimentos que valorizam aspectos como a diversidade de material arqueológico que se recebe do campo de uma escavação ou mesmo de doação. Nesse caso, a gestão fica implícita, além disso as informações são postas em crédito pela presença da documentação. O início do planejamento de um ideal de reserva é ininterrupto, existe possibilidade de pequenas alterações, mas que não comprometam as atividades já desenvolvidas.

No campo da conservação, a gestão exige que, em uma escavação, os artefatos arqueológicos tenham o controle adequado para iniciar as atividades de manutenção prévia da preservação. Nesse caso, as condições ambientais podem

inferir novas ações, pois a variação de temperatura entre a retirada do objeto independentemente do tipo de solo, em contato com o ambiente externo pode comprometer o vestígio por sofrer alterações internas ou externas. Portanto, uma outra proposta deste trabalho, defende a criação de um novo sistema que permita com que os documentos estejam todos referentes ao mesmo fundo documental, comprovando suas atividades coletivas. Tanto para a Arqueologia quanto para a Arquivologia as lembranças do passado remoto e do presente contemporâneo estão traduzidas na memória presente nos vestígios sejam arqueológicos e/ou documentos.

Contudo, podem estes ser os evocadores de histórias por meio de registros de informações de suas formas específicas. A fala pode ser interpretada e entendida, mas um vestígio arqueológico pode ser ou tentar ser interpretado, sendo que de acordo com seu contexto pode variar a forma com que sua tradução possa transmitir momentos de vivência. Assim, proporcionam a possibilidade de pesquisar a história de “personagens” e acontecimentos representados em vestígios e registrados em documentos.

Precisa-se ter em mente que a documentação de acervos arqueológicos não são apenas folhas e demais registros - definem a descrição da materialidade, pois neles estão permanentemente as ações realizadas e a ocorrência da Arqueologia. Assim, a gestão traz uma proposta desenvolvida a partir das pesquisas, leituras e vivências, para a elaboração de um plano de gestão integrada para a conservação da materialidade arqueológica e uma reserva técnica de coleções variadas.

A sugestão se desdobra em pilares de apoio na discussão, buscando a preservação do patrimônio, a conservação arqueológica, as práticas e teorias interligadas, com isso a proposta sintetiza a valorização do patrimônio arqueológico e faz com que a dinâmica de proteção e gestão das coleções seja bem fundamentada. Pode-se mencionar que existe uma grande parte dos profissionais de Arqueologia que, de uma forma ou outra, mantêm seus acervos organizados através da interdisciplinaridade adquirindo conhecimento de outras áreas, porém muito ainda não se apresenta em padrões.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: **Arquivo Nacional**, 2005.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas: Informação e documentação - Referências - Elaboração (ABNT) – **NBR 6023**. Rio de Janeiro. 2002

ALCANTARA, T. M. **O acervo arqueológico do MAE/UFBA**. Boletim Informativo do Museu de Arqueologia e Etnologia, n. 11, a. 3, p. 5. fev.-jul. 2016.

Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais - ABRACOR.

BALLARDO, L. O. M. Documentação museológica: **a elaboração de um sistema documental para acervos arqueológicos e sua aplicação no Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas/UFMS**. 2013. 125 f. Dissertação (Pós-graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

BALLARDO, L. M.; MENDONCA, E. C. Gestão de coleções arqueológicas: **da intervenção à incorporação no museu**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2019, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: Ancib, 2019a. p. 1-22.

BALLARDO, L. M.; MENDONCA, E. C. Diagnóstico de lacunas da documentação Arqueológica e seu impacto na gestão do patrimônio. In: **SEMINÁRIO DE PRESERVAÇÃO DE PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO**, 5., 2019, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2019b. p. 387-402.

BALLARDO, L. O. M.; MILDRE, S. E. S. Um sistema documental para acervos arqueológicos aplicados ao Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas/UFMS. **Cadernos do LEPAARQ: Revista do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da UFPEL**. Pelotas, v. 8, n. 15/16, p. 27-40, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/viewFile/1674/155>. Acesso em: 27 jan. 2022.

BINFORD, L. R. An Archaeological Perspective. New York: **Seminar Press**, 1972.

BOTTALLO, M. **A gestão documental do patrimônio arqueológico e etnográfico**. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 6, p. 287-292, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/109275/107773>. Acesso em: 27 jan. 2022.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria nº. 196, de 18 de maio de 2016**. Dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos moveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Termo de Recebimento de

Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel. Diário Oficial da União, Brasília, n. 97, Seção 1, p. 84, 23 maio 2016.

BRUNO, M. C. O. A Museologia a serviço da preservação do patrimônio arqueológico. **Revista do Instituto de Pré-História [edição comemorativa do cinquentenário da Universidade de São Paulo]**, São Paulo, v. 6, p. 301-323, 1984.

BRUNO, M. C. O. Musealização da arqueologia: **um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema. 1995.** 382 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

BASTOS, R; SOUZA, M. (Org) 2010. **Normas e gerenciamento do Patrimônio Arqueológico.** 3ª Ed. São Paulo: Superintendência do Iphan em São Paulo.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BINFORD, Lewys R. **A tradução do registro arqueológico.** In: BINFORD, Lewys R. Em busca do Passado. s.l.: Europa-América, 1991 [1983]. p. 28-40.

BERNARDES, Ieda Pimenta. **Como avaliar documentos de arquivo.** São Paulo. Arquivo do Estado, 1998. (Projeto como fazer; v.1)

CASSARES, N.; TANAKA, A. P. H. (orgs.). Preservação de Acervos Bibliográficos: **homenagem à Guia Mindlin. São Paulo:** Associação Brasileira de Encadernação e Restauro Arquivo do Estado, Impresso Oficial do estado de São Paulo, 2008.

CONARQ. Conselho Nacional de Arquivos: **Recomendações para a Produção e o Armazenamento de Documentos de Arquivo.** Rio de Janeiro, 2005.

CALDARELLI, S. B.; CANDIDO, M. M. D. Desafios da Arqueologia Preventiva: como gerir e socializar o imenso volume de materiais e documentos por ela produzidos? **Revista Arqueologia Pública, v. 11, n. 2, p. 186-214, 2017.** Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/322966987_Desafios_da_Arqueologia_Preventiva_como_gerir_e_socializar_o_imenso_volume_de_materiais_e_documento_s_por_ela_produzidos. Acesso em: 10 dez. 2021.

CAMARGO-MORO, F. Museu: **Aquisição/Documentação. Tecnologias apropriadas para a preservação de bens culturais.** 1. ed. Rio de Janeiro: Livraria Eca Editora, 1986. 309 p.

CABRAL. Mariana Petry. Perspectivas da Curadoria Arqueológica: **O caso do Laboratório de Arqueologia Peter Hilbert.** 2012.

CARVALHO, G. M. R.; TAVARES, M. S. *Informação & conhecimento: uma abordagem organizacional.* Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

CESÁRIO, Jonas Magno dos Santos. Et al. Metodologia científica: Principais tipos de pesquisas e suas características. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05,** Ed. 11, Vol. 05, pp. 23-33. Novembro de 2020.

Carta de Lausanne – ICOMOS/ICAHM de 1990 IN: **Cartas Patrimoniais, 3ª ed.** Iphan: Rio de Janeiro, 2004, p. 303-310.

Constituição Federal de 1988 IN: **Coletânea de Leis Sobre Preservação do Patrimônio**, Rio de Janeiro, Iphan, 2006, p. 15-21.

DIAS, M. P. Curadoria e conservação arqueológica no Rio Grande do Sul: **um levantamento dos métodos. 2018. 247 f.** Dissertação (Pós-graduação Interunidades em Museologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

DIAS, M. P. **Métodos de Curadoria e Conservação Arqueológicas no LEPA-UFSM (1995-2014).** 2016. 113 f. Trabalho Final de Graduação (Departamento de História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2016.

DIAZ, B. M.; FERNANDEZ, M. A. Q. **Arqueologia preventiva. Gestion del patrimonio arqueológico.** In: CASTILLO, J. A. Q. (Coord.). La materialidad de la historia: la arqueología en los inicios del siglo XXI. Madrid: Ed. Akal, 2013. p. 143-175.

DIAS, Marjori. Pacheco, **Revista LEPA – Textos de Arqueologia e Patrimônio.** 2013.

DUNNELL, Robert C. **Classificação em Arqueologia.** trad. Astolfo G. M. Araújo. Systematics in Prehistory. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FRONER, Yacy-Ara. Conservação preventiva e patrimônio arqueológico e etnográfico: **ética, conceito e critérios.** **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo.

FERREZ, H. D. Documentação museológica: **teoria para uma boa pratica.** **Cadernos de Ensaio, Estudos de Museologia**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 65-74, 1994.

FERREZ, H. D.; BIANCHINI, Maria Helena. S. **Thesaurus para acervos musicológicos.** 2v. Rio de Janeiro: Minc/SPHAN/Fundação Nacional Pró-memória/MHN; Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos, 1987. 482 p.

FRONER, Y. Conservação preventiva e patrimônio arqueológico e etnográfico: **ética, conceitos e critérios.** **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 5, p.291-301, dez. 1995. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/109243>. Acesso em: 12 dez. 2021.

FUNARI, P. P. A. **Arqueologia.** São Paulo: Ática, 1988. (Série Princípios, nº 145).

FREIBERGER, Zélia. **Gestão de Documentos e Arquivística.** 2012.

FRONER, Y. A. 2001. Reserva Técnica – bases para um planejamento seguro. In: **II Fórum de Profissionais de Reservas Técnicas de Museus.** São Paulo: COREM.

GUIMARÃES, L. 2012. "Preservação de Acervos Culturais". In: **Segurança de Acervos Culturais (Org.).** Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins.

GHETTI, N. C. 2009 “Saber Cuidar: **a Conservação para Valorizar e Preservar o Acervo Arqueológico**”. In: XV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira – Arqueologia e Compromisso Social: Construindo Arqueologias Multiculturais e Multivocais. Belém: SAB

GRANATO, Marcus; RANGEL, Marcio. **Cultura material e patrimônio da ciência e tecnologia**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2009.

IPHAN. **Dicionário de Patrimônio Cultural**. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/65/acervo-arqueologico>>. Acesso em 15 de Out. de 2017.

IPHAN. **Políticas de Preservação do Patrimônio Cultural: Diretrizes**, linhas de ação e resultados. 2000 à 2010. IPHAN. Acesso em 07/04/2018. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>.

IPHAN. **Portaria n.º07 de 01 de dezembro de 1988**. Submete à proteção do poder público, pela sphan, os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em:<<http://www.cubaarqueologica.org/document/brasil3.pdf>> . Acesso em: 20 de setembro de 2018.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **Carta Internacional do ICOMOS sobre a proteção e gestão do patrimônio cultural subaquático**. Sofia: ICOMOS, 1996. Disponível em: http://www.patrimonio.santarem.pt/imagens/3/carta_do_patrimonio_subaquatico.pdf. Acesso em: 20 mar. 2022.

JOHNSON, M. Teoria Arqueológica: **uma introducion**. Barcelona: Ariel, 2000.

JOKILEHTO, J. 2002. Conceitos e Ideias sobre Conservação. In: **Gestão do Patrimônio Cultural Integrado**. Centro de Conservação Integrada Urbana e Territorial. Recife: Editora Universitária da UFPE.

LIMA, T. A.; RABELLO, A. M. C. Coleções arqueológicas em perigo: **o caso do museu nacional da quinta da boa vista**. Patrimônio arqueológico: o desafio da preservação. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro: Iphan, n. 33, p. 245-273, 2007.

LORÊDO, W. M. 1994. **Manual de Conservação em Arqueologia de Campo**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. Departamento de Proteção.

LOPES, Luís Carlos. A gestão da informação: **as organizações, os arquivos e a informática aplicada**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997.

LOPEZ, A. P. A. Como descrever documentos de arquivo: **elaboração de instrumentos de pesquisa**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. 64 p. (Projeto como fazer. 6.)

LOPES, Luiz Carlos. **A nova arquivística na modernização administrativa**. 2. ed. Brasília: Projeto Editorial, 2009.

LIMA, Tania Andrade. Um passado para o presente: **preservação arqueológica em questão**. IN: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro. IPHAN. n. 33, 2007, p. 05-21.

LADKIN, N. Gestão do Acervo. *In*: ICOM. Como Gerir um Museu: Manual Prático. [S. l.]: ICOM, 2004. p. 17-32. LAIA, P. O.; ARCURI, M. M. S. Os desafios da musicalização: as instituições de guarda do patrimônio arqueológico e o passivo das coleções provenientes do licenciamento ambiental. *In*: **SEMINARIO PRESERVACAO DE PATRIMONIO ARQUEOLOGICO**. 4., 2016, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2016. P. 220- 232. Disponível em: http://site.mast.br/hotsite_anais_ivsppa/pdf/02/12%20LAIA_ARCURI_REV_FINAL.pdf. Acesso em: 10 maio. 2022.

LEAL, A. P. R.; SALLES, J. M. Arqueologia, museologia e conservação: **análise da documentação e do gerenciamento de dados relativos a coleção proveniente do Sítio Santa Barbara (Pelotas-RS)**. *In*: ENCONTRO DE POS-GRADUACAO UFPEL, 11., 2013, Pelotas. Anais [...]. Pelotas: UFPEL, 2013.

LIMA, T. A. (Org.). Patrimônio Arqueológico: **o desafio da Preservação**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n. 33, 2007.

LIMA, Tania Andrade; RABELLO, Ângela Maria Camardella. **Coleções arqueológicas em perigo**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação (Organização Tania Andrade Lima), n.33, 2007, pg. 245-273.

MENDONCA, E. C. Musicalização do patrimônio arqueológico em Sergipe: **um estudo sobre endosso institucional e gestão de acervos coletados**. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIENCIA DA INFORMACAO DA ASSOCIACAO NACIONAL DE CIENCIADA INFORMACAO, 13., Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Fundacao Oswaldo Cruz, 2012, p. 1-18.

MOLINER, Begoña Carrascosa. Documentación de la obra. El dibujo de piezas arqueológicas. *In*: La Conservación y Restauración de objetos cerámicos arqueológicos. Madrid: Editora Tecnos, 2009, p. 29-34.

OLIVEIRA, A. T. D. de. **Diagnóstico Arqueológico Interventivo para o terreno do antigo Haras do Arado**, Belém Novo, Município de Porto Alegre / RS. Porto Alegre: [s. n.], 2016. 249 p. (Relatório Técnico).

PORTARIA N°. 196, DE 18 DE MAIO DE 2016'. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 10/10/2018.

PARDI, Maria Lúcia Franco. **Gestão do patrimônio arqueológico, documentação e política de preservação**. 2002. INTELIDOC: Organização de Documentos.

Disponível em.
<<http://intelidoc.com.br/servicos/organizacao-de-documentos/organizacao-de-documentos-arqueologicos>>. Acesso em 22 de Out. de 2017.

QUINTANA, Roxane Seguel. **Manual de Registro y Documentación de Bienes Culturales**. Santiago: Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos (DIBAM), 2008, pg. 22-29.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol: **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. Algumas **Reflexões sobre Preservação de Acervos em Arquivos e Bibliotecas**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1998.

SILVA, Catarina Eleonora Ferreira da; LIMA, Francisca Helena Barbosa. **A preservação dos registros documentais de Arqueologia**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, n. 33, p. 275-287, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Literatura de testemunho: **os limites entre a construção e a ficção**. Letras, n. 16, p. 9-37, 1998.

SOARES, Inês Virgínia Prado. Proteção jurídica do patrimônio arqueológico no Brasil: **fundamentos para efetividade da tutela em face de obras e atividades impactantes**. Erechim: Habilis, 2007.

SILVA, Cassandra Ribeiro de O. e. Guia Prático: **Metodologia e Organização do Projeto de Pesquisa**. Centro de Educação Tecnológica do Ceará. Fortaleza - CE. Disponível em: <<http://www.ufop.br/demet/metodologia.pdf>> Acesso em 25 de Out. de 2017.

SALLÉS, Jaime M.; TOCCHETTO, Fernanda; DODE, Susana dos S.; SOUZA, Taciane S.; SILVA, Fabio B. Dos; DUTRA, Márcia Regina R.; MEDEIROS, Eneri James B.; ALVES, Clarice da S.; DOMINGUES, Bibiana S. Protocolo de ingresso de acervos arqueológicos em Instituições de Guarda e Pesquisa: **uma proposta do Lâmina/UFPel e do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo - RS**. Revista de Arqueologia Pública, v.11, n. 2. Campinas, novembro/2017, pg. 06-24.

SOUZA, Luiz Antônio Cruz; FRONER, Yacy-Ara. **Reconhecimento de materiais que compõe acervos**. Belo Horizonte: LACICOR-EBA-UFMG, 2008. (Tópicos em Conservação Preventiva – 4) Revista de Arqueologia: a formação da coleção arqueológica do museu de Porto Alegre – Joaquim Felizardo e as Práticas de Gestão Implementadas. Edição especial – Gestão de Acervos ARQUEOLOGICOS N° 3 VOLUME 33. DEZEMBRO 2020.

SPINELLI Júnior, Jayme. **Conservação de Acervos Bibliográficos e Documentais**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1997.

SPINELLI, Jayme. BRANDÃO, Emiliana. FRANÇA, Camila. **Manual Técnico de preservação e Conservação: documentos extrajudiciais: CNJ**. [Rio de Janeiro]: Arquivo Nacional: Biblioteca Nacional, 2011.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. Metodologia Científica: **a construção do conhecimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SOUZA, L. A. C. 2012. A Conservação Preventiva e a Sustentabilidade da preservação de bens móveis e integrados. I **Fórum Nacional do Patrimônio Cultural"**, Ouro Preto, 2009. Brasília: Iphan.

TRIGGER, Bruce. G. História do Pensamento Arqueológico, 2004. BRAGA, G. D. **Conservação Preventiva: acondicionamento e armazenamento de acervos complexos em Reserva Técnica** – o caso do MAE/USP. 2003. Dissertação USP.

TOCCHETTO, Fernanda; BECKER, Arthur Bederode. **Diagnóstico de Conservação Preventiva do acervo arqueológico**. Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo/SMC/PMPA, dezembro de 2014 (inédito).

TOCCHETTO, Fernanda. **Relatório dos procedimentos de salvaguarda do acervo arqueológico e documental adotados entre 1993 e 2013**. Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo/SMC/PMPA, outubro de 2013.

VEGA, L. N. et al. **Manual de registro y documentación de bienes culturales**. Santiago, Chile: Centro de Documentación de Bienes Patrimoniales – CDBP/DIBAM, 2008.

VALENTIM, M. L. P, **Inteligência competitiva em organizações: dado, informação e conhecimento**, ago. 2002, Rio de Janeiro, DataGramZero.

ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: **a percepção da natureza como um bem não renovável**. In: Revista Brasileira de História, São Paulo, 2006.

ANEXOS

ANEXO 1 Termo de autorização do uso de imagem**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM**

Neste ato, eu, _____, portador da Cédula de identidade RG nº _____, residente à _____, nº.____, Município de _____, responsável pelo acervo documental e arqueológico da instituição e/ou laboratório _____, AUTORIZO o uso das imagens pertencentes à instituição em todo e qualquer material entre fotos, artefatos e documentos, para ser utilizada em trabalho de conclusão de curso Bacharel em Arqueologia e em todos os demais produtos deste trabalho, desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG, sendo essas destinadas à divulgação ao público em geral. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o(s) uso(s) da(s) imagem(ns) acima mencionada(s) em todo território nacional e no exterior, com exibição total e/ou parcial, nas formas de guia, catálogo seletivo, folders, mídia eletrônica (*power point, PDF, DOC, JPG*), artigos científicos, banco de dados da Biblioteca da FURG, eventos científicos e demais produtos oriundos do presente estudo. Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro ainda que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro e por tudo isso assino a presente autorização.

Rio Grande, ____ de ____ de _____.

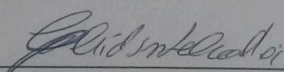
Assinatura do acadêmico

Assinatura do responsável

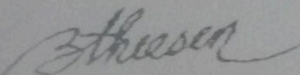
ANEXO 2 Termo de autorização do uso de imagem - FURG (2019)**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM**

Neste ato, eu, BEATRIZ THIERSEN, portador da Cédula de identidade RG nº _____, residente à _____, nº. ____, Município de Rio Grande, responsável pelo acervo documental e arqueológico da instituição e/ou laboratório _____, AUTORIZO o uso das imagens pertencentes à instituição em todo e qualquer material entre fotos, artefatos e documentos, para ser utilizada em trabalho de conclusão de curso Bacharel em Arqueologia e em todos os demais produtos deste trabalho, desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG, sendo essas destinadas à divulgação ao público em geral. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o(s) uso(s) da(s) imagem(ns) acima mencionada(s) em todo território nacional e no exterior, com exibição total e/ou parcial, nas formas de guia, catálogo seletivo, folders, mídia eletrônica (*power point, PDF, DOC, JPG*), artigos científicos, banco de dados da Biblioteca da FURG, eventos científicos e demais produtos oriundos do presente estudo. Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro ainda que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro e por tudo isso assino a presente autorização.

Rio Grande, 04 de out de 2019.



Assinatura do acadêmico

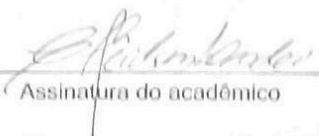


Assinatura do responsável

ANEXO 3 Termo de autorização do uso de imagem - FURG (2022)**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM**

Neste ato, eu, Beateiz Vallodão Thiesen, portador da Cédula de identidade RG nº 6006905142, residente à Rua Montebello, nº 461, Município de Rio Grande, responsável pelo acervo documental e arqueológico da instituição e/ou laboratório Reserva Técnica Arqueológica - Lcpw/REU AUTORIZO o uso das imagens pertencentes à instituição em todo e qualquer material entre fotos, artefatos e documentos, para ser utilizada em trabalho de conclusão de curso Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural e em todos os demais produtos deste trabalho, desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, sendo essas destinadas à divulgação ao público em geral. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o(s) uso(s) do(s) documento(s) e da(s) imagem(ns) acima mencionada(s) em todo território nacional e no exterior, com exibição total e/ou parcial, nas formas de guia, catálogo seletivo, folders, mídia eletrônica (*power point*, *PDF*, *DOC*, *JPG*), artigos científicos, banco de dados da Biblioteca da UFSM, eventos científicos e demais produtos oriundos do presente estudo. Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro ainda que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro e por tudo isso assino a presente autorização.

Rio Grande, 25 de 10 de 2022

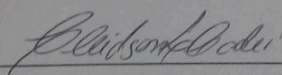

Assinatura do acadêmico


Assinatura do responsável

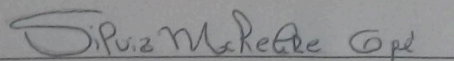
ANEXO 4 Termo de autorização do uso de imagem - UFRGS (2019)**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM**

Neste ato, eu, SILVIA Gpe, portador da Cédula de identidade RG n° _____, residente à _____, n° _____, Município de Porto Alegre, responsável pelo acervo documental e arqueológico da instituição e/ou laboratório _____, AUTORIZO o uso das imagens pertencentes à instituição em todo e qualquer material entre fotos, artefatos e documentos, para ser utilizada em trabalho de conclusão de curso Bacharel em Arqueologia e em todos os demais produtos deste trabalho, desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG, sendo essas destinadas à divulgação ao público em geral. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o(s) uso(s) da(s) imagem(ns) acima mencionada(s) em todo território nacional e no exterior, com exibição total e/ou parcial, nas formas de guia, catálogo seletivo, folders, mídia eletrônica (*power point, PDF, DOC, JPG*), artigos científicos, banco de dados da Biblioteca da FURG, eventos científicos e demais produtos oriundos do presente estudo. Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro ainda que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro e por tudo isso assino a presente autorização.

Rio Grande, 10 de out de 2019.



Assinatura do acadêmico

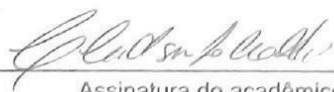


Assinatura do responsável

ANEXO 5 Termo de autorização do uso de imagem - UFRGS (2022)**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM**

Neste ato, eu, Silvia Mochelke Gopi, portador da Cédula de identidade RG nº 5044135124, residente à Rua Honório Silveira Dias, nº 4940 Município do Porto Alegre, responsável pelo acervo documental e arqueológico da instituição e/ou laboratório Museu Universidade de Arqueologia e Etnologia, AUTORIZO o uso das imagens pertencentes à instituição em todo e qualquer material entre fotos, artefatos e documentos, para ser utilizada em trabalho de conclusão de curso Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural e em todos os demais produtos deste trabalho, desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, sendo essas destinadas à divulgação ao público em geral. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o(s) uso(s) do(s) documento(s) e da(s) imagem(ns) acima mencionada(s) em todo território nacional e no exterior, com exibição total e/ou parcial, nas formas de guia, catálogo seletivo, folders, mídia eletrônica (*power point, PDF, DOC, JPG*), artigos científicos, banco de dados da Biblioteca da UFSM, eventos científicos e demais produtos oriundos do presente estudo. Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro ainda que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro e por tudo isso assino a presente autorização.

Rio Grande, 08 de 11 de 2022.



Assinatura do acadêmico



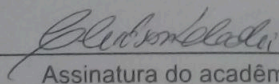
Assinatura do responsável

ANEXO 6 Termo de autorização do uso de imagem - PUC (2019)

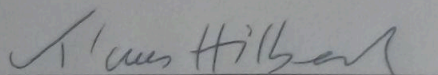
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Neste ato, eu, KLAUS HILBERT, portador da Cédula de identidade RG nº _____, residente à _____, nº _____, Município de PORTO ALEGRE, responsável pelo acervo documental e arqueológico da instituição e/ou laboratório _____, AUTORIZO o uso das imagens pertencentes à instituição em todo e qualquer material entre fotos, artefatos e documentos, para ser utilizada em trabalho de conclusão de curso Bacharel em Arqueologia e em todos os demais produtos deste trabalho, desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG, sendo essas destinadas à divulgação ao público em geral. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o(s) uso(s) da(s) imagem(ns) acima mencionada(s) em todo território nacional e no exterior, com exibição total e/ou parcial, nas formas de guia, catálogo seletivo, folders, mídia eletrônica (power point, PDF, DOC, JPG), artigos científicos, banco de dados da Biblioteca da FURG, eventos científicos e demais produtos oriundos do presente estudo. Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro ainda que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro e por tudo isso assino a presente autorização.

Rio Grande, 10 de at de 2019.



Assinatura do acadêmico



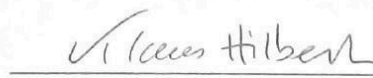
Assinatura do responsável

ANEXO 7 Termo de autorização do uso de imagem - PUC (2022)**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM**

Neste ato, eu, Klaus Hilbert, portador da Cédula de identidade RG nº 6064662981, residente à Rua Erechim, nº 543, Município de Porto Alegre/RS, responsável pelo acervo documental e arqueológico da instituição e/ou laboratório Pesquisas Arqueológicas, AUTORIZO o uso das imagens pertencentes à instituição em todo e qualquer material entre fotos, artefatos e documentos, para ser utilizada em trabalho de conclusão de curso Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural e em todos os demais produtos deste trabalho, desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, sendo essas destinadas à divulgação ao público em geral. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o(s) uso(s) do(s) documento(s) e da(s) imagem(ns) acima mencionada(s) em todo território nacional e no exterior, com exibição total e/ou parcial, nas formas de guia, catálogo seletivo, folders, mídia eletrônica (*power point, PDF, DOC, JPG*), artigos científicos, banco de dados da Biblioteca da UFSM, eventos científicos e demais produtos oriundos do presente estudo. Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro ainda que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro e por tudo isso assino a presente autorização.

Rio Grande, 08 de NOV de 2022.

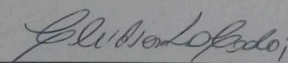

Assinatura do acadêmico


Assinatura do responsável

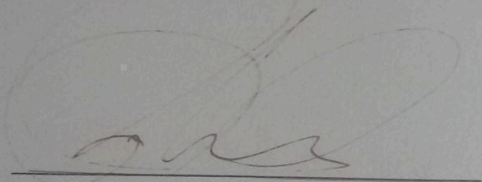
ANEXO 8 Termo de autorização do uso de imagem - UFPEL (2019)**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM**

Neste ato, eu, RAFAEL MICHEIRA, portador da Cédula de identidade RG nº _____ residente à _____, n.º. _____, Município de PELOTA, responsável pelo acervo documental e arqueológico da instituição e/ou laboratório _____, AUTORIZO o uso das imagens pertencentes à instituição em todo e qualquer material entre fotos, artefatos e documentos, para ser utilizada em trabalho de conclusão de curso Bacharel em Arqueologia e em todos os demais produtos deste trabalho, desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG, sendo essas destinadas à divulgação ao público em geral. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o(s) uso(s) da(s) imagem(ns) acima mencionada(s) em todo território nacional e no exterior, com exibição total e/ou parcial, nas formas de guia, catálogo seletivo, folders, mídia eletrônica (*power point, PDF, DOC, JPG*), artigos científicos, banco de dados da Biblioteca da FURG, eventos científicos e demais produtos oriundos do presente estudo. Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro ainda que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro e por tudo isso assino a presente autorização.

Rio Grande, 07 de out de 2019.



Assinatura do acadêmico



Assinatura do responsável

ANEXO 9 Termo de autorização do uso de imagem - UFPEL (2022)**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM**

Neste ato, eu, LUCIANA DA SILVA PEIXOTO, portador da Cédula de identidade RG nº 2029667376, residente à RUA XV DE NOVEMBRO, nº. 010, Município de PELOTOS, responsável pelo acervo documental e arqueológico da instituição e/ou laboratório RESERVA TÉCNICA DE ARQUEOLOGIA LEPAEQ. AUTORIZO o uso das imagens pertencentes à instituição em todo e qualquer material entre fotos, artefatos e documentos, para ser utilizada em trabalho de conclusão de curso Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural e em todos os demais produtos deste trabalho, desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, sendo essas destinadas à divulgação ao público em geral. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o(s) uso(s) do(s) documento(s) e da(s) imagem(ns) acima mencionada(s) em todo território nacional e no exterior, com exibição total e/ou parcial, nas formas de guia, catálogo seletivo, folders, mídia eletrônica (*power point, PDF, DOC, JPG*), artigos científicos, banco de dados da Biblioteca da UFSM, eventos científicos e demais produtos oriundos do presente estudo. Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro ainda que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro e por tudo isso assino a presente autorização.

Rio Grande, 26 de 10 de 2022.


Assinatura do acadêmico


Assinatura do responsável

APÊNDICES

APÊNDICE 1 Questionário

QUESTIONÁRIO – RESERVAS TÉCNICAS DE ARQUEOLOGIA

1. Qual o nome da reserva técnica?
2. Qual sua localização?
3. Forma de contato: telefone, e-mail?
4. Responsável (eis)?
5. Em que ano foi sua fundação?
6. Por quem foi idealizada?
7. Qual o propósito e/ou finalidade?
8. Qual tipo de materialidade é salvaguardado?
9. Quem pode ter acesso aos acervos?
10. Existem pesquisas realizadas – concluídas ou em andamento?
11. Qual acervo mais importante ou peça?
12. Como são realizadas e por quem, as primeiras intervenções em campo?
13. Após a chegada dos achados, quem fica responsável?
14. Quem cuida das documentações – fichas e diários de campo?
15. Como é feita a gestão dos documentos?
16. Como é feita a gestão dos artefatos?
17. Como o material é classificado?
18. Como o material é selecionado?
19. Existe endosso, ou já realizou em algum momento?
20. Existe doação ou eliminação de material arqueológico?
21. É realizada eliminação de documentos, a partir de que medidas?
22. Qual o método de armazenamento?
23. Qual o método de acondicionamento?
24. Existe alguma forma de manter a temperatura para cada material?
25. Qual suporte legal (regulamento, portaria) é utilizado para manter sob guarda o acervo?
26. Quem ou qual suporte legal regulariza os procedimentos de curadoria?
27. Quem realiza a curadoria?
28. Os materiais presentes são de que tipo: prospecção, escavação, doação ou ambas?
29. Como são feitos os registros de recebimento e de chegada dos documentos e dos materiais arqueológicos?
30. Qual tipo de sistema é utilizado para pesquisa manual ou digital– existe alguma plataforma de para tal ação? Qual? Quem gerencia?

APÊNDICE 2 Manual de Bolso

<p>Arqueólogo (a): Instituição: Empresa:</p> <p>Contato: e-mail:</p>	<p>MANUAL DE INSTRUÇÕES</p> <p>MANUAL DE BOLSO <i>Arqueologia na reserva técnica</i></p> <p>Elaborado por: Gleidson Lavoura Godoi 2023</p>
--	--

Os manuais são instrumentos que auxiliam em toda e qualquer atividade, formam um conjunto de normas e procedimentos que atribuem inúmeras funções, com objetivo de instruir e orientar – são regras que devem ser cumpridas e essas obedecidas pelos usuários, permitem uma maior execução das atividades, tanto em grupo como individuais.

MANUAL - Arqueologia na reserva técnica

PREFÁCIO

A reserva técnica na Arqueologia é um ambiente no qual vários artefatos estão salvaguardados por instituições que cumprem determinadas regras – essas são determinadas por órgãos de maior propriedade de atender e fiscalizar se estão sendo cumpridas. Os critérios de exigência são atestados atualmente pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

Existem algumas regras básicas que tratam das formas de lidar com cada materialidade, esse manual atende os devidos passos a serem tomados por arqueólogos e arqueólogas, nas reservas técnicas, visto que se trata de um ensaio. Esse manual traz uma visão geral de como os profissionais e estudantes de arqueologia, ou mesmo os estudantes de áreas afins, que se encantam por essa ciência, devem lidar com os procedimentos iniciais, curadoria e na guarda permanente dos artefatos arqueológicos. Vale lembrar que a materialidade que será descrita assim como os métodos de tratar o material arqueológico, no presente manual, foi elaborada a partir de pesquisas de campo, em artigos, como laboratório in loco. O manual apresenta procedimentos iniciais de chegada de documentação e artefatos arqueológicos, não se trata de um manual detalhado, mas uma forma abrangente de apresentar as primeiras intervenções com a materialidade de uma reserva.

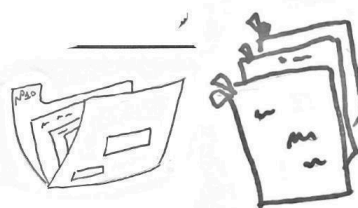
INTRODUÇÃO

Na Arqueologia, existem diversas formas de trabalho, pesquisa e procedimentos e práticas que consolidam a área dessa ciência humana, nesse sentido o presente Manual de Arqueologia tem a proposta de fornecer alguns procedimentos e técnicas de curadoria e guarda de material arqueológico. A materialidade que profissionais do campo da arqueologia encontram durante suas prospecções e escavações, requer uma série de tratamentos individuais, com esse enfoque o manual traz algumas abordagens destinadas ao tratamento. Além disso, o manual apresentará alguns procedimentos de gestão nas quais complementam as atividades de referentes às coleções. Para que uma reserva técnica seja considerada como um setor de salvaguarda de materiais arqueológicos exige diversos procedimentos, após consulta em bibliografias e na pesquisa em locais de guarda esse manual pode ser elaborado, como esclarecimento, trata-se de uma amostragem dos procedimentos a serem aplicados nas reservas. A seguir os procedimentos descritos em tópicos, facilitando a leitura e o entendimento de cada passo.

1º PASSO

Preenchimento correto das fichas;

**Acondicionamento correto –
documentos e artefatos.**



Antes da chegada em laboratório para os primeiros procedimentos de curadoria e sua transferência para a reserva técnica, o material arqueológico que sai do campo deve estar bem sinalizado, através de fichas de registro, além de fotografias e diário de campo.

Todo material arqueológico deve estar acompanhado de documentos de comprovação da prospecção ou escavação



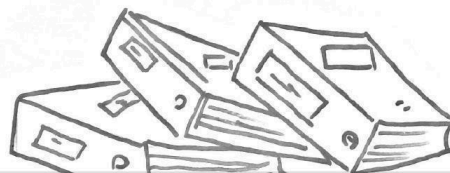
2º PASSO

Identificação de cada documento;
Separação de cada fundo documental;
Higienizar, caso necessário.

A gestão de acervos é um dos métodos de maior importância no que diz respeito ao tratamento de materiais, uma ação de cunho administrativo que irá tornar em ordem uma instituição, organização ou mesmo um setor.

Alguns pontos que tornam mais realistas estas formas de gerenciar, assim temos;

- Agiliza na localização de arquivos;
- Armazenamento de arquivos de diversos formatos;
- Diminui da necessidade de cópias dos documentos;
- Facilita de compartilhamento de informações;
- Conservação e Preservação do material.



O processo de organização do acervo documental tem início com a seleção dos documentos, já as coleções arqueológicas a seguir serão mencionadas, pois todos podem ser transferidos para a reserva, juntamente ao acervo arqueológico. Para a realização desse processo é previsto as algumas etapas, onde compõem a higienização, identificação, organização e acondicionamento do acervo documental.

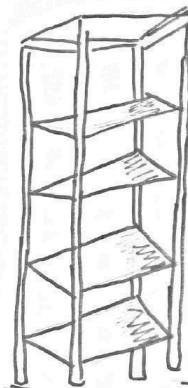
3º PASSO

Acondicionamento
Armazenamento



Diagnóstico de arquivos é a "análise das informações básicas (quantidade, localização, estado físico, condições de armazenamento, grau de crescimento, frequência de consulta e outras) sobre arquivos, a fim de implantar sistemas e estabelecer programas de transferência recolhimento, microfilmagem, conservação e demais atividades". (DTA, 1996, p. 24)

**Mobiliário
indicação.**

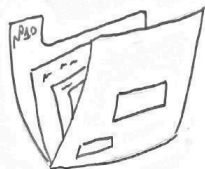


Para a organização de documentos aqui mencionados, são imprescindíveis que na organização tanto dos vestígios quanto da documentação ao qual o pertence estejam de forma com que se possa garantir que a identificação esteja de acordo e garanta seu valor probatório, cabem à aplicação de uma boa gestão, uma organização é um processo de preservação.

MATERIAL ARQUEOLÓGICO

4º PASSO

Curadoria Separação dos materiais;
Separação por tipologia;
Higienização, retirar a sujidade.



A salvaguarda é considerada a medida de conservação e prevenção que não implique em intervenções diretas nos acervos, destaca-se que a materialidade salvaguarda considerada para o estudo arqueológico envolve ações de conservação preventiva, um meio de manter conservado o material de culturas.

A conservação envolve todo o conjunto de ações nas quais são destinadas a prolongar o tempo de vida de um objeto, os procedimentos implicam em desencadear ações de medidas e possível salvaguardar que previnem a degradação, incluindo operações de manutenção e monitoramento.



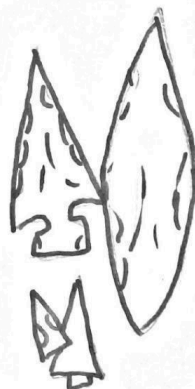
A prevenção contempla um conjunto de procedimentos de conservação, na qual amplia por um longo prazo as ações planejadas onde são motivadas por conhecimentos prospectivos, nesse sentido o objeto está considerado e sobre as políticas.

No campo da arqueologia são aparentes diversos tipos de materiais arqueológicos que podem ser relacionados a uma determinada cultura, a seguir serão apresentados algumas tipologias e a forma de fazer o acondicionamento e armazenamento.

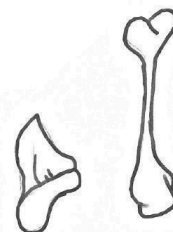


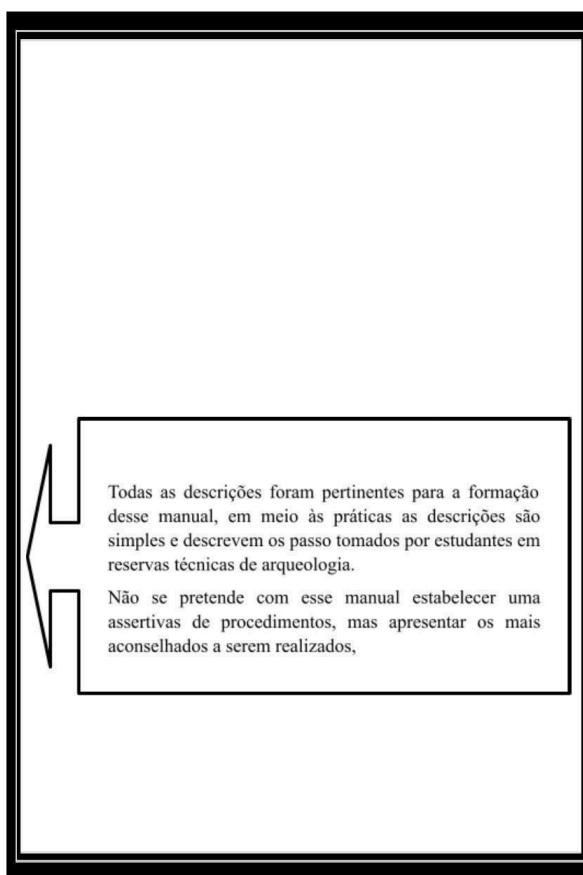
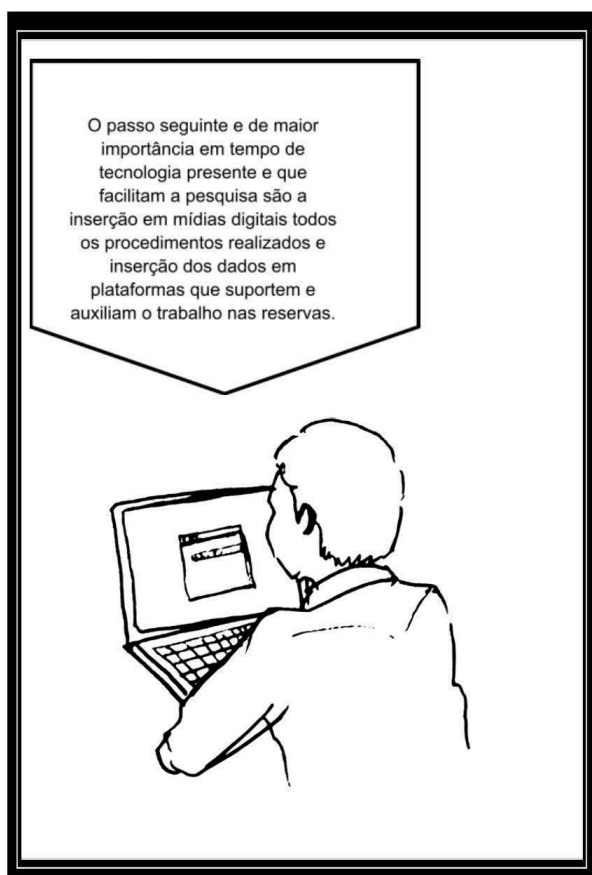
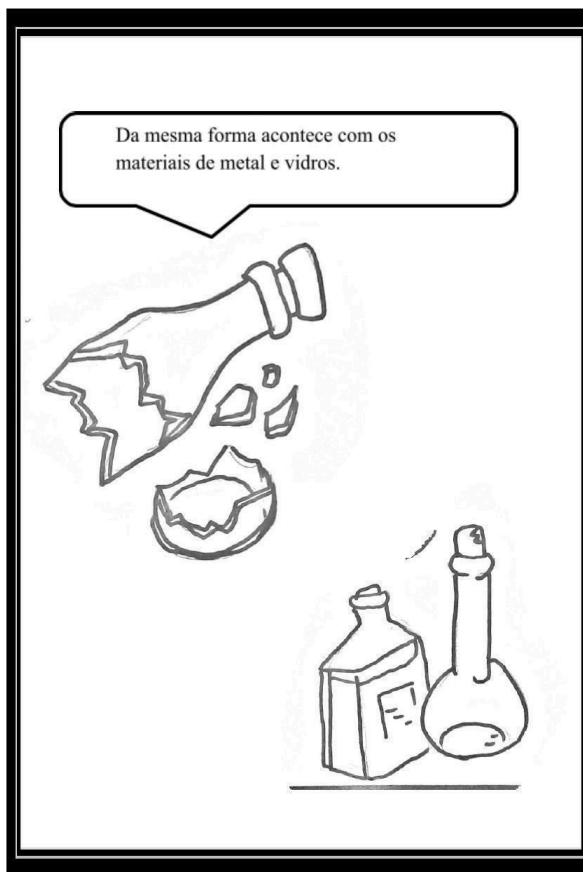
Após a seleção e identificação de cada caco de louça os mesmos são identificados por uma série de números, no qual representam junto a um catálogo a numeração de identificação e assim podem ser embalados em plástico bolha e acondicionados em caixas marfínite.

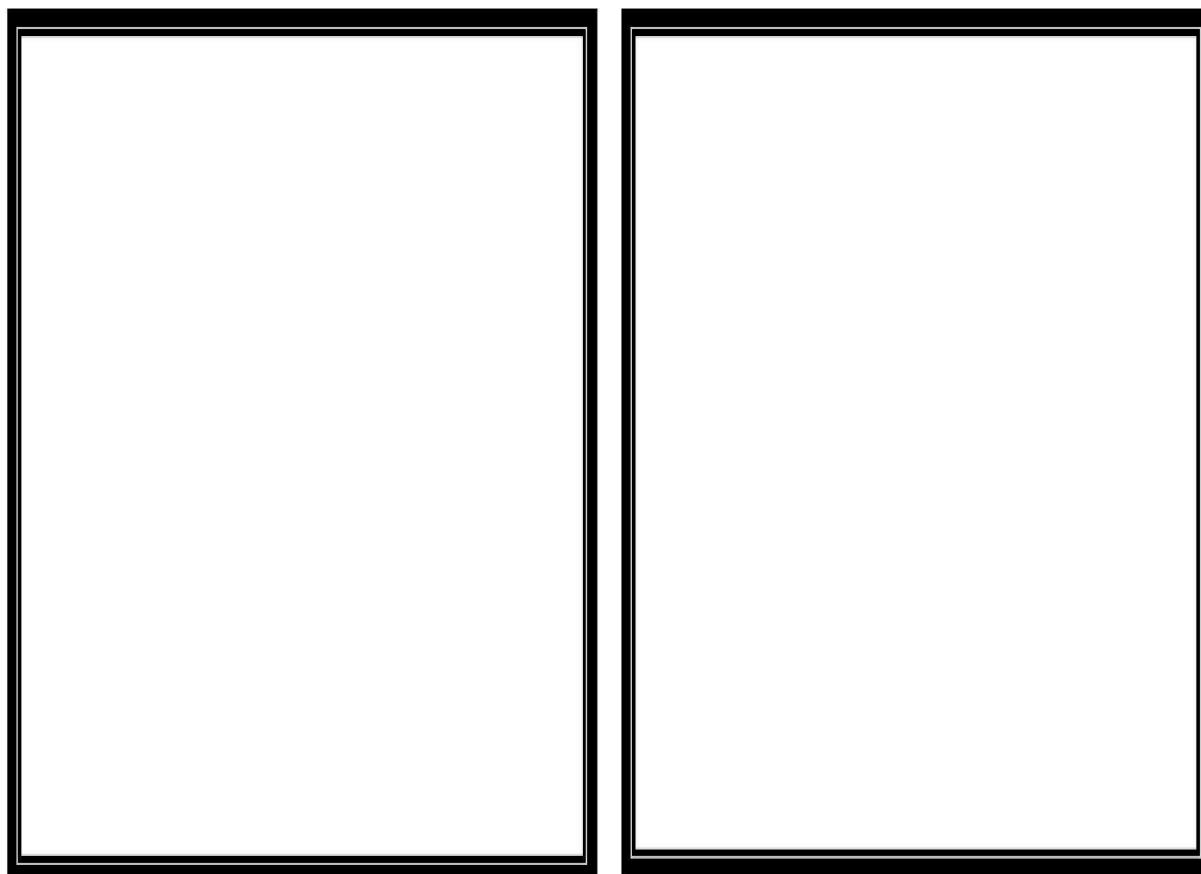
Da mesma forma acontece com os materiais líticos e as pontas de lança e de flechas, dentes e ossos.



Os saquinhos com zip também são interessantes seu uso, pois mantém a individualidade dos materiais, assim de seus conjuntos, dependendo do número de cacos.







Esta pesquisa foi orientada pela prof. D^a Sônia Elizabete Constante. Esta pesquisa está interligada ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural (PPGPC) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), na área de concentração em História e Patrimônio Cultural e linha de pesquisa em Patrimônio Documental Arquivístico, abordando o tema gestão e conservação de documentos e materiais produzidos/recebidos em trabalhos arqueológicos.